

ROADMAP DE PREPARAÇÃO PARA O REDD+ NA GUINÉ-BISSAU (2016-2020)



Versão: 1.0
Data: Junho 2016

Autores:

Aissa Regalla de Barros | Artemisa Martins | Braima Embaló | Edinilson da Silva | Francisco Gomes | Leonildo Cardoso | Lourenço Vaz | Mário Camala | Mário Martins

Assistência Técnica: Henrique Pereira (FAO), Inês Melo (RSeT), Joana Melo (Banco Mundial), Maria Vasconcelos (Banco Mundial) e Tanya Yudelman Bloch (Banco Mundial)

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Governo da Guiné-Bissau, reconhecendo que o REDD+ é um mecanismo com um conceito inovador, alinhado com estratégias de desenvolvimento sustentável e de mitigação das alterações climáticas, propôs avaliar a possibilidade de iniciar um processo de preparação nacional para o REDD+. Ao fazê-lo, desenvolveu uma avaliação nacional para compreender a situação atual do sector florestal e de uso do solo, e os esforços necessários para desenvolver os elementos necessários para uma Estratégia Nacional de REDD+. Este *Roadmap* de Preparação para o REDD+ apresenta o resultado desta avaliação e identifica as lacunas para que um processo de preparação para o REDD+ seja lançado na Guiné-Bissau.

O *Roadmap* de Preparação para o REDD+ permitiu ainda o desenvolvimento de um Plano de Ação, cujo objetivo é detalhar as atividades necessárias para implementar o mecanismo de REDD+ no país. Outrossim, o Plano de Ação indica as atividades prioritárias de preparação para o REDD+, apresentando estimativas de custos para cada atividade. A implementação de uma Estratégia Nacional de REDD+ permitirá que a Guiné-Bissau atinja os seguintes objetivos:

- Reduzir a desflorestação e a degradação florestal e, conseqüentemente contribuir para os esforços globais de mitigação das emissões florestais de gases de efeito estufa (GEE);
- Contribuir para a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis, em especial as florestas e seus ativos naturais, com conseqüente manutenção e melhoria da produtividade dos solos agrícolas;
- Apoiar medidas de desenvolvimento verde para a melhoria das condições de vida das comunidades, em especial aquelas que dependem direta e indiretamente das florestas;
- Ter acesso a recursos que permitam financiar, simultaneamente, a conservação da floresta e da biodiversidade nacional, a redução da pobreza e o aumento do bem-estar das populações.

A floresta é o pilar da sustentabilidade dos modos de vida da população rural da Guiné-Bissau de onde derivam as principais fontes alimentares, medicinais e culturais. A riqueza natural é observada em todo o território nacional uma vez que a localização geográfica do país permite que ocorram, além da floresta aberta, formação vegetal dominante, as manchas mais setentrionais de floresta densa seca guineense no sudoeste e a savana de afinidades sudanesas no sudeste (Boé), além dos mangais nas zonas de influência das marés.

O *Roadmap* de Preparação para o REDD+ está estruturado em quatro componentes: (i) Informação, Participação e Consulta, (ii) Quadro de Gestão e Implementação das Atividades de Preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau, (iii) Preparação da Estratégia Nacional REDD+, e (iv) Desenvolver um Nível de Referência Nacional de Emissão de GEE (NR/NRE), e um Sistema Nacional de Monitorização Florestal (SNMF) e de Informação sobre Salvaguardas (SIS).

A Componente I (Informação, Participação e Consulta) tem por objetivo garantir a participação ampla e transparente de todas as partes interessadas. Assim, ao avaliar o estado atual do país, a componente mapeia os atores com interesses diretos e indiretos no REDD+, procurando identificar aqueles mais frágeis e que podem ser impactados negativamente pelo mecanismo. Procura ainda apresentar experiências anteriores de consultas e processos participativos no sector florestal que podem fornecer lições valiosas para as consultas no âmbito do REDD+. Por fim, sinaliza meios para a estruturação de um mecanismo de resolução de conflitos tanto para a fase de preparação, quanto para a fase de implementação do REDD+. As recomendações apresentadas pelo Componente I podem ser sumarizadas:

- O processo REDD+ implica, necessariamente, a integração das comunidades que dependem fortemente da exploração dos recursos florestais em todas as fases do seu desenvolvimento, particularmente na preparação, por meio de consulta pública, e durante a implementação por meio do sistema de salvaguardas e dos mecanismos de resolução de conflito;

- É fundamental privilegiar mecanismos de comunicação eficazes e transparentes que possam fazer chegar a mensagem junto dos diferentes *stakeholders* e reduzir o nível de desconfiança, particularmente ao nível das comunidades locais;
- A definição de estratégias e a seleção de meios de comunicação deve prestar uma atenção particular às peculiaridades socioculturais de cada localidade ou região;
- A Guiné-Bissau, possui experiências com êxito em consultas e gestão de conflito no setor florestal, assim a Estratégia Nacional de REDD+ deve se apropriar das lições aprendidas por estes processos; e
- Os grupos mais vulneráveis, como as mulheres e os jovens, devem ser alvo de particular atenção com criação de mecanismos que assegurem a sua efetiva participação.

Em seguida, a Componente II (Quadro de Gestão das Atividades de Preparação para o REDD+) desenha a governança atual do sector florestal, mapeando instituições, legislações e veículos financeiros relevantes para a preparação do REDD+ na Guiné-Bissau. Além disso, esta componente identifica lacunas para a implementação e monitorização do REDD+ sob a ótica institucional, legal e financeira sinalizando atividades necessárias à estruturação e fortalecimento de uma governança específica para o REDD+ no país. Em especial, o componente identifica que:

- O mecanismo de REDD+ está alinhado com o Terra Ranka, o Plano Nacional Estratégico para 2015-2025. Em especial com a visão que *“em 2025, a Guiné-Bissau será um modelo de desenvolvimento durável, no qual a biodiversidade e capital natural será preservada e regenerada para manter o potencial de criação de valor de seus recursos renováveis e estabelecer no país um círculo virtuoso de prosperidade”*. Este fato é um fomentador importante para o estabelecimento de uma boa governança para o REDD+ no país;
- Incentivos perversos e conflitos de governança podem surgir dos esforços para diversificar a economia do país. Os novos vetores de crescimento econômico, em especial a agro-indústria e a mineração, devem avaliar os *trade-offs* entre os resultados económicos destas atividades e o custo de oportunidade de não ter acesso ao financiamento do REDD+;
- O REDD+ é um mecanismo transversal alinhado com vários planos e políticas nacionais vigentes. Este é um fato relevante que deve ser compartilhado com a esfera política e legislativa no país, demonstrando que o REDD+ é um mecanismo que precisa ser integrado aos demais esforços nacionais;
- O mapeamento institucional demonstrou que o governo possui as instituições necessárias à implementação da Estratégia Nacional de REDD+. Entretanto, estas instituições demandam reforço, sendo generalizada a situação de quadros profissionais debilitados e ausência de infraestrutura. Portanto, o fortalecimento institucional deve ser uma das atividades centrais na preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau;
- O marco jurídico no país vem demonstrando crescente maturidade. Entretanto, conflitos potenciais foram identificados, sobretudo na aplicação das leis, em especial naquelas relacionadas com as florestas, as questões fundiárias e de uso da terra; e
- O REDD+ demandará uma estrutura de governança específica, incluindo regulamentos, veículos de financiamento, regras de governança e interação entre órgãos de governo e instituições para operar elementos específicos do mecanismo, como o Sistema de MRV e de Salvaguardas, mecanismos de resolução de conflitos e instrumentos para partilha de benefícios. Muito provavelmente, estes requisitos precisarão de ser governados por uma Política Nacional de REDD+.

Por sua vez, a Componente III (Preparação da Estratégia Nacional de REDD+) investiga os agentes de desflorestação e degradação florestal associados a cada tipo de floresta da Guiné-Bissau. Assim, ao detalhar a cadeia de desflorestação e de degradação propõe um conjunto de ações relevantes para compor a estratégia nacional de REDD+. A seguir, apresentam-se as principais recomendações apresentadas por esta componente:

- A ausência de um ordenamento territorial é considerada o principal responsável indireto pela desflorestação e a degradação florestal no país. Tal fato contribui para a inexistência de regras claras

para o uso do solo e dos recursos naturais, para processos descontrolados de migrações e transumância, para a construção arbitrária de novas tabancas e para ampliar as fragilidades das regras fundiárias;

- Reforçando as recomendações da Componente 2, fragilidade legal, a sobreposição de competências e do papel das instituições, e a coexistência de direitos fundiários modernos e consuetudinários, devem ser abordadas e reformadas;
- Deve-se priorizar a gestão dos sistemas agro-silvo-pastoris com foco nos agentes diretos de desflorestação e degradação florestal;
- Multiplica-se no país as capacidades e as infraestruturas de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Banco de Dados. Entretanto, tais atividades são fragmentadas não existindo procedimentos padrões para recolha, registo, partilha e uso de dados. Como resultado, ainda é relevante a lacuna de informações para suporte a tomada de decisão;
- A perenização dos Cargos de Direção foi identificada como um fator indireto relevante para a fragilidade da governança no país uma vez que os cargos de direção nas instituições públicas são de indicação política. A ocupação destes cargos por meio de concursos públicos poderia garantir a perenidade das atividades e dos projetos por estes deixarem de estar vulneráveis às alternâncias de governo;
- O reforço da AAAC e do processo de licenciamento ambiental é fundamental, dada a diversificação económica da Guiné-Bissau ser baseada em novas atividades produtivas em grande escala, como a agro-indústria, a mineração, o turismo e as infraestruturas;
- Amplia-se a atuação de ONGs e instituições no terreno sem coordenação, ou mesmo, registo dos vários projetos. Uma cartografia e manutenção de um banco de dados sobre as várias instituições e seus projetos pode contribuir para o uso eficiente dos recursos financeiros e a complementaridade das ações; e
- A promoção de programas de informação, educação e comunicação (IEC) a nível local e a favor de beneficiários.

Por fim, a Componente IV (Nível de Referência de Emissões e Sistema MRV) apresenta o conjunto de elementos técnicos relacionados com a monitorização da cobertura florestal e do histórico da perda do coberto florestal (FRL/FREL), a quantificação dos estoques de carbono nas florestas (IFN), e a elaboração do inventário de emissões de GEE (I-GEE) que compõe o Sistema de MRV e que permitem calcular o nível de referência de emissões por desflorestação e degradação. As seguintes recomendações são apresentadas pela componente 4:

- A Guiné-Bissau tem baixa capacidade técnica e humana em todos os componentes do Sistema MRV. A avaliação realizada pela FAO (*Country Needs Assessment – CNA*), demonstra claramente as principais fragilidades nacionais e as prioridades para suporte;
- Conhecimento e formação são precários para as atividades SIG e podem ser considerados inexistentes para as atividades de elaboração do inventário florestal e de gases do efeito estufa (GEE);
- Os conflitos institucionais são prementes uma vez que os dados nacionais são considerados ativos privados, apesar da natureza pública das informações. Como resultado, órgãos governamentais não cooperam, dificultando de sobremaneira o acesso a dados;
- As fragilidades infraestruturais podem ser corrigidas com investimentos relativamente baixos, desde que empregadas ferramentas e técnicas baseadas na web (Cloud Solutions), como o FAO Open Foris e o Google Earth Engine. Novas tecnologias, em especial as soluções de sensoriamento remoto baseadas em nuvem, apresentam uma alternativa custo-efetiva para fortalecer o Sistema Nacional de Monitorização Florestal na Guiné-Bissau;
- O *Roadmap* de Preparação para o REDD+ apresenta uma proposta de governança do Sistema MRV que ainda precisa ser validada pelo Governo.

CONTEÚDO

Sumário Executivo.....	3
Informações Gerais	9
Lista de Acrónimos	10
Introdução	11
Preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau	11
Perfil das áreas de floresta na Guiné-Bissau	13
Estrutura deste documento	15
Parte 1. Estado Atual na Guiné-Bissau	17
Componente 1. Informação, Participação e Consulta	17
Histórico do processo de participação, as lacunas e as lições aprendidas	17
Identificação dos <i>stakeholders</i> com interesses diretos e indiretos no setor florestal	18
Processos participativos que são aplicados no setor florestal e setores relacionados, Lacunas identificadas e lições aprendidas	19
Experiência internacional na matéria das salvaguardas	21
Governança da participação e consulta e Resolução de Conflitos: conjuntura nacional e observações para o REDD+	23
Considerações finais para a estratégia REDD+	23
Componente 2. Quadro de Gestão e Implementação das Atividades de Preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau	24
Uma visão geral sobre as instituições relevantes à preparação do REDD+	25
Uma visão geral sobre a capacidade jurídica relevante à preparação do REDD+	28
Mecanismos Financeiros na Guiné-Bissau e possíveis relações com o REDD+	30
Integração da Governança do REDD+ na Prioridades Nacionais de Desenvolvimento	31
Possível Arranjo Institucional para Governança do REDD+ na Guiné-Bissau	32
Componente 3. Preparação da Estratégia Nacional REDD+.....	34
Tendências de alteração dos tipos de florestas existentes e sua extensão.....	34
Caraterização dos principais usos florestais a nível nacional	35
Identificação preliminar dos principais agentes e causas de Desflorestação e Degradação Floresta	36
Governança e Possíveis das Estratégias.....	40
Componente 4. Desenvolver um Nível de Referência Nacional de Emissão de GEE (NR/NRE), e um Sistema Nacional de Monitorização Florestal (SNMF) e de Informação sobre Salvaguardas (SIS).....	42
Sistemas de Monitorização Florestal por Detecção Remota	42
Inventário Florestal Nacional	43
Inventário de Gases com Efeito de Estufa	43
Nível de Referência /Nível de Referência de Emissões.....	44
Governança do MRV	45
Capacidades humanas, logísticas e técnicas	46

Parte 2. Plano de Ação	49
Parte 3. Atividades de Demonstração sub-nacional (PNTC & PNFC)	55
Contexto do Projeto Piloto.....	55
Elementos Demonstrativos para a Estratégia Nacional REDD+	56
Resultados do Projeto	60
Considerações finais	61
Anexos.....	62
Anexo 1. <i>Stakeholders</i> com interesses diretos e indiretos no setor florestal.....	62
Anexo 2. Informação sobre inventários realizados essencialmente pelas organizações não estatais.....	64
Anexo 3. Resumo dos principais projetos relacionados com o REDD+	65

Índice de Figuras

Figura 1 – Divisão administrativa e localização geográfica da Guiné-Bissau.	12
Figura 2 – Componentes do <i>Roadmap</i> de Preparação para o REDD+ da Guiné-Bissau.....	16
Figura 3 - Etapas para uma abordagem nacional de consulta e salvaguardas.	22
Figura 4 - Importância de endereçar a governança nos processos do REDD+	25
Figura 5 – Possível estrutura de governança REDD+.	33
Figura 6 – Identificação dos fatores indiretos e diretos de desflorestação e degradação florestal na Guiné-Bissau. Na metade de cima do esquema estão os fatores indiretos na metade de baixo listam-se os principais fatores diretos. A relação entre os dois conjuntos de fatores está ilustrada na tabela 10.	37
Figura 7 – Proposta de arranjos institucionais para o funcionamento de um sistema MRV na Guiné-Bissau	46
Figura 8 - Localização Geográfica do projeto piloto REDD+	56
Figura 9 - Fronteiras geográficas para monitorização do projeto piloto REDD+: Área de Referência, Cinturão de Vazamento e Área de Projeto	57
Figura 10 – Detecção remota da desflorestação na área de referência (RRD) do Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu entre 2002 e 2007 (esquerda) e 2007 e 2010 (direita)	58
Figura 11 - Detecção remota da desflorestação na área de referência (RRD) do Parque Nacional das Florestas do Cantanhez entre 2002 e 2007 (esquerda) e 2007 e 2010 (direita)	58
Figura 12 - Resultado da detecção remota do coberto florestal no Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu em 2010	59
Figura 13 - Resultado da detecção remota do coberto florestal no Parque Nacional das Florestas do Cantanhez em 2010.....	59

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Principais formações vegetais lenhosas no país	13
Tabela 2 – Conceitos e definições florestais (FAO, 2010).....	15
Tabela 3 – Grupos de <i>stakeholders</i> identificados.....	19
Tabela 4. Processos participativos anteriores relevantes ao REDD+	20
Tabela 5 - Instituições Públicas Relevantes para a governança do REDD+	26
Tabela 6 - Capacidade jurídica relevante à preparação do REDD+	29
Tabela 7 - Mecanismos financeiros na Guiné-Bissau	30
Tabela 8 - Área de floresta reportada em projetos distintos.	34
Tabela 9 - Principais usos florestais a nível nacional.....	35

Tabela 10 – Principais fatores de pressão sobre os recursos florestais	37
Tabela 11 – Desflorestação anual bruta (ha ano ⁻¹ e total) para o período de referência 2002-2010 (Melo, J. et al, 2016)	44
Tabela 12 – Avaliação de capacidades, lacunas e necessidades – SNMF (Fonte: adaptado de CNA /FAO)	47
Tabela 13 – Resultado da avaliação de capacidades, lacunas e necessidades - SNMF (Fonte: adaptado de CNA/FAO).....	48
Tabela 14 - Referencial metodológico utilizado pelo projeto demonstrativo	57
Tabela 15 - Resultado do Inventário florestal para quantificação dos estoques de carbono no PNTC e PNFC em 2010	60
Tabela 16 - Cenário de Referência de Desflorestação do projeto piloto REDD na Guiné-Bissau	60
Tabela 17 - Mapeamento de <i>stakeholders</i> com interesses diretos e indiretos no setor florestal	62
Tabela 18 - Resumo dos principais projetos relacionados com o REDD+	65

Índice de Box

Box 1 – Elementos do REDD+ definidos na COP 16 em Cancun.....	12
Box 2 – <i>Stakeholders</i>	17
Box 3 – <i>Salvaguardas</i>	17
Box 4 – Resumo do processo de participação e construção das salvaguardas no Brasil	22
Box 5 – Princípios chave de uma boa Governança.....	24
Box 6 – Instituições para concretizar o REDD+	25
Box 7 – Estabelecer as regras do jogo para o REDD+.....	30
Box 8 – Principais elementos metodológicos para o processo REDD+	42

INFORMAÇÕES GERAIS

INFORMAÇÃO DE CONTATO – Coordenador do GTR	
Nome	Viriato Cassamá
Título	Ponto-Focal para a UNFCCC
Organização	Secretaria de Estado do Ambiente
Telefone	+245 966784046
Email	cassamavilus@gmail.com

Grupo de Trabalho REDD+ (GTR)	
Instituição	Nome
Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC)	Edinilson da Silva
Comissão Nacional de Revisão do Quadro Jurídico Fundiário (CNRQJF)	Mário Martins
Direção Geral de Cooperação Internacional (DGCI)	Mário Dantas
Direção Geral de Economia (DGEco)	Mário Sanca
Direção Geral das Florestas e Fauna (DGFF)	António N'bunde Braima Embalo Mary Seck Seiti Cassamá
Direção Geral do Orçamento (DGO)	Bruno Rodrigues
Gabinete de Planificação Agrícola (GAPLA)	Nicácio Pereira
Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)	Leonildo Cardoso Aissa Regalla de Barros
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)	Artemisa Martins Bucar Injai Augusto Bock
Instituto Nacional da Meteorologia (INM)	Francisco Gomes
Instituto Nacional Pesquisa Agrária (INPA)	Domingos Fonseca
Secretaria de Estado do Ambiente (SEA)	Ernesto Pereira Lourenço Vaz Per I. Cassamá Mário Camala

LISTA DE ACRÓNIMOS

AAAC	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente
AGB	Biomassa viva acima do solo (<i>Above Ground Biomass</i>)
AP	Áreas Protegidas
BM	Banco Mundial
C1	Primeira componente
C2	Segunda componente
C3	Terceira Componente
C4	Quarta componente
CN	Comunicação Nacional
D&D	Desflorestação & Degradação
DA	Dados das Atividades
DGFF	Direção Geral de Florestas e Fauna
DR	Deteção Remota
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FCPF	Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (<i>Forest Carbon Partnership Facility</i>)
FIAL	Fundo para Iniciativas Ambientais Locais
GEE	Gases de efeito estufa
GPC	Gabinete de Planificação
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
I-GEE	Inventário de Gases com Efeito de Estufa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INPA	Instituto Nacional Pesquisa Agrária
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
LULUCF	Sector de uso de solos e florestas (do Inglês <i>land use, land-use change and forestry</i>)
MADR	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MRN	Ministério de Recursos Naturais
MRV	Medição, Reporte e Verificação
NR	Níveis de Referência
NR/NRE	Nível de Referência Nacional de Emissão de GEE
NRE	Níveis de Referência das Emissões
ONG	Organização Não Governamental
PA	Área do projeto
PNFC	Parque Nacional das Florestas do Cantanhez
PNTC	Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu
REDD+	Redução das Emissões por Desflorestação e Degradação Florestal, e ainda da Conservação, Gestão Florestal Sustentável e do aumento dos Estoques de Carbono nas Florestas
GTR	Grupo de Trabalho REDD+
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIS	Sistema de Informação de Salvaguardas
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SNMF	Sistema Nacional de Monitorização Florestal
UE	União Europeia
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i> (Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas)
UN-REDD	<i>United Nations Collaborative Programme on Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation in Developing Countries</i>

INTRODUÇÃO

O mecanismo REDD+ (Redução das Emissões por Desflorestação e Degradação Florestal, e ainda da Conservação, Gestão Florestal Sustentável e do aumento dos Estoques de Carbono nas Florestas) é um elemento-chave nas negociações internacionais da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC). O Governo da Guiné-Bissau, reconhecendo que o REDD+ é um mecanismo com um conceito inovador, alinhado com estratégias de desenvolvimento sustentável e de mitigação das alterações climáticas, que promove simultaneamente a conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, propôs avaliar a possibilidade de iniciar um processo de preparação nacional para o mecanismo de REDD+.

O presente documento, denominado *Roadmap* de Preparação para o REDD+, apresenta os elementos necessários para que a Guiné-Bissau possa dar início à preparação para o REDD+ durante o período 2016-2020. Desta forma, descreve a situação atual nos setores florestal e de uso do solo e identifica as capacidades e necessidades, tanto técnicas quanto institucionais, existentes no país de acordo com os requisitos mínimos necessários para preparar a Guiné-Bissau para a futura implementação de sua Estratégia Nacional de REDD+.

PREPARAÇÃO PARA O REDD+ NA GUINÉ-BISSAU

Por ser um mecanismo especialmente relevante para países em desenvolvimento que tenham áreas significativas de cobertura florestal, foi lançado um conjunto de iniciativas de apoio à preparação para o REDD+ na América Latina, África e Ásia. Estas iniciativas têm sido apoiadas principalmente pelos programas UN-REDD¹ e Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (*Forest Carbon Partnership Facility, FCPF*)²; dos quais a Guiné-Bissau faz parte com o estatuto de país observador. A Guiné-Bissau beneficia ainda de duas iniciativas de apoio técnico para desenvolvimento da preparação do REDD+ Nacional fornecidas pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) e pelo Banco Mundial (BM).

Nesse contexto, foi constituído em 2 de Março de 2015 um Grupo de Trabalho REDD+³ (GTR), composto por representantes das várias instituições nacionais numa lógica multisectorial e coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). O objetivo principal do GTR é coordenar e realizar uma avaliação nacional que identifique e reporte, através da elaboração deste *Roadmap*, o contexto da desflorestação e da degradação florestal identificando quais as lacunas e instrumentos a desenvolver para que se viabilize a aplicação do mecanismo REDD+ no país. Esta viabilização passa por identificar, priorizar e começar a implementar, um conjunto de ações que permita cumprir os requisitos mínimos desse mecanismo: (i) Produzir uma Estratégia Nacional para o REDD+, (ii) constituir e validar uma linha de referência de desflorestação e degradação florestal, e (iii) desenhar e desenvolver um sistema de monitorização para a Medição, Reporte e Verificação (MRV) de emissões.

É elemento integrante deste *Roadmap* de Preparação para o REDD+ um Plano de Ação, cujo objetivo é detalhar atividades necessárias à preparação para o REDD+ no país. Depois de oficialmente validado pelos *stakeholders*, o plano de ação, servirá de indicador da intenção e da forma como a Guiné-Bissau pretende avançar no desenvolvimento dos vários elementos do REDD+ (ver Box 1), identificando lacunas e atividades prioritárias, e podendo posteriormente ser utilizado para a obtenção de fundos destinados à preparação e implementação do REDD+ no país. Nesse sentido, é dada particular ênfase à interligação das atividades REDD+ e de preparação para o REDD+ com outras iniciativas e objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável, de mitigação e

¹ Mais informações sobre o Programa UN-REDD podem ser obtidas em <http://www.un-redd.org>

² Mais informações sobre o FCPF podem ser obtidas em <https://www.forestcarbonpartnership.org>

³ O Grupo de Trabalho para o REDD+ na Guiné-Bissau foi estabelecido por meio do Despacho nº 8/SEA/15 emitido pela Secretaria de Estado do Ambiente.

adaptação às alterações climáticas, de redução da pobreza, de conservação da biodiversidade, e de gestão florestal sustentável.

De modo geral e abrangente, a Guiné-Bissau pretende atingir os seguintes objetivos ao implementar a estratégia de REDD+:

- Reduzir a desflorestação e a degradação florestal e, consequentemente contribuir para os esforços globais de mitigação das emissões florestais de gases de efeito estufa (GEE);
- Contribuir para a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis, em especial as florestas e seus ativos naturais, com consequente manutenção e melhoria da produtividade dos solos agrícolas;
- Apoiar medidas de desenvolvimento verde para a melhoria das condições de vida das comunidades, em especial aquelas que dependem direta e indiretamente das florestas;
- Ter acesso a recursos que permitam financiar, simultaneamente, a conservação da floresta e da biodiversidade nacional, a redução da pobreza e o aumento do bem-estar das populações.

Box 1 – Elementos do REDD+ definidos na COP 16 em Cancun

- Estratégia nacional ou plano de ação;
- Nível de referência de emissões históricas;
- Sistema de monitorização florestal robusto e transparente e;
- Sistema que garanta que as salvaguardas sociais e ambientais estão a ser respeitadas.

A estratégia nacional deve tratar dos agentes de desflorestação e degradação, das questões fundiárias, da estrutura de governança florestal e da proteção das comunidades vulneráveis.

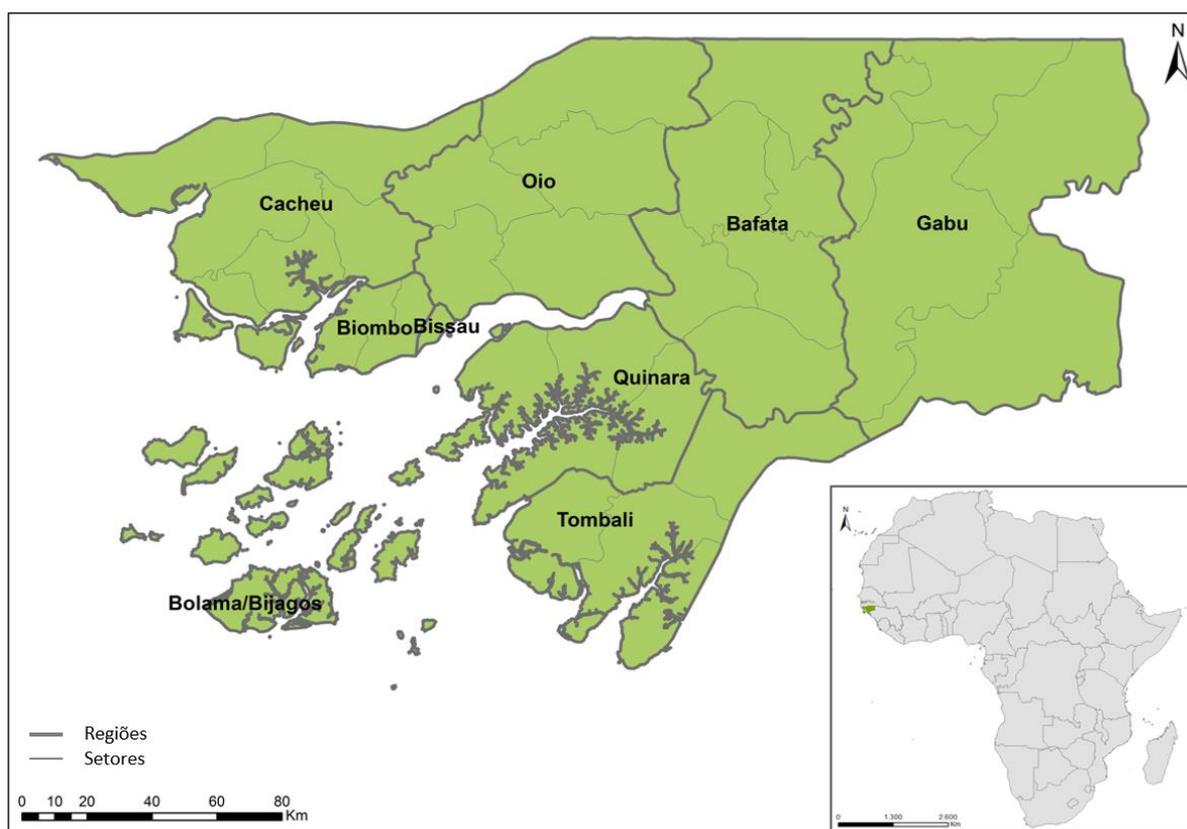


Figura 1 – Divisão administrativa e localização geográfica da Guiné-Bissau.

PERFIL DAS ÁREAS DE FLORESTA NA GUINÉ-BISSAU

A situação geográfica da Guiné-Bissau proporciona a existência de uma grande variedade de tipos de vegetação e de elementos florísticos, dado que fitogeograficamente se encontra na Zona de Transição Regional Guineo-Congoleza. Esta posição geográfica do país permite que ocorram, além da floresta aberta, formação vegetal dominante, as manchas mais setentrionais de floresta densa seca guineense no sudoeste e a savana de afinidades sudanesas no sudeste (Boé) do território continental do país. Os principais tipos e características das florestas presentes no país estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Principais formações vegetais lenhosas no país

Tipo de vegetação lenhosa	Caraterísticas
Florestas (florestas de galeria e palmeirais)	Densidade de cobertura variável (denso ou aberto). Constituídas principalmente por palmares mistos de <i>Elaeis guineenses</i> , com <i>Ceiba pentandra</i> , <i>Albizia adiantifolia</i> , <i>Anisophyllea laurina</i> , <i>Dialium guineensis</i> , e <i>Parinari excelsa</i> . Englobam também maciços mais localizados de “cibe” (<i>Borassus aethiopum</i>). O grosso desta formação ocupa habitualmente áreas adjacentes às lalas ⁴ , e distribui-se pela zona ocidental do país, tanto continental como insular, sobretudo no noroeste e ao longo do curso de alguns rios (associada a florestas de galeria).
Florestas sub-húmidas	Cobertura vegetal heterogénea de grande diversidade e densidade, de difícil penetração e com estratos vegetais compostos de árvores de grande (30-40m) e médio (20-30m) porte e arbustos. Em função das condições climáticas, sobretudo de maior pluviosidade que aí se regista, as manchas principais localizam-se no sul da Guiné-Bissau, especialmente em Quinara e Tombali. Estas Florestas são compostas por árvores como <i>Hunteria umbellata</i> , <i>Malacantha alnifolia</i> e <i>Strombosia pustulata</i> .
Florestas secas e semi-secas	Nesta formação dominam as associações vegetais “Bissilon” (<i>Khaya senegalensis</i>), “Pau de conta” (<i>Afzelia africana</i>), “Manconde” (<i>Erythropheleum guineense</i>), Palmeira de óleo (<i>Elaeis guineenses</i>), “Pau de carvão” (<i>Prosopis africana</i>), “Pau de sangue” (<i>Pterocarpus erinaceus</i>), num estrato arbóreo de altura 20-30m e um estrato arbustivo e lianas.
Florestas degradadas e/ou secundárias	Formação caracterizada por um estrato arbóreo com densidade média e altura média de 10m. O estado arbóreo é dominante, mas o seu porte e sua composição florística variam segundo as regiões, sendo fortemente influenciadas pelas características do solo. A floresta degradada, especificamente na zona costeira, é já um produto intermédio do processo de savanização, consequência do estado de empobrecimento dos solos e dos efeitos das queimadas.
Savanas arbustivas litorais	Principalmente de origem antrópica e em regra sujeita a queimada anual. Localiza-se em solos de baixa fertilidade, com textura arenosa, produto da evolução de sedimentos marinhos. A sua composição é simples e nelas é predominante um estrato herbáceo (1-2m). Frequentemente apresentam um estrato arbustivo pouco denso.
Mangal	Vegetação lenhosa das zonas costeiras sob influência das marés. É constituída por um reduzido número de espécies em que são predominantes <i>Avicennia germinans</i> (L.) L. e a <i>Rhizophora</i> spp. Estas instalam-se em substratos de vasas de declive suave e de formação recente, sob a ação de água salgada ou salobra. A vegetação dos mangais permite a fixação das terras e as suas raízes funcionam como filtros na retenção dos sedimentos, impedindo a erosão e ao mesmo tempo estabilizando a costa. O mangal cobre toda a zona costeira e penetra até aos 150 km para o interior do território guineense (Catarino et al. 2012) ⁵ .

⁴ As lalas são zonas baixas, de drenagem superficial difícil e drenagem em profundidade quase nula. A estrutura da vegetação é dominada pelo estrato herbáceo, que em regra atinge os 100% de cobertura na época das chuvas e é constituído principalmente por ervas de porte alto e médio das famílias Gramineae e Cyperaceae. (Catarino, L. 2004. Fitogeografia da Guiné-Bissau. Dissertação de Doutoramento. ISA/UTL, Lisboa. 440p.)

⁵ Catarino, L. V. Cassamá, M. Vasconcelos, e M. Temudo 2012. *As florestas do Cantanhez (Guiné-Bissau) – Vegetação, alterações do coberto do solo e utilização dos recursos naturais*. Ecologia nº 4 Jan-Abr 2012

A floresta é o pilar da sustentabilidade dos modos de vida da população rural da Guiné-Bissau de onde derivam as principais fontes alimentares, medicinais e culturais, entre outros serviços. A principal atividade económica é a agricultura, praticada por cerca de 85% da população que vive no espaço rural. A cultura dominante é o arroz, tanto alagado como de sequeiro (m'pampam ou arroz de planalto), o qual em conjunto com vários tipos de milho e mancarra (entre outros) constitui a base alimentar das comunidades. O cultivo de arroz de sequeiro é destinado essencialmente a satisfazer as necessidades de autoconsumo e ocorre fundamentalmente nos ecossistemas florestais e nas savanas (DENARP II⁶). O arroz alagado é cultivado tanto em zonas de água doce em sistema de *bas-fond*, como em zonas de água salgada em sistema de bolanha⁷. Além da função de subsistência alimentar das comunidades locais, o arroz de bolanha tem tradicionalmente servido de “*cash crop*”, mas tem vindo a ser progressivamente substituído pela castanha de caju nesse papel.

A maior parte da produção agrícola é conseguida por abate e/ou queima do coberto arbóreo, em floresta ou savana, e plantação de várias culturas em sequência e em paralelo num modelo de agricultura pluvial, tradicional e itinerante conhecida internacionalmente por “*shifting cultivation*”. Anteriormente, uma vez esgotada a capacidade produtiva do solo ao fim de poucos anos de exploração, os talhões agrícolas eram abandonados e deixados à recuperação da vegetação natural e à restauração da fertilidade dos solos antes de voltarem a ser mobilizados para a agricultura. Este modelo possibilitava a recuperação das áreas de floresta num equilíbrio dinâmico da paisagem rural, mas tem vindo a ser modificado. Atualmente, devido à progressiva diminuição dos tempos de pousio e à conversão de talhões agrícolas em culturas permanentes de caju, há redução da disponibilidade de terras aráveis com expansão agrícola para áreas cada vez mais marginais e intensificação no abate de florestas.

Para esta intensificação têm contribuído vários fatores, *inter alia*, o aumento da pressão demográfica; a perda de produtividade do arroz de bolanha; o comportamento dos mercados de produtos agrícolas; e o aumento do comércio da castanha de caju (Catarino et al., 2012)⁸. Além disso, como é do conhecimento público e largamente documentado nos *media*, o problema de corte ilegal de madeiras nobres acentuou-se fortemente nos últimos anos. Estes impactos têm-se traduzido numa perda de área de floresta e/ou numa diminuição da sua qualidade, contribuindo para a redução da área total de floresta no país (Melo J. et al, 2016)⁹ e para um aumento significativo das áreas com florestas degradadas. Esta tendência, que é largamente reportada pelas comunidades locais, ameaça a sustentabilidade dos ecossistemas, com conseqüente decréscimo da fertilidade dos solos e da capacidade de produção agrícola, além de perda de biodiversidade. É uma dinâmica que se reveste de grande complexidade e que é alvo de uma análise detalhada neste *Roadmap* por ser um dos aspetos centrais para o REDD+.

⁶ Deuxième Document de Stratégie Nationale pour la Réduction de la Pauvreté-DENARP II (2011)

⁷ Planície alagada na orla costeira, originalmente coberta por mangal. O mangal é cortado e a área é vedada com diques, drenada e lixiviada com água da chuva para dessalinização. Os diques evitam a entrada de mais água salgada e permitem o cultivo de arroz: o arroz de bolanha.

⁸ Catarino, L. V. Cassamá, M. Vasconcelos, e M. Temudo (2012). *As florestas do Cantanhez (Guiné-Bissau) – Vegetação, alterações do coberto do solo e utilização dos recursos naturais*. Ecologia nº 4 Jan-Abr 2012

⁹ Melo, J.B., Vasconcelos, M.J., Pearson, T.R.H., Carreiras, J.M.B., Cassamá, V., Ziv, G. (2016) Earth Observation Datasets Help Determine REDD+ Baselines of Carbon Emissions from Deforestation in Least Developed Countries. Land Posters. ESA Living Planet Symposium 2016, Prague (Czech Republic), 9-13 May 2016.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

No que se refere aos conceitos florestais, a Guiné-Bissau optou por utilizar as definições oficiais da FAO. Estas definições são apresentadas abaixo:

Tabela 2 – Conceitos e definições florestais (FAO, 2010)¹⁰

Conceito	Definição
Floresta	Terreno com uma extensão superior a 0,5 hectares, com árvores que tenham atingido, ou com capacidade para atingir, uma altura superior a 5 metros e grau de coberto de copa maior ou igual a 10%. Não inclui terras predominantemente de uso agrícola ou urbano.
Florestação	Estabelecimento de florestas através de plantação e/ou sementeira em terras que, até então, não eram classificadas como floresta.
Reflorestação	Restabelecimento da floresta através de plantação e/ou sementeira em terras classificadas como floresta.
Desflorestação	Conversão de um terreno florestal em outro tipo de uso do solo ou a redução a longo prazo do grau de coberto de copa das árvores abaixo do limite mínimo de 10%.
Degradação Florestal	Redução da capacidade de uma floresta em fornecer produtos e serviços florestais.

ESTRUTURA DESTE DOCUMENTO

Este documento está estruturado em 3 partes:

- Parte 1. Estado Atual na Guiné-Bissau;
- Parte 2. Plano de Ação;
- Parte 3. Atividades de Demonstração sub-nacional (PNTC & PNFC).

A Parte 1 descreve o estado atual na Guiné-Bissau e é dividida em quatro componentes (Figura 2). Estas componentes correspondem aos aspetos que devem ser analisados para responder aos requisitos do REDD+ na construção de uma estratégia nacional que permita a implementação do mecanismo no país. Procura-se com esta estrutura, avaliar a situação do país relativamente aos acordos de Cancun e às especificações técnicas definidas na COP de Varsóvia relativamente aos sistemas de Medição, Reporte e Verificação (MRV).

A **Componente I** (Informação, Participação e Consulta) tem por objetivo garantir a participação ampla e transparente de todas as partes interessadas. Assim, ao avaliar o estado atual do país, a componente mapeia os atores com interesses diretos e indiretos no REDD+, procurando identificar aqueles mais frágeis e que podem ser impactados negativamente pelo mecanismo. Ainda procura apresentar experiências anteriores de consultas e processos participativos no sector florestal que podem fornecer lições valiosas para as consultas no âmbito do REDD+. Por fim, sinaliza meios para a estruturação de um mecanismo de resolução de conflitos tanto para a fase de preparação, quanto para a fase de implementação do REDD+.

¹⁰ FAO. Global Forest Resources Assessment 2010 - Terms and Definitions, Rome 2010.

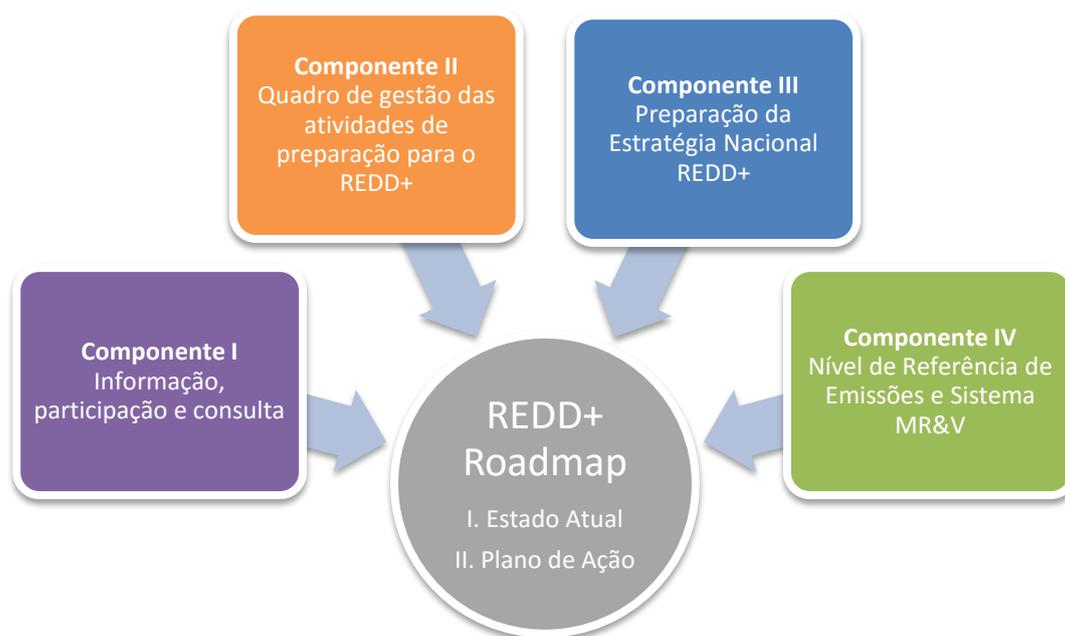


Figura 2 – Componentes do *Roadmap* de Preparação para o REDD+ da Guiné-Bissau.

Em seguida, a **Componente II** (Quadro de Gestão das Atividades de Preparação para o REDD+) desenha a governança atual do setor florestal, mapeando instituições, legislações e veículos financeiros relevantes para a preparação do REDD+ na Guiné-Bissau. Além disso, esta componente identifica lacunas para a implementação e monitorização do REDD+ sob a ótica institucional, legal e financeira sinalizando atividades necessárias à estruturação e fortalecimento de uma governança específica para o REDD+ no país.

Por sua vez, a **Componente III** (Preparação da Estratégia Nacional de REDD+) investiga a cobertura florestal na Guiné-Bissau e os agentes de desflorestação e degradação florestal associados a cada tipologia de floresta. Assim, ao detalhar a cadeia de desflorestação e de degradação propõe um conjunto de ações relevantes para compor a estratégia nacional de REDD+.

Por fim, a **Componente IV** (Nível de Referência de Emissões e Sistema MRV) apresenta o conjunto de elementos técnicos relacionados com a monitorização da cobertura florestal e do histórico da perda do coberto florestal, a quantificação dos estoques de carbono nas florestas, e a elaboração do inventário de emissões de GEE que compõe o Sistema de MRV e que permitem calcular o nível de referência de emissões por desflorestação e degradação.

A Parte 2 consiste num plano de ação desenvolvido com base na avaliação estruturada pelas quatro componentes acima descritas. Este plano identifica e prioriza as atividades a desenvolver na preparação do país para o REDD+ e pode ser utilizado para apresentar a eventuais doadores como um todo, ou parcialmente.

A Parte 3 apresenta a aplicação do mecanismo REDD+ à escala sub-nacional, com projetos-piloto de intervenção em duas áreas protegidas, o Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu, e o Parque Nacional do Cantanhez. Esta parte tem como objetivo demonstrar a exequibilidade do processo e ilustrar a possibilidade de o trazer para o nível nacional.

PARTE 1. ESTADO ATUAL NA GUINÉ-BISSAU

COMPONENTE 1. INFORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONSULTA

A primeira componente (C1) trata das atividades de disseminação da informação e dos processos de participação e de consulta para o REDD+ na Guiné-Bissau. O objetivo principal desta componente é garantir o envolvimento de forma transparente e eficaz de todos os *stakeholders* nas atividades do REDD+ no país, desde os processos de preparação, até aos de decisão e implementação do mecanismo.

O Acordo de Cancun (COP 16) requer que na elaboração e aplicação das estratégias e planos de ação nacional para o REDD+ sejam assegurados “a participação plena e efetiva dos interessados” (1/CP.16 parágrafo 72). Por também ser um requisito da UNFCCC, os grupos mais vulneráveis são especialmente observados e protegidos por um sistema de salvaguardas do REDD+. O Anexo I das decisões de Cancun (1/CP.16) expressa que:

- As salvaguardas reconhecem a importância da transparência e da eficácia das estruturas de governança florestal nacional, tendo em conta a legislação e a soberania nacional;
- As salvaguardas refletem o respeito aos conhecimentos e aos direitos das comunidades tradicionais e locais;
- As salvaguardas se centram na participação plena e efetiva dos interessados em particular das comunidades tradicionais e locais;
- A compatibilidade das medidas previstas no acordo com a conservação das florestas nativas e da diversidade biológica, garantindo que sirvam para incentivar a proteção e a conservação das florestas e dos serviços derivados dos seus ecossistemas e para potenciar outros benefícios sociais e ambientais.

Box 2 – Stakeholders

Stakeholders são atores relevantes, indivíduos ou grupos, que possuem algum papel, interesse ou direito sobre as florestas e que podem ser direta ou indiretamente afetados pela Estratégia Nacional de REDD+. As partes interessadas podem incluir comunidades, autoridades tradicionais e políticas, em nível local, regional ou nacional, organismos governamentais, instituições de ensino e pesquisa, instituições de cunho bilateral e multilateral, organizações da sociedade civil, empresas privadas, pequenos agricultores, entre outros.

Box 3 – Salvaguardas

As salvaguardas são concebidas para evitar/mitigar os potenciais impactos negativos de projetos REDD+ no ambiente e nas comunidades, que podem incluir a deslocalização, perda de meios de subsistência e possíveis conflitos causados pela distribuição desigual e fraco acesso aos benefícios das iniciativas de REDD+ (REDD+ *Safeguards*).

Desta forma reconhece-se que a participação dos atores relevantes é fundamental para o êxito da Estratégia Nacional de REDD+, desde a sua preparação até a futura implementação. Na etapa de preparação que trata este *Roadmap* de Preparação para o REDD+, é importante criar e consolidar um ambiente propício à participação contínua e à apropriação do REDD+ por todos os *stakeholders*, em especial tratando da garantia dos direitos, acesso a informação, representação legítima, sistemas de adoção de decisão e mecanismos de resolução de conflitos.

HISTÓRICO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO, AS LACUNAS E AS LIÇÕES APRENDIDAS

Na Guiné-Bissau o processo de consulta tem sido caracterizado predominantemente por uma abordagem *de cima para baixo*. Isto em parte pode ser atribuído ao modelo centralizado da administração nacional, ficando para os governos regionais, assim como as populações beneficiárias, apenas o papel de representação. Portanto, é nos gabinetes que a maioria dos projetos é concebida e, quando financiados, esses projetos são apresentados em ateliês de lançamento. A implementação bem-sucedida fica difícil, porque nem sempre corresponde aos anseios e prioridades das populações locais.

Essa lógica é contrária à necessária para o processo REDD+, visto que é na fase de execução que se põem dificuldades, e principalmente conflitos de interesse, que resultam num baixo nível de apropriação dos resultados dos projetos. Nestas situações torna-se impossível, na maioria das vezes, continuar com a dinâmica de manutenção das ações após o término dos projetos, com conseqüente insucesso de permanência dos resultados.

Não obstante, é importante reconhecer algumas iniciativas, embora tímidas, de mudança na abordagem, ou seja, adotando processos de consulta *de baixo para cima* com efetivo envolvimento das comunidades locais nas diferentes etapas e fases de gestão de projetos, com ajuda de agentes de desenvolvimento local e de animadores locais (ONGs). Portanto, esse percurso deve-se fundamentalmente à emancipação e a governança nas comunidades.

As lições aprendidas, que puderam ser mapeadas, são resumidamente apresentadas abaixo:

- Utilização inadequada dos tipos de meios de comunicação para disseminação de informações impactantes na perspectiva de participação;
- Existência de insatisfação, ceticismos, desconfianças, reclamações e reivindicações decorrentes dos maus resultados dos projetos anteriores;
- Existência de elevado índice de desconfiança ao nível local, quando assunto envolve benefícios financeiros;
- Não utilização de *website* como principal meio de disseminação de informações, participação e consultas devido as dificuldades de acesso;
- Não reconhecimento dos calendários e práticas socioculturais de cada localidade ou região nos processos de consulta;
- Existência de elevado índice de analfabetismo nas comunidades;
- Adoção de instrumentos e estratégias de comunicação de baixo custo e de maior impacto como (consultas orais, reuniões com tradutores, teatro, entrevistas, rádios, televisão);
- Existência de aspetos socioculturais que diminuem a participação de mulheres e jovens enquanto grupo vulnerável;
- Necessidades de compreender as dinâmicas socioculturais de cada região para sucesso do processo de consulta e participação.
- Atraso na preparação e disseminação de informações junto dos diferentes grupos de interesse;
- Fraca participação da comunidade na monitorização dos recursos florestais.

Todavia, reforça-se, que a preparação do processo REDD+ deve priorizar abordagens *“de baixo para cima”* permitindo aos *stakeholders* potencialmente afetados, serem ouvidos e verem as suas preocupações refletidas na Estratégia Nacional de REDD+. O processo de consulta vai assentar-se no uso das boas práticas internacionalmente aceites e no cumprimento da Lei de Avaliação Ambiental (Lei nº 10/2010 de 24 de Setembro), que assegura a implementação efetiva da política das salvaguardas sócio-ambientais no país, na base dos princípios de participação, precaução e de prevenção.

IDENTIFICAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* COM INTERESSES DIRETOS E INDIRETOS NO SETOR FLORESTAL

O processo de identificação dos atores interessados foi desenvolvido a partir de experiências anteriores dos membros do GTR. Além disso, realizou-se um levantamento da legislação, nomeadamente: a Lei Florestal, Lei de Bases do Ambiente, Lei-Quadro das Áreas Protegidas, Lei da Terra e Lei da Avaliação Ambiental. Também foi realizado um levantamento das principais instituições envolvidas na governança da política florestal no país. Para cada um dos *stakeholders* identificado, foi descrita a sua abrangência geográfica e listadas as contribuições que pode agregar ao processo REDD+, conforme o mapeamento de atores apresentado no Anexo 1. Na Tabela 3 apresentam-se os grupos ou as categorias dos *stakeholders* que devem ser abrangidos no processo de consulta.

Tabela 3 – Grupos de *stakeholders* identificados.

Instituições Públicas	Os órgãos públicos estão no centro do processo do REDD+ por se tratar de uma política nacional. As instituições públicas tem papel central na implementação de políticas, regulação e gestão do processo sendo fundamentais também na harmonização necessária da governança do REDD+, nas revisões legais e no fortalecimento institucional.
ONGs	As organizações não-governamentais internacionais podem contribuir com recursos humanos e financeiros. As organizações nacionais da sociedade civil possuem grande capilaridade e trabalham mais próximas das comunidades locais, fazendo a ponte com as políticas do governo. Também atuam nas diversas temáticas relevantes para o REDD+ sendo importantes tanto para a fase de preparação quanto de implementação e monitorização.
Organizações Internacionais	As organizações internacionais agregam o processo por meio de suporte técnico e financeiro. Possuem ainda amplo conhecimento e experiência na preparação para o REDD+ além de conhecimentos específicos em projetos de redução de desflorestação e de monitorização florestal.
Setor Privado	O setor privado na Guiné-Bissau é bastante incipiente. No entanto, destaca-se a atividade madeireira e de concessões florestais que podem ser impactadas pela Estratégia Nacional para o REDD+. Ainda assim, está em discussão a exploração de outros recursos naturais no país, como recursos mineiros, sendo relevante o amplo engajamento nos processos de consulta sobre o REDD+.
Sociedade Civil	É representada principalmente pelas comunidades locais dependentes dos recursos florestais. Esta parcela da população poderá ser diretamente afetada pela Estratégia Nacional de REDD+ sendo um <i>stakeholder</i> fundamental nos processos de consulta e das salvaguardas.

PROCESSOS PARTICIPATIVOS QUE SÃO APLICADOS NO SETOR FLORESTAL E SETORES RELACIONADOS, LACUNAS IDENTIFICADAS E LIÇÕES APRENDIDAS

Procurando considerar as lições aprendidas noutros processos de consulta no sector florestal, esta secção apresenta uma listagem não exaustiva de processos participativos relevantes à preparação do REDD+ na Guiné-Bissau e de suas principais lições aprendidas. A título de exemplo, verifica-se que os processos de consulta usados na Guiné-Bissau para a criação de áreas protegidas (AP) têm sido diferentes daqueles aplicados noutros países. Enquanto noutros países é prática comum identificar as áreas centralmente e decretar a AP, na Guiné-Bissau, depois de identificada a zona potencial para uma AP, discute-se publicamente com as comunidades locais a necessidade de regulamentar o uso do espaço para reduzir conflitos com atividades comumente praticadas. O processo é facilitado porque a criação das APs vai ao encontro de preocupações das populações locais, como por exemplo a proteção de áreas sagradas e inclusão de regras no uso dos recursos locais. O modelo atual parece ser convergente aos requisitos e boas práticas para o desenho da Estratégia Nacional de REDD+ na Guiné-Bissau.

Tabela 4. Processos participativos anteriores relevantes ao REDD+

Metodologia da consulta	Projeto	Abrangência	Resultado da consulta	Aprendizagem
<p>Áreas Protegidas (AP): conselho de gestão, conforme legislação das Áreas Protegidas, composto por 26 elementos com 50% de representantes das comunidades locais e 50% de outros intervenientes. Reuniões 4 vezes ao ano: 2 gerais e 2 internas (só para comunidades residentes).</p> <p>Gestão de Conflito: é feita em primeira instância pelos membros do conselho de gestão. Em caso de permanência do conflito, levam pra reunião do conselho e direção da AP. Se ainda assim o conflito não puder ser resolvido a questão é levada ao Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). Pode chegar a foro judicial.</p>	Estratégia Nacional de Áreas Protegidas	Nacional	<p>Plano de Gestão dos Parques</p> <p>Definição das grandes linhas de gestão e atuação do parque</p>	<p>Falta de financiamento é um problema para que se mantenha a cadência regulamentar de reuniões.</p> <p>Maior presença de pessoas com idade avançada (o mais velho é quem representa a tabanca) com sub-representação de jovens e de mulheres.</p> <p>As tabancas escolhem os próprios membros. Entende-se que foi dado “demasiado poder às tabancas” que acabam sempre enviando os mais velhos.</p>
<p>Consulta com as comunidades locais, explicando o que é Fundo para Iniciativas Ambientais Locais (FIAL) e o que ele pretende. Para implementar o FIAL era preciso executar o Plano de Desenvolvimento da Tabanca (oportunidades em nível local, estrangulamentos em nível local e, junto com a comunidade, priorizar as ações).</p> <p>Entrevistas separam homens, mulheres, jovens, idosos, etc.</p> <p>De maneira geral, as pesquisas e entrevistas são preparadas antes, para apoiar as consultas e os projetos.</p> <p>Pergunta: o que vocês fariam se tivessem USD 10.000,00? Uma lista é apresentada. Depois coloca-se outro cenário com menos dinheiro e pedem que a comunidade priorizem, fazendo uma hierarquia de micro-projetos.</p>	Fundo para Iniciativas Ambientais Locais	Local	<p>Primeiros projetos tiveram veia mais social: escolas, poços d’água, postos de saúde e também recuperação de bolanhas mais ao sul.</p> <p>Hortas comunitárias funcionaram bem.</p>	<p>É importante obter representatividade, principalmente das mulheres.</p> <p>Falta de integração com as ações de conservação (IBAP x FIAL) criou conflitos institucionais.</p> <p>Atividades confiadas a ONGs com sede em Bissau acabaram por fortalecer sede e não as atividades locais.</p> <p>Construíram-se escolas e centros de saúde mas não houve manutenção e continuidade.</p> <p>O projeto foi prematuramente transferido para as comunidades e por isso não teve continuidade.</p>
<p>Identificou tabancas dentro e fora da Área Protegida (AP), discutindo a AP tabanca por tabanca. Procurou implicar todos, reunindo representantes das tabancas e das ilhas.</p> <p>Uma vez por ano realiza-se a Assembleia da Reserva, com todas as ilhas. Discute-se desenvolvimento, conservação e tudo que toca a comunidade.</p> <p>Uma vez por ano realiza-se o encontro dos organizadores turísticos. Regras de gestão alinhadas com o turismo.</p>	Reserva da Biosfera	Arquipélago dos Bijagós	<p>Priorização dos “herdeiros” para trabalhos locais e participação (e.x. Guarda Parque)</p>	<p>Tudo correu muito bem na fase de priorização mas começou a criar conflitos no momento de observar e aplicar as regras;</p> <p>Filhos e parentes faziam vista grossa sobre atividades ilegais de familiares;</p> <p>Começaram a envolver pessoas de fora para minimizar esse problema.</p>

EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL NA MATÉRIA DAS SALVAGUARDAS

A Guiné-Bissau pode beneficiar das lições e resultados observados em outros países que implementaram, ou estão em fase de preparação, das suas Estratégias Nacionais de REDD+. Esta secção apresenta brevemente algumas experiências internacionais relevantes que podem subsidiar as discussões do GTR na fase de preparação, disseminação e consulta do mecanismo.

Em recente publicação, a UN-REDD (2015a¹¹) avaliou o processo de consulta e de desenvolvimento do Sistema de Informação de Salvaguardas (SIS) em oito países, a saber: República Democrática do Congo, Equador, Gana, Indonésia, Malásia, México, Vietnam e Zâmbia. O documento ressalta cinco lições principais observadas nos processos de consulta e desenvolvimento do SIS nestes países e que são apresentadas:

1. A definição de objetivos e abrangência de aplicação das salvaguardas para o REDD+ é um processo iterativo que deve estar vinculado ao desenvolvimento da estratégia nacional e às ações de redução de desflorestação e degradação florestal adequadas à escala de implementação do REDD+;
2. É fundamental estabelecer as salvaguardas segundo as circunstâncias nacionais, possibilitando sustentar o mecanismo de salvaguardas nos enquadramentos legais e institucionais vigentes, assim como nas estratégias ou ações REDD+ previstas;
3. É importante construir a abordagem nacional do REDD+ e das salvaguardas a partir de arranjos de governança existentes, visto que representa uma oportunidade estratégica de fortalecer os mecanismos existentes, como o marco legal, os mecanismos institucionais, os sistemas e fontes de informação e os instrumentos de resolução de conflito, resultando em benefícios que vão muito além do REDD+;
4. O processo de desenho do SIS deve ser alinhado com a abordagem geral da estratégia nacional para o REDD+ e da contextualização nacional das salvaguardas de Cancun, permitindo a clara identificação das informações necessárias para demonstrar que as salvaguardas relevantes ao contexto nacional foram abordadas e respeitadas ao longo da implementação do REDD+; e
5. Envolver os *stakeholders* é o mais importante em qualquer abordagem nacional de salvaguardas definindo a qualidade e a apropriação do processo e dos resultados do REDD+, o grau do comprometimento das partes, assim como a forma, o momento e o local no qual as diferentes instâncias se comprometem, permitindo o fortalecimento de um enfoque nacional para salvaguardas.

Em relação aos métodos de consulta observa-se que os países mais avançados na preparação para o REDD+ adotaram três abordagens principais, a saber: (i) entrevistas semiestruturadas com pontos focais no governo e outras instituições nacionais e regionais relevantes, (ii) eventos de consulta amplos com *stakeholders*, e (iii) desenvolvimento de estudos e materiais para disseminação do REDD+ e para partilha de experiências e lições provenientes das duas abordagens anteriores.

A UN-REDD (2015a) sugere um processo com cinco etapas que permitem a construção de uma abordagem nacional para a consulta e para as salvaguardas do REDD+ (Figura 3). Por abordagem nacional entende-se a adoção de procedimentos para consulta e estabelecimento do sistema de salvaguardas baseados nas necessidades e nas circunstâncias nacionais, com foco nos benefícios ambientais e sociais, e na redução dos riscos do REDD+.

A estrutura de consulta adotada pelo Brasil na sua Estratégia Nacional de REDD+¹² que já se encontra aprovada e publicada é um exemplo que pode suportar o processo de consulta e salvaguardas na Guiné-Bissau. O processo, que está resumido na **Box 4**, obedeceu a critérios estabelecidos e aceites pelos membros da comissão multidisciplinar designada para coordenar o processo. Esses critérios são, entre outros, a transparência, a

¹¹ UN-REDD (2015a) Enfoques Nacionales de Salvaguardas para REDD+: una revisión global de las experiencias iniciales y las lecciones derivadas. Serie de Recursos Técnicos 2. Roma - Diciembre, 2015

¹² Mais informações em <http://redd.mma.gov.br/index.php/pt/>

participação, a garantia dos direitos tradicionais, a equidade na distribuição de benefícios, a reparação e a reabilitação e a compensação. O fundamento desses critérios é assegurar maior transparência, gerar consensos no processo, reduzir níveis de conflito e viabilizar o processo de negociação indispensável para países que têm uma população altamente dependente da exploração dos recursos florestais, como é o caso da Guiné-Bissau.

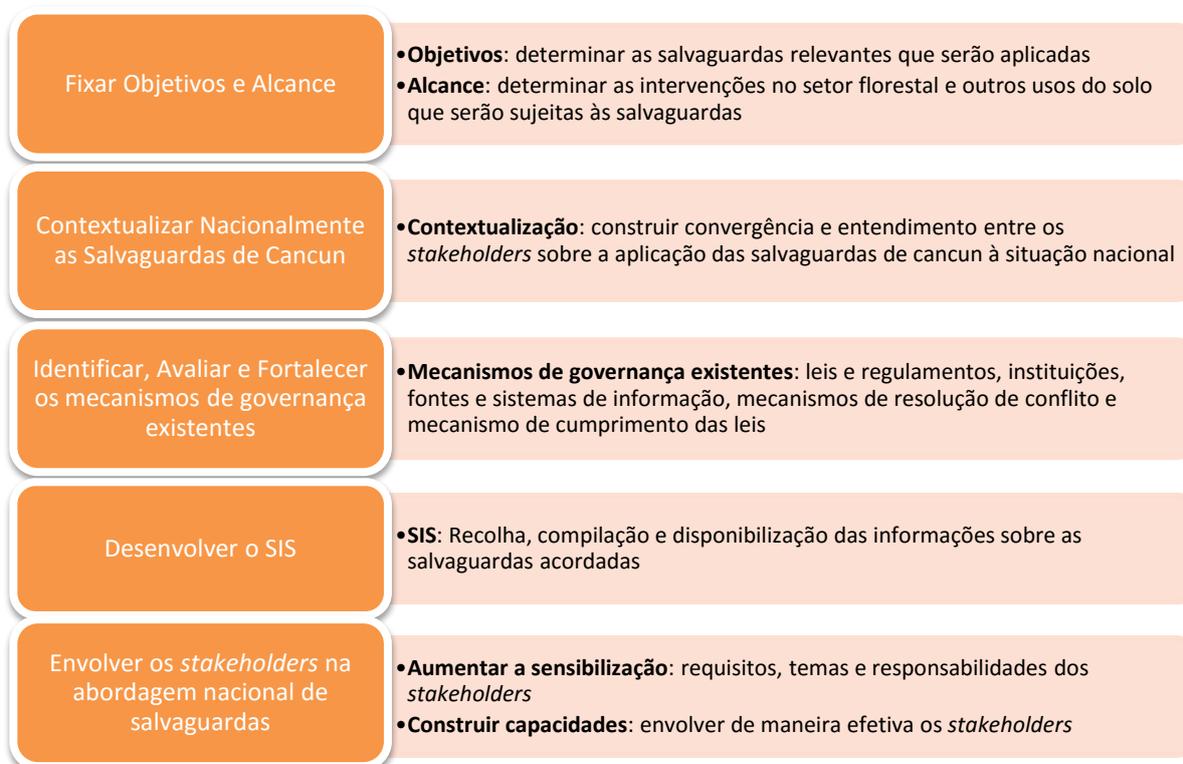


Figura 3 - Etapas para uma abordagem nacional de consulta e salvaguardas.

Box 4 – Resumo do processo de participação e construção das salvaguardas no Brasil

No Brasil, o processo de elaboração das Salvaguardas de REDD+ compreendeu três etapas. Inicialmente, a criação de um Comitê Multissetorial, responsável para impulsionar o processo de elaboração destas salvaguardas, representados diversos grupos setoriais interessados, direta ou indiretamente, pelo mecanismo REDD+.

Com base na revisão e levantamento exaustivo dos documentos ligados às salvaguardas, foi elaborada uma Primeira Versão para Consulta (1º Rascunho), com o conjunto de salvaguardas sócio-ambientais críticas, organizadas e sistematizadas em princípios e critérios amplamente aceites por todos os membros. Em seguida, deu-se início ao processo Consulta Pública. No caso Brasileiro, foram utilizados meios digitais, como *website*, além de reuniões presenciais com foco em grupos (comunidades tradicionais e agricultores familiares) e em regiões. Todas as contribuições e sugestões foram analisados pelo Comitê e incorporadas na Versão Final como ilustrado abaixo.



GOVERNANÇA DA PARTICIPAÇÃO E CONSULTA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: CONJUNTURA NACIONAL E OBSERVAÇÕES PARA O REDD+

Um elemento importante da Estratégia Nacional de REDD+, e também relevante para o sistema de salvaguardas, é o estabelecimento de mecanismo(s) de resolução de conflitos. A implementação de uma política de redução da desflorestação e da degradação florestal impactará, de maneira heterogénea, os diversos utilizadores de terra e dos recursos florestais. Neste contexto, potenciais disputas podem emergir tanto entre o poder público e os outros *stakeholders* quanto entre os vários *stakeholders*.

A Guiné-Bissau implementou com sucesso um Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) constituindo legalmente um conjunto de áreas protegidas para proteger remanescentes relevantes de florestas e a biodiversidade mais valiosa, e vulnerável, do país. Este processo criou uma estrutura de governança que respeita o direito consuetudinário procurando alinhar os anseios da comunidade local ao objetivo de preservação florestal. É importante entender como os conflitos foram suprimidos pelos Conselhos de Gestão dos Parques Nacionais e como o poder público presente foi capaz de gerir disputas e harmonizar interesses divergentes. Apesar das várias dificuldades observadas, este modelo descentralizado parece ser o mais adequado para o país.

As representações de interesses coletivos existentes em nível local, e as diferentes formas de representação das autoridades locais instituídas, devem ser alinhadas com o conjunto das estratégias e atividades de redução de desflorestação e degradação florestal relevantes. A opção por um modelo descentralizado de resolução de conflitos permite uma menor exigência da estrutura nacional, delegando maior poder a nível local. Assim, espera-se fortalecer as estruturas e autoridades locais, reduzir as incertezas das comunidades e, conseqüentemente, fortalecer um arranjo de confiança mutuamente estabelecido. Sendo o conflito inevitável em algumas circunstâncias, deve-se também garantir que as estruturas locais sejam dotadas de meios e tenham as suas capacidades reforçadas para a gestão e resolução de divergências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA A ESTRATÉGIA REDD+

- O processo REDD+ implica, necessariamente, a integração das comunidades que dependem fortemente da exploração dos recursos florestais em todas as fases do seu desenvolvimento, particularmente na preparação, por meio de consulta pública, e durante a implementação por meio do sistema de salvaguardas e dos mecanismos de resolução de conflito;
- É fundamental privilegiar mecanismos de comunicação eficazes e transparentes que possam fazer chegar a mensagem junto dos diferentes *stakeholders* e reduzir o nível de desconfiança, particularmente ao nível das comunidades locais;
- A definição de estratégias e a seleção de meios de comunicação deve prestar uma atenção particular às peculiaridades socioculturais de cada localidade ou região;
- A Guiné-Bissau, possui experiências exitosas em consultas e gestão de conflito no sector florestal, assim a Estratégia Nacional de REDD+ deve se apropriar das lições aprendidas por estes processos;
- Os grupos mais vulneráveis, como as mulheres e os jovens, devem ser alvo de particular atenção com criação de mecanismos que assegurem a sua efetiva participação.

COMPONENTE 2. QUADRO DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO PARA O REDD+ NA GUINÉ-BISSAU

Apesar das várias tentativas na procura de um conceito universal de governança, continua sendo um desafio capturar sua importância, dimensão e dinâmica numa única e sucinta definição (UN-REDD, 2015b¹³). A governança pode ser genericamente descrita para englobar *“a interação entre leis, normas, instituições, e processos sociais; como decisões são tomadas; e como tomadores de decisão e agentes responsáveis são responsabilizados”* (UN-REDD, 2015b: pp.06).

No âmbito do REDD+, questões relativas a governança podem ser entendidas sob dois aspetos. A governança do REDD+ e a governança para o REDD+. A Governança do REDD+ inclui decisões, atores, processos, arranjos e ferramentas políticas necessárias ao planeamento e implementação das estratégias e programas REDD+. Determina, portanto, o sucesso do REDD+, estabelecendo prioridades e expectativas, distribuição de incentivos e estabelecimento de responsabilidades entre os atores envolvidos. Neste contexto também se refere a forma como tomadores de decisão são organizados nos vários níveis de governo e o controle dos recursos financeiros. Por sua vez, a Governança para o REDD+ relaciona-se com os fatores que influenciam, positiva ou negativamente, as formas como as reduções de emissão de desflorestação e degradação florestal ocorrerão. Tais questões encontram-se, normalmente, fora do setor florestal e cobrem políticas relacionadas com o uso da terra, como agricultura e extração de minerais. Implementar estratégias e programas REDD+ torna-se mais fácil quando as instituições são fortalecidas, as políticas divergentes são harmonizadas, os direitos de propriedade são definidos, e a proteção das minorias é respeitada.

Dada a natureza transversal do mecanismo, é fundamental definir o enquadramento institucional para a gestão e implementação das atividades de preparação da Guiné-Bissau para o REDD+, e o enquadramento dessas atividades nas estratégias de desenvolvimento nacional existentes. Uma boa governança para o REDD+ criará um ambiente fomentador para este mecanismo, contribuindo para garantir a inclusão, a promoção da equidade, a justiça e a transparência. Destaca-se que esta natureza transversal implica que, tal como ilustrado na Figura 4, a procura de uma boa governança estará presente em todo o processo do REDD+, tanto na preparação quanto na implementação.

Box 5 – Princípios chave de uma boa Governança

A boa governança é avaliada a partir de alguns princípios chave, incluindo:

- Estado de direito;
- Transparência e acesso a informação;
- Prestação de contas;
- Respeito pelos direitos formais e tradicionais;
- Participação e inclusão;
- Performance e efetividade;
- Procura do consenso;
- Capacidade;
- Anticorrupção; e
- Equidade de gênero.

No contexto da UNFCCC, a palavra governança é mencionada uma única vez em relação ao REDD+, na Decisão 1/CP.16 (COP Cancun). A citada decisão *“solicita que os países em desenvolvimento Partes da convenção... enderecem, inter alia, os agentes de desflorestação e degradação florestal, as questões fundiárias, a governança florestal, e a inclusão de gênero.... garantindo a participação integral e efetiva das partes interessadas relevantes, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais”* (Parágrafo 72).

¹³ UN-REDD (2015b) REDD+ Academy: Good Governance. Learning Journal, ed.1, Fall – 2015.

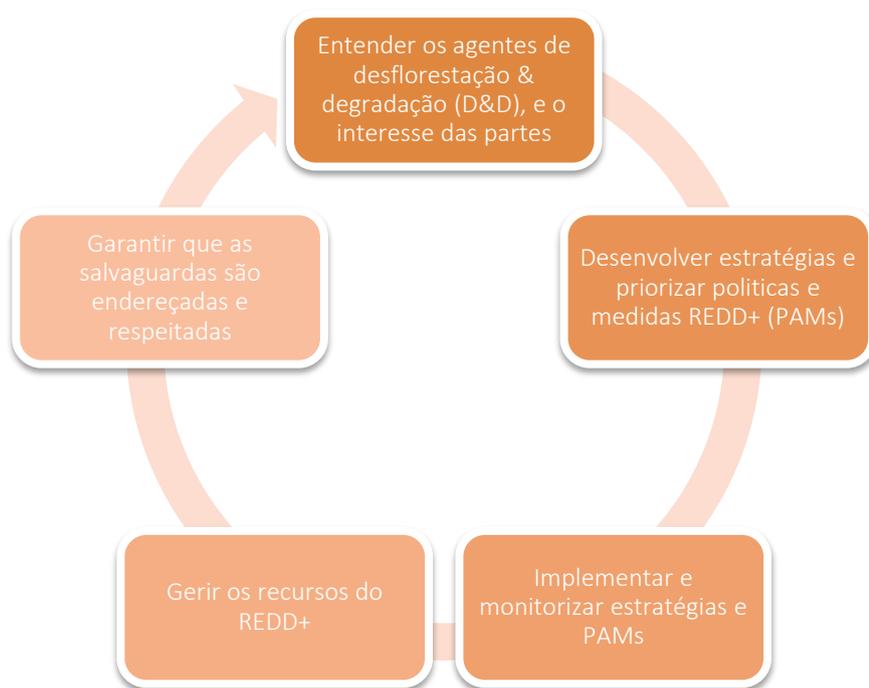


Figura 4 - Importância de endereçar a governança nos processos do REDD+

Este componente do *Roadmap* trata, prioritariamente, das questões relativas a Governança do REDD+ na Guiné-Bissau. Entretanto, procura também identificar potenciais distorções e divergências que podem inibir uma boa governança para o REDD+ no país. Como documento de preparação, este *Roadmap* de Preparação para o REDD+ reitera a importância de se considerar a necessidade e viabilidade de instituir uma estrutura para catalisação do processo de preparação para o REDD+ e para execução do Plano de Ação apresentados neste documento.

UMA VISÃO GERAL SOBRE AS INSTITUIÇÕES RELEVANTES À PREPARAÇÃO DO REDD+

Por meio do Despacho nº 8/SEA/15 da SEA, estabeleceu-se um Grupo de Trabalho para o REDD+ (GTR) cuja responsabilidade é iniciar as atividades de preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau. A SEA é responsável pelos aspetos ligados à gestão ambiental no país e é a instituição nacional incumbida do papel de Ponto Focal para a UNFCCC e para a Convenção da Diversidade Biológica (CBD). Além do seu papel de coordenação, a SEA é representada no GTR por estruturas que lhe são afetas, nomeadamente a Direção Geral do Ambiente (DGA), Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) e o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). O GTR é ainda composto pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADR), representado através da Direção Geral de Florestas e Fauna (DGFF), do Gabinete de Planificação Agrícola (GAPLA), do Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA) e ainda da Comissão Nacional de Revisão do Quadro Jurídico Fundiário (CNRQJF), que integra a Assembleia Nacional Popular (ANP) através da Comissão da Terra (CT); pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) representado pelas Direções Gerais de Economia (DGEco) e do Orçamento (DGO); pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) representado pela Direção Geral da Cooperação

Box 6 – Instituições para concretizar o REDD+

As instituições são necessárias para estabelecer e implementar:

- Estratégias e planos de ação;
- Níveis de referência;
- Sistemas robustos de MRV;
- Sistemas de monitorização de salvaguardas;
- Sistemas de distribuição de benefícios.

As instituições asseguram a gestão de conformidade, isto é garantir que as ações são desenvolvidas dentro das regras estabelecidas através do enquadramento legal e gerem a resolução de conflitos. Para isso é necessário que existam instrumentos adequados (normas, mecanismos de negociação, formas de arbitragem).

Internacional (DGCI); e finalmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

Esta subsecção apresenta o resultado do mapeamento das instituições nacionais relevantes e suas potenciais atribuições no âmbito do REDD+ (ver Box 6). O arranjo institucional do REDD+ a ser construído deve levar em consideração os princípios da eficácia, eficiência e equidade. Ainda, como previamente discutido no âmbito das consultas e das salvaguardas, deve ser dada especial atenção à representatividade das partes interessadas minoritárias e mais vulneráveis. Nesta etapa dos trabalhos, optou-se por agregar algumas partes interessadas com o objetivo de identificar grupos relevantes que, posteriormente, poderão ser consultados e desagregados, tanto para garantir a representatividade, quanto para contribuir com a eficácia para as estratégias de redução de desflorestação e degradação florestal.

Tabela 5 - Instituições Públicas Relevantes para a governança do REDD+

Instituições	Atribuições relacionadas com o REDD+
Secretaria de Estado do Ambiente (SEA)	<p>Departamento governamental que tem por missão definir, executar e coordenar as políticas do ambiente numa perspetiva do desenvolvimento durável. É reconhecida pela Lei Florestal como órgão de gestão florestal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e executar políticas de defesa do ambiente e dos seus componentes, entre os quais os recursos florestais; • Promover e coordenar o desenvolvimento das políticas, programas e ações de controlo e de redução de gases com efeito de estufa; • Ser ponto focal junto a QCNUMC e a CBD. <p>O IBAP e a AAAC, estruturas sob administração indireta, e o Gabinete de Planificação Ao Costeira (GPC), estrutura sob administração direta, tuteladas pela SEA com mandato específico com capacidade de contribuição direta a Estratégia Nacional do REDD+, em especial para sua implementação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investigar, propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas do ambiente; • Gerir as áreas protegidas e as espécies; • Estudar e propor políticas adequadas e os mecanismos de execução das ações de defesa da biodiversidade e das áreas protegidas; • Definir políticas e estratégias que visam dinamizar e promover ações concertadas para o desenvolvimento durável e gestão da zona costeira do País; • Harmonizar leis e incentivos para fomentar uma boa governança para o REDD+; • Implementar as políticas de salvaguardas sócio-ambientais; • Coordenar e gerir os processos de licenciamento ambiental.
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR)	<p>Ministério responsável por formular, propor, coordenar e executar políticas para o setor agrário, incluindo os sectores de florestas, fauna, e a pecuária.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a gestão durável dos recursos que integram o domínio florestal; • Harmonizar leis e incentivos para fomentar uma boa governança para o REDD+; • Gerir a política florestal e dos recursos naturais; • Contribuir com a redução do desmatamento oriundo da agricultura. <p>A DGFF, sob administração direta do MADR, responsável por realizar e promover estudos na área florestal e da fauna, e de coordenar e fiscalizar a política florestal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir ativamente para a governança do REDD+ em especial fornecendo indicações técnicas de apoio à decisão; • Atuar na implementação do REDD+; <p>A Direção Geral de Agricultura (DGAg) tem como missão a promoção da produção vegetal através da capacitação dos produtores e dos operadores do sector agrícola e pela determinação de condições técnico-económicas de desenvolvimento das fileiras agroindustriais e alimentares.</p> <p>Direção geral de engenharia e desenvolvimento rural (DGEDR), tem por missão definir, coordenar e supervisionar as políticas de ordenamento hidroagrícola, de mecanização agrícola, de aplicação de fertilizantes químicos e orgânicos e zelar pela implementação das políticas de promoção de infraestruturas agrícolas com vista a potencializa-las como forma de</p>

Instituições	Atribuições relacionadas com o REDD+
	<p>alcançar maior produção e produtividade.</p> <p>Gabinete de Planeamento Agrário (GAPLA), é o órgão operativo do Ministério responsável pela realização de estudos, planificação agrária, previsão, programação, seguimento e avaliação no domínio agrário, atividade que realiza em colaboração com as direções centrais e regionais do Ministério.</p> <p>Direção Nacional de Vulgarização Agrária (DNVA), tem como missão principal suscitar soluções práticas aos problemas dos camponeses, passíveis de serem difundidas pelos agentes vulgarizadores da agricultura, florestas e pecuária, em colaboração com os demais órgãos do Ministério.</p> <p>O INPA é a entidade, integrada na administração indireta do Estado, responsável pelo desenvolvimento da pesquisa relativa ao aumento de capacidade de produção, conservação e melhoria de qualidade agro-silvo-pastoril e da pecuária, responsável por realizar e promover estudos no setor agrário.</p>
Ministério do Interior	<p>Ministério responsável para assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes a proteção e conservação da natureza e ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos, atividade que realiza através do seu órgão de comando operacional que é a Brigada de Proteção da Natureza e Ambiente.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A Direção Geral da Administração do Território e Poder Local, estrutura sob dependência direta do Ministro, encarregue de definir as linhas mestras relativos a política de proteção nos termos legalmente estabelecidos em conciliação com estruturas de poder local estabelecidos ao nível do território nacional.
Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo (MOPCU)	<p>Ministério responsável por formular, propor, coordenar e executar políticas nas áreas de construção civil e obras públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executar a gestão técnica de imóveis rurais; • Harmonizar leis e incentivos para fomentar uma boa governança para o REDD+; • Estruturar e renovar bairros nas zonas rurais e prover acesso à propriedade da terra. <p>A Direção-Geral do Ordenamento do Território é o serviço executivo da Administração direta do Estado, integrada na Secretaria de Estado do Ordenamento e Administração do Território que tem por missão dar execução às medidas e políticas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano promovendo a valorização integrada das diversidades do território nacional, através do aproveitamento racional dos recursos naturais, do património natural e cultural, da humanização das cidades, da funcionalidade dos espaços edificados e da correta localização das atividades.</p> <p>A Direção Geral de Geografia e Cadastro é o departamento que tem por missão propor e definir a política cartográfica e a organização cadastral, atividade que realiza através da produção de informações geográfica oficial e ainda coordenação do sistema nacional de informação geográfica e cadastral, a promoção e a formação com vista a contribuir para a dinamização da sociedade da informação geográfica, assumindo-se assim como organismo responsável pela execução da política de informação geográfica nacional.</p>
Ministério de Recursos Naturais (MRN)	<p>Ministério responsável por formular, propor, coordenar e executar políticas de gestão, uso e conservação dos recursos naturais. Em especial, destaca o papel do MRN nas regulações sobre a extração e beneficiamento dos recursos minerais do país.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar licenças de lavra e extração de recursos minerais; • Harmonizar leis e incentivos para fomentar uma boa governança para o REDD+.
Ministério da Energia e Industria (MEI)	<p>Ministério responsável por formular, propor, coordenar e executar as políticas nos domínios da energia, competindo-lhe assegurar sua gestão racional e sustentável, como a promoção industrial do país.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a eficiência energética no âmbito domiciliário, com fogões melhorados e o uso do gás de cozinha (GLP) como fonte de energia doméstica; • Harmonizar leis e incentivos para fomentar uma boa governança para o REDD+.

Instituições	Atribuições relacionadas com o REDD+
Ministério da Educação Nacional	O Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE) é uma instituição especializada do Ministério da Educação Nacional que é responsável por elaborar e produzir currículos, programas e material didático e propor os estabelecimentos de ensino a serem utilizados como centros experimentais e garantir o acompanhamento das experimentações ali realizadas.
Secretaria de Estado de Integração Regional	Tutelado pela Secretaria de Estado de Integração Regional, a Direção Geral do Plano tem como missão, elaborar os planos nacionais e regionais de desenvolvimento económico e social, bem como modelos de integração económica e social no espaço nacional e ainda acompanhar a execução de ajuda pública ao desenvolvimento.
Secretaria de Estado dos Transportes	Departamento governamental ao qual compete formular, propor, coordenar e executar a política do Governo nos domínios da Meteorologia, sendo que, o Instituto Nacional da Meteorologia, tutelado por aquele, tem entre outras competências, assegurar a vigilância e o estudo do clima e da sua variabilidade, contribuindo para a análise dos efeitos decorrentes das alterações climáticas e para a definição das correspondentes medidas de adaptação.
Assembleia Nacional Popular (ANP)	A ANP é a casa legislativa da Guiné-Bissau, Em sua estrutura existem um conjunto de comissões que tratam de temas especializados, sendo alguns que interesse direto ao REDD+- Comissões Especializadas Permanentes enquanto grupos de trabalho especializados em razão da matéria têm como missão/funções de preparar as questões a submeter à apreciação da Plenária e ainda pronunciar-se sobre todas as questões submetidas à sua apreciação pelos Deputados, pela Mesa ou pelo Plenário dentro da sua Competência, realizar estudos e fornecer à Assembleia e à Mesa elementos que permitem a apreciação e o controlo dos atos do Governo e de entidades públicas, verificar o cumprimento pelo Governo e pela Administração Pública das leis e resoluções da Assembleia podendo sugerir a esta as medidas julgadas convenientes. São os seguintes, as comissões especializadas permanentes com interesse para o REDD+: a) Assuntos Jurídicos, Constitucionais, Direitos do Homem e Administração Pública; b) Administração Interna, Poder Local e Defesa Nacional; c) Assuntos Económicos, Financeiros, Plano, Comércio e Indústria; d) Agricultura, Pescas, Recursos Naturais, Ambiente e Turismo; e) Saúde, Assuntos Sociais, Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social; f) Obras Públicas, Habitação, Transportes, Energia, Ciência e Tecnologia.
Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica	O INEP é um serviço personalizado do Estado sob tutela do membro do governo que tutela área da educação em geral e, em particular, a pesquisa científica, sendo que, tem como objetivos promover estudos e pesquisas nos domínios das ciências sociais nomeadamente, economia, antropologia, história moderna e tecnologia aplicada.

UMA VISÃO GERAL SOBRE A CAPACIDADE JURÍDICA RELEVANTE À PREPARAÇÃO DO REDD+

Nas últimas décadas foi instituído no país um leque variado de leis tanto no domínio ambiental como em diferentes sectores de atividades. Realça-se entre outras, as leis relativas à proteção dos recursos naturais, entre as quais: a Constituição, a Lei de Base do Ambiente, Lei da Terra, Lei Florestal, entre outras. Esta secção apresenta o contexto jurídico relevante à preparação do REDD+ na Guiné-Bissau procurando identificar lacunas e potenciais conflitos que precisem de ser corrigidos para garantir uma boa governança à luz dos requisitos do REDD+ (Box 7).

Tabela 6 - Capacidade jurídica relevante à preparação do REDD+

Relação da legislação com o REDD+	Legislação	Disposições legais relacionadas com o REDD+	Lacunas identificadas
Define a competência em matéria de conservação e da titularidade dos recursos florestais	Constituição da República de Guiné-Bissau (CRGB)	Arts.º 10º e 12º nº 2	Não foram identificadas lacunas ou qualquer tipo de sobreposições visto que, mesmo de modo implícito, vê-se salvaguardada aspetos ligados a gestão participativa das florestas e salvaguardar a titularidade exclusiva dos mesmos
Define a gestão da Terra	Lei da Terra	Arts.º 2º nº 3; 5º nº 2 e 16º nº 2	Não existem conflitos no que se refere aos órgãos de gestão da terra, pelo que, falta concluir o processo através da regulamentação da lei em alusão.
Define as instituições florestais e os órgãos de gestão dos recursos florestais	Lei Florestal	Arts.º 3º nº 1 e 2 e seguintes, art.º 5 e art.º 11º nº 2, 3 e 4.	Em relação a este existe um potencial risco de conflito com a lei da terra caso esta não seja regulamentada de forma clara visto que, quem gere a terra, gere igualmente os recursos florestais que nela existem.
Define os princípios básicos da gestão dos recursos ambientais	Lei de Bases do Ambiente	Art.º 4º; 7º; 8º; 11º; 26; 44º e 46º	Em relação a esta, não obstante de forma subtil foi feita a menção à proteção dos recursos florestais, achamos que se deve ainda reforma-la de modo a integrar aspetos ligados ao REDD+
Define a obrigação de aplicar normas e procedimentos de avaliação ambiental	Lei de Avaliação Ambiental	Arts.º1; 2º; 8º; 14º e 38º	A Lei de Avaliação Ambiental é integralmente responsável por cobrir o conjunto de atividades que podem ocasionar deflorestação e degradação ambiental em escala. Entretanto, ela não considera atividades de menor monta, como àquelas desenvolvidas pelas comunidades locais.
Define os princípios de gestão e desenvolvimento da pesca	Lei da Pesca	Arts.º1; º3; º5; º9 e º16	Apesar da matéria cobrir de maneira ampla a gestão e o desenvolvimento da pesca, bem como à toda atividade ligada ao sector da pesca, não existe qualquer referencia específica à preservação do mangal ou às atividades de fumação de pescado.
Abrange todos os assuntos relacionados a exploração, extração e a produção comercial de substâncias minerais	Lei de Minas e dos Minerais	Art.º 90 - 102	Prevê, de maneira clara, a obrigatoriedade do Licenciamento Ambiental e de aplicação dos procedimentos de avaliação ambiental.
Tem em vista a salvaguarda ambiental bem como a promoção do desenvolvimento durável	Lei-quadro das Áreas protegidas	Arts. 2º; 11º; 30º; 32º e 43º	Não existe lacunas identificadas. Poderá eventualmente existir um potencial conflito na aplicação da mesma.

O ordenamento jurídico é o elemento fundamental na estruturação da Governança do REDD+. De maneira abrangente, a legislação avaliada versa sobre os princípios da legalidade, da legitimidade, e da participação. Nota-se que, por serem abrangentes, os dispositivos jus-ambientais guineenses, apresentam riscos para conflitos no âmbito do REDD+. Com efeito, é de reconhecer que, não basta produzir leis mas sim que as mesmas sejam coerentes, transparentes e exequíveis, justas e credíveis de modo a conferir à comunidade em geral a segurança e a tranquilidade jurídica necessária promovendo a gestão participativa dos recursos florestais. No caso da Guiné-Bissau, identificam-se potenciais conflitos na aplicação da lei. A Governança do REDD+ demandará uma forte atuação sobre os agentes de deflorestação e degradação florestal e uma ação coordenada e eficaz das diversas instituições públicas interessadas no processo, entre elas aquelas ligadas ao Meio Ambiente, às Florestas, à Pesca, aos Recursos Naturais, à Agricultura e ao Planeamento.

Box 7 – Estabelecer as regras do jogo para o REDD+

O sistema de governança tem três pilares:

1. O enquadramento legal;
2. O enquadramento institucional; e
3. A garantia de conformidade.

O enquadramento legal é o núcleo do sistema de governança e cria/regula o enquadramento institucional e de conformidade. Os seus elementos chave são as estratégias, políticas, planos e programas nacionais. Os instrumentos legislativos são: (i) as leis estatutárias aprovadas no parlamento; (ii) os regulamentos, que correspondem a leis secundárias e clarificadores da forma de aplicação das primeiras; e (iii) as leis costumeiras.

O enquadramento institucional corresponde à definição do papel e das interações das instituições oficiais que têm mandatos e poderes estabelecidos legalmente para implementação das estratégias / políticas e para garantir o cumprimento e observância das regras.



MECANISMOS FINANCEIROS NA GUINÉ-BISSAU E POSSÍVEIS RELAÇÕES COM O REDD+

O REDD+ é um instrumento financeiro baseado em desempenho. Em outras palavras, países que se comprometerem a reduzir as suas emissões oriundas da desflorestação e da degradação florestal e demonstrarem que alcançaram os seus compromissos, receberão suporte financeiro. Portanto, a Governança do REDD+ trata também da gestão do fluxo internacional de divisas, da estruturação de mecanismos anticorrupção e da implementação de um sistema de compartilhamento de benefícios. Mesmo que imaturos, o país dispõe de dispositivos de gestão financeira voltados para financiar políticas de conservação do ambiente em geral e do sector florestal em especial.

Tabela 7 - Mecanismos financeiros na Guiné-Bissau

O Decreto-lei nº 5/2011 - Lei Florestal, que, nos termos do seu art.º 3 nº 2 alínea b) cria o Fundo Florestal enquanto órgão de gestão florestal. Estrutura dotado de autonomia administrativa e financeira. Entre as suas funções está as operações de conservação, fiscalização e formação dos agentes de fiscalização, repovoamento e expansão do domínio florestal, criação e funcionamento de viveiros comunitários e do Estado. Prevê ainda subvencionar e conceder empréstimos as pessoas singulares e coletivas para as atividades de repovoamento ou atividades ligados a aproveitamento racional dos recursos que integram o domínio florestal.

Por sua vez, a Lei 1/2011, que cria a Lei de Bases do Ambiente, estabelece o Fundo Ambiental sob administração indireta, tutelado pelo membro do governo responsável pelo sector do ambiente, cuja missão é promoção e fomento das iniciativas de prevenção e reparação de danos aos componentes ambientais (de entre os quais a Flora) ou a concretização de políticas ligadas a defesa do ambiente com vista a garantir o desenvolvimento sustentável no País.

Por fim, foi recentemente criada a Fundação Bioguiné, instruído por iniciativa do IBAP voltada para promover ações de proteção e conservação do ambiente físico e natural e da biodiversidade da Guiné-Bissau, com foco prioritário ao SNAP na Guiné-Bissau. A Fundação, instituída em território inglês, garante também a transparência e a proteção contra interferências e desvios de recursos aumentando a segurança dos financiadores internacionais e o impacto dos investimentos nas áreas de conservação.

Estas três experiências apresentam lições valiosas para as discussões sobre a gestão financeira do REDD+ na Guiné-Bissau. A estruturação de um fundo específico para gestão dos recursos do REDD+, aliados a uma estrutura institucional independente pode garantir a transparência, a prestação de contas, a monitorização da efetividade dos investimentos e a anticorrupção. A implementação do mecanismo demandará, certamente, uma estrutura robusta de gestão de recursos e compartilhamento de benefícios.

Nesta etapa de preparação para o REDD+, a Guiné-Bissau pode se beneficiar de instrumentos de cooperação internacional mais simples, baseados, principalmente, em assistências oficiais para o desenvolvimento e suportes técnicos. A par do financiamento externo, alguns países utilizam estruturas internas voltadas para financiar políticas de proteção e conservação do ambiente. A Guiné-Bissau se vê, neste momento, incapaz de financiar com recursos próprios as atividades de preparação para o REDD+. Portanto, o Plano de Ação desenvolvido por este *REDD+ Roadmap* tem como objetivo específico, quantificar custos para um grupo de atividades permitindo identificar fontes de financiamento adequadas à preparação do REDD+ no país.

INTEGRAÇÃO DA GOVERNANÇA DO REDD+ NA PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

A Estratégia Nacional de REDD+ deve refletir explicitamente os co-benefícios do mecanismo e sua potencial integração com as demais prioridades nacionais de desenvolvimento. Em especial, destaca-se a contribuição às políticas e projetos de conservação da diversidade biológica, a redução da pobreza e a diversificação da renda, o fortalecimento institucional e da governança pública em especial o combate a corrupção e a integração institucional.

O planeamento nacional é formalizado no Plano Estratégico e Operacional 2015-2025¹⁴ da Guiné-Bissau, também denominado Terra Ranka. Este planeamento apresenta uma visão de longo prazo para o país, com a ambição de realizar progresso social. Sob a perspectiva do REDD+, destacam-se duas declarações estratégicas do Terra Ranka:

- Em 2025, a Guiné-Bissau será um modelo de desenvolvimento durável, no qual a biodiversidade e capital natural será preservada e regenerada para manter o potencial de criação de valor de seus recursos renováveis e estabelecer no país um círculo virtuoso de prosperidade; e
- Em 2025, a Guiné-Bissau possuirá uma economia diversificada, concentrando-se em quatro vetores de crescimento: a agricultura e agro-indústria, a pesca, o turismo e a mineração.

Assim, o REDD+ deve ser entendido como um instrumento de financiamento inovador e relevante à ambição de atingir um modelo de desenvolvimento durável. Desde que integrada às tomadas de decisão e às políticas públicas de maneira transversal, a Estratégia Nacional para o REDD+ poderá contribuir com as ambições do Terra Ranka criando incentivos para apoiar o país em seus esforços de conservação florestal e da biodiversidade. Esta necessidade de integração é especialmente relevante para garantir uma boa governança para o REDD+, uma vez que a diversificação da economia está apoiada em setores potencialmente causadores da deflorestação e da degradação florestal.

Por fim, a Estratégia Nacional para o REDD+ deve observar os compromissos voluntários assumidos pela Guiné-Bissau em sua INDC¹⁵ (*Intended Nationally Determined Contributions*), além de outros planos nacionais relevantes a redução da deflorestação e da degradação florestal e a estruturação de uma boa governança para o REDD+, entre os quais se destacam:

- Estratégia Nacional de Combate a Pobreza (PRSP II ou DENARP II);

¹⁴ Guinee Bissau 2025: Plan Strategique et Operationnel 2015-2025 (Terra Ranka)

¹⁵[http://www4.unfccc.int/submissions/INDC/Published%20Documents/Guinea%20Bissau/1/GUINEA-BISSAU_INDC_Version%20to%20the%20UNFCCC%20\(eng\).pdf](http://www4.unfccc.int/submissions/INDC/Published%20Documents/Guinea%20Bissau/1/GUINEA-BISSAU_INDC_Version%20to%20the%20UNFCCC%20(eng).pdf)

- Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas;
- Estratégia Nacional de Biodiversidade (2004, 2015);
- Política de Desenvolvimento Pecuário (2010);
- Programa de Ações de Combate a Seca e a Desertificação (2006, 2011);
- Plano Nacional de Investimento Agrícola (revisão 2014/2015); PNIA
- Estratégia Integrada de Financiamento da Gestão Durável da Terra (2011);
- Planeamento Energético (2013);
- Plano de Universalização ao Acesso à Energia – SE4All (2014); e
- Estratégia nacional e plano de Ação para o financiamento durável de adaptação a curto, medio e longo prazo. (2013)
- Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação (2010)
- Plano Diretório Florestal (2010)

A Estratégia Nacional de REDD+ ainda se relaciona com planos e iniciativas regionais e sub-regionais das quais a Guiné-Bissau participa, dentre as que se destacam:

- Política Comum do Ambiente da UEMOA
- Política Comum Agrícola da UEMOA
- Nova Parceria para o Desenvolvimento da AFRICA (NEPAD)

POSSÍVEL ARRANJO INSTITUCIONAL PARA GOVERNANÇA DO REDD+ NA GUINÉ-BISSAU

Considerando as instituições já existentes, os seus mandatos e atribuições, bem como o ordenamento jurídico relevante para o REDD+ e a experiência adquirida com o funcionamento do GTR, apresenta-se abaixo uma possível visão de um arranjo institucional do REDD+.

Para organização, orientação, e supervisão de atividades REDD+ no país, poderá vir a constituir-se um Comité de Pilotagem REDD+ no âmbito do Secretariado Nacional para a Implementação da Estratégia e Plano de Ação de Financiamento Durável de Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas (SAFAM) dedicado à pilotagem política do processo. É no âmbito do SAFAM que são priorizadas as alocações de fundos destinados às diversas atividades de adaptação e mitigação das alterações climáticas no país e é também aí que é decidido o formato de envolvimento das instituições oficiais.

A Unidade REDD+, proposta como sucessora permanente do GTR, é a entidade técnica executiva de todas as atividades relacionadas com o REDD+ no país. O mandato da Unidade de REDD+ será o de continuar e consolidar o trabalho iniciado pelo GTR apoiando, executando, promovendo e monitorizando as atividades correntes do REDD+, fornecendo informação técnica solicitada pelo SAFAM e instruindo os projetos e atividades técnicas ligadas ao REDD+. Esta Unidade será constituída por membros pertencentes aos vários ministérios e institutos públicos numa lógica semelhante à que presidiu à constituição do GTR. Desses elementos um será eleito como secretário executivo pelos seus pares e deverá passar a desenvolver esta atividade em exclusividade de funções.

Os objetivos desta Unidade REDD+ são:

- (1) Informar o SAFAM e o primeiro-ministro sobre opções, prioridades, oportunidades e sinergias que possam contribuir para um desenvolvimento de baixo carbono assente na biodiversidade e na conservação florestal e na melhoria contínua da governança e da gestão do uso do solo;
- (2) Coordenar as atividades a implementar através das entidades públicas para harmonização do financiamento dos vários projetos paralelos, convergindo para aumento da produtividade e

sustentabilidade dos bens e serviços prestados pelos recursos naturais renováveis, com base no plano de ação do REDD+;

- (3) Gerir a estratégia REDD+, garantindo a necessária dinâmica e ajustes inerentes a este processo;
- (4) Fazer a gestão operacional dos fundos internacionais para o desenvolvimento do REDD+, como os do FCPF, a UN-REDD, e outros acordos bilaterais, e estabelecer os mecanismos financeiros para o efeito;
- (5) Desenvolver, instalar, e gerir os mecanismos de distribuição de benefícios decorrentes das demonstrações de desempenho na redução de emissões no âmbito do REDD+.

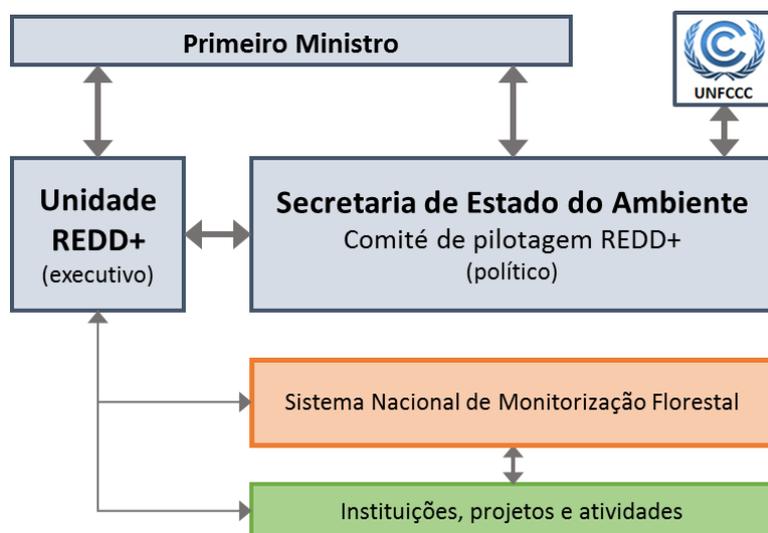


Figura 5 – Possível estrutura de governança REDD+.

A constituição da Unidade REDD+ será coordenada pelo ponto focal e autoridade nacional REDD+, com o qual o Secretário Executivo trabalhará em reporte ao Primeiro Ministro. As ações a desenvolver pela Unidade REDD+ têm caráter multisectorial (transversal) e requerem integração vertical de estruturas oficiais e, por vezes, da sociedade civil. A unidade REDD+ poderá assim incluir um conjunto de subgrupos técnicos temporários ou permanentes para o desenvolvimento dos vários aspetos necessários à estratégia REDD+.

Para além deste arranjo institucional, a governança do REDD+ precisará de um enquadramento legal adequado que inclua a harmonização das legislações potencialmente conflitantes, em especial aquelas que regulam o ordenamento do território e as questões fundiárias. Para além disso, é necessária a proposta de aprovação de novos regulamentos para, por exemplo:

- Estabelecer a política nacional de REDD+, integrada e harmonizada a outras legislações relacionadas a florestas e ao uso do solo;
- A criação e operação do Sistema de MRV;
- O enquadramento legal do sistema de salvaguardas e do mecanismo de resolução de conflitos;
- Gestão dos recursos financeiros do REDD+ e criação e operação do mecanismo de distribuição de benefícios do REDD+.

Em especial em relação ao último destaca-se que os veículos financeiros existentes ou não se encontram operacionais, por diversos motivos, ou estão em fase incipiente de operação. Nesse sentido o Ministério das Finanças pode ter um papel relevante no futuro para gestão dos proventos provenientes das atividades do REDD+.

COMPONENTE 3. PREPARAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL REDD+

A terceira componente (C3) tem como principal objetivo clarificar a base política e programática sobre a qual poderá vir a ser lançada a estratégia nacional de REDD+. Assim, nesta componente do *Roadmap* identificam-se as políticas, os programas, e as atividades em curso no país que influenciam, determinam ou dão resposta aos principais agentes e causas de desflorestação e degradação florestal, e ao balanço de emissões de GEE. É necessário portanto examinar quais são os principais agentes e causas de desflorestação e degradação florestal e que políticas e experiências nacionais em matéria de uso do solo, ambiente, e áreas relacionadas são relevantes para apoiar o desenvolvimento de uma futura estratégia REDD+. Destaca-se que esta avaliação tem importante contribuição para a harmonização de políticas, programas e atividades e apoia o estabelecimento de uma boa Governança para o REDD+. É através desta última que os conflitos e potenciais incentivos perversos podem ser identificados e corrigidos.

A viabilidade e sustentabilidade da implementação do mecanismo REDD+ depende fortemente da capacidade de se alterar e transformar, em vários setores da economia, práticas comuns que conduzem à desflorestação e degradação florestal. Assim, para propor estratégias adaptadas para lutar contra a desflorestação e degradação, é essencial conhecer o estado atual dos recursos florestais na Guiné-Bissau e caracterizar as principais tendências de transição, com uma análise dos fatores que as determinam.

TENDÊNCIAS DE ALTERAÇÃO DOS TIPOS DE FLORESTAS EXISTENTES E SUA EXTENSÃO

A informação e os estudos disponíveis sobre a extensão e dinâmica da vegetação florestal na Guiné-Bissau não têm seguido uma tipificação consistente das classes de floresta presentes no território nacional. Acresce que não existe também consistência no que se refere à área de floresta estimada no território para vários períodos passados e para o presente.

Diferenças significativas são observadas quando se comparam os resultados de distintos projetos (Tabela 8) correspondentes a diferentes períodos de tempo, sendo recomendável uma análise cuidada da informação e dos dados existentes. Esta verificação e harmonização é importante para a correta quantificação do impacto dos agentes de desflorestação e degradação florestal e para a monitorização da efetividade da estratégia REDD+. Assim, se poderá garantir a consistência no reporte de emissões de CO₂ pelo sistema MRV a ser criado.

Os estudos da SCET Internacional e Atlanta Consult (1978-1985) evidenciam uma diminuição de 13% do total da área florestal no país. Já o projeto Carboveg-GB (1990-2007) reporta um aumento da área líquida de floresta, tendo apenas registado uma diminuição significativa nas áreas de savana. No que diz respeito ao mangal, os dados recolhidos nos períodos 1953-1959 e 1976-1990, indicavam que, entre estes dois períodos, teria aumentado a taxa de desflorestação de 2,000 ha/ano para 3,830 ha/ano (DGFC, 1992). Segundo os dados do projeto CARBOVEG-GB, apesar da existência de *hot-spots* de perda de mangal, a área líquida desta formação tem vindo a aumentar desde 1990.

Tabela 8 - Área de floresta reportada em projetos distintos.

Projeto	Área florestal (ha)
SCET Internacional (1978)	2,344,950
Atlanta Consult (1985)	2,030,284
Carta de ocupação de solos (IBAP, 2007)	2,239,813
CARBOVEG-GB (2007)	2,683,290
FAO FRA (FAO, 2010)	2,022,000

Não obstante a utilização de técnicas e fontes de dados não harmonizados, a avaliação destes diferentes estudos e a comparação dos resultados é potencialmente útil para aferir as tendências de pressão sobre os

vários tipos de floresta no país e produzir o mapeamento e quantificação associada aos diferentes agentes. Para isso é necessária a sistematização de conceitos e definições, a organização e harmonização de dados de base, a avaliação do seu grau de incerteza, e a atualização com dados e estudos adicionais.

CARATERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS USOS FLORESTAIS A NÍVEL NACIONAL

Os usos florestais descritos na Tabela 9 identificam não só a potencial pressão sobre essências florestais, como também possíveis estratégias REDD+, uma vez que muitas destas atividades poderão ser continuadas ou implementadas de forma sustentável em conjunto com as comunidades locais.

Tabela 9 - Principais usos florestais a nível nacional.

Sistemas de exploração
<p>O potencial de terras agrícolas representa 51% da superfície total do país, ou seja 1,810,000 ha. A nível nacional, a superfície cultivada é estimada em 200,000 ha (68.000 ha pelo arroz, sendo 37% pelo arroz m'pampam, 43% pelo arroz de bolanha de água doce e 20% pelo arroz de mangais ou de bolanha de água salgada) (DENARP II). Os solos com vocação pastoral extensiva, ou sujeitos à erosão (vertentes), ocupam uma grande parte da zona Leste (68% da superfície total, ou seja 9,000 km², com mais de 75% de bovinos e de pequenos ruminantes) e da zona Norte (37% da superfície total, ou seja 4,000 km², com a metade dos efetivos nacionais de porcos). (EPANDB,2015) As plantações de caju têm substituído os pousios tradicionais e a expansão deste tipo de plantações tem sido um fator determinante na alteração das áreas de floresta no país. O caju é hoje a fonte mais importante de rendimento na Guiné-Bissau, e muito principalmente a fonte de rendimento quase exclusivo das famílias mais pobres que, quando necessário, trocam castanha de caju por arroz para a sua alimentação. A exportação de castanha de caju tem aumentado consistentemente na última década constituindo-se na base da economia do país¹⁶.</p>
Produtos florestais lenhosos
<p>Os produtos florestais lenhosos contribuíram com cerca de 2% para o PIB em 2010 e representam fontes de combustível (energia lenhosa) para o uso doméstico, fumagem do pescado, confeção do sal, de materiais de construção, de fibras, de medicamentos e de outros usos para uma grande maioria da população guineense, que está na origem do aumento da pressão sobre as florestas. Cerca de 60% da população do país utiliza a lenha, 35% o carvão vegetal, 1,1% o gás e a restante população utiliza outras formas de energia (ILAP2, 2011). A necessidade em energia doméstica para a iluminação, aquecimento das casas e preparação de alimentos é satisfeita na sua maioria pela lenha que se coleta nos diferentes ecossistemas florestais. O consumo unitário de combustível lenhoso em 1999 foi estimado na ordem de 666 kg/hab/ano. No sistema tradicional de transformação da lenha em carvão, estima-se uma taxa de exploração que varia entre 17 e 20%, quer dizer que em cada 100 kg de lenha obtém-se o equivalente a 17 a 20 kg de carvão (da Silva et Diombera, 2006). É notória a insustentabilidade desta forma de produção de carvão vegetal. Nos últimos anos tem sido reportada a exportação de grandes quantidades de madeira provenientes das florestas da Guiné-Bissau, nomeadamente de espécies internacionalmente protegidas pelo CITES, como o "pau-sangue" (<i>Pterocarpus erinaceus</i>).</p>
Exploração da palmeira natural (<i>Elaeis guineensis</i>)
<p>Atividade de alguns agregados familiares (homens, mulheres e jovens) de diferentes grupos étnicos do país. Destas essências florestais extraem-se os frutos da infrutescência "chabéu" para a produção de óleo de palma, que é consumido diretamente ou comercializado. Das amêndoas retira-se o óleo de palmiste, cujo consumo tem reduzido significativamente com o decorrer dos tempos. As mulheres aproveitam das ramagens para a produção de vassouras e cestos, entre outros. Nos últimos anos contudo, este subproduto vem sendo largamente comercializado nos mercados internos e externos. Os troncos de palmeiras são utilizadas, em substituição do "cibe", também na construção das residências e diques das bolanhas de água salgada. Atividades económicas associadas a palmeira são ainda complementadas com a exploração do vinho de palma.</p>
Exploração do "cibe" (<i>Borassus aethiopum</i>)
<p>Os seus produtos ocupam um lugar de relevo na microeconomia e no artesanato dos guineenses. O seu tronco é utilizado preferencialmente na construção civil, por ser um material fibroso, de difícil putrefação, alta resistência físicas e químicas às térmitas e à água. A árvore produz também muitos tipos de alimentos, sendo as plantas jovens consumidas como legumes "palmite", nas cerimónias/rituais, possuindo ainda propriedades medicinais. As sementes imaturas, contendo uma geleia doce que tem um sabor refrescante são muito apreciadas nas suas zonas de ocorrência tanto pelos humanos como pelos primatas e elefantes.</p>

¹⁶ <http://documents.worldbank.org/curated/en/2016/01/25832113/guinea-bissau-cashew-economy>

Medicina tradicional
<p>A flora da Guiné-Bissau é muito rica em plantas medicinais, fontes de tratamentos que podem ser potencialmente utilizados na medicina convencional, já que em todo o território nacional, a medicina oficial está ainda pouco acessível e particularmente nas ilhas dos Bijagós (DENARP II). As plantas são usadas na farmacopeia tradicional para a cura das doenças mais frequentes. Os estudos etnobotânicos realizados identificaram 201 espécies de plantas medicinais (Catarino, 2004¹⁷). A exploração racional da flora (cascas, raízes, folhas...) exige antes de tudo um trabalho de pesquisa científica, de forma a sua aplicação na indústria e farmacopeia nacional que poderá constituir uma alternativa à medicina moderna. Neste âmbito, formações foram facultadas aos curandeiros tradicionais por uma organização “Caritas” que lhes dá apoio na organização material e intelectual dos seus trabalhos. Ao nível do Arquipélago dos Bijagós, foram até a data publicados 2 livros sobre os Mezinhos da farmacopeia tradicional, baseada no inventário de plantas de uso medicinal.</p>
Produtos Florestais Não Lenhosos (PFNL)
<p>As comunidades locais dependem grandemente destes sectores assentes na exploração dos PFNL tais como o mel, a carne de caça, cera selvagem, o vinho de palma e os frutos silvestres. Existe uma diversidade de árvores e arbustos utilizados para a coleta de folhas, frutos, cascas, fibras, troncos, raízes, sementes, tubérculos, caule, etc. Podemos citar o “foli pequeno” <i>Saba senegalensis</i>, “foli di lifanti” <i>Landolphia heudoloti</i>, “cibe-palmite” <i>Borassus aethiopicum</i>, frutas e folhas de “Cabaceira” <i>Adansonia digitata</i>, “farroba” <i>Parkia biglobosa</i>, “Veludo” <i>Dialium guineense</i>, “banana santcho” <i>Uvaria chamae</i>, “tambacumba” <i>Neocarya macrophylla</i>, “mandiple” <i>Spondias monbin</i>, “mampataz” <i>Parinari excelsa</i>. A extração do mel é realizada transversalmente nas florestas/savanas assim como no mangal e representa também outra atividade de relevo junto das comunidades locais.</p>
Utilidade Etno-cultural e mágica
<p>As florestas integram ainda uma componente sociocultural interessante, sobretudo em termos da reprodução espiritual das sociedades locais o que lhe confere a dimensão de sagrada. As árvores de grande porte tais como “Poilão” <i>Ceiba pentandra</i> e a “Cabaceira” <i>Adansonia digitata</i> podem ser encontradas nas florestas sagradas e podem representar poderes místico-religiosos. Por isso, foram identificados sítios e florestas sagradas em todo o território nacional, as quais representam também zonas importantes de biodiversidade.</p>
Turismo e Ecoturismo
<p>Este setor tem o potencial de se tornar numa fonte de crescimento económico e de emprego no país. Este sector posiciona-se no 4º lugar na criação potencial de riqueza para o país. Ao aproveitar da biodiversidade única, a rede de áreas protegidas e a cultura, a Guiné-Bissau apresenta um potencial em criar um destino singular de ecoturismo na África Ocidental, o que poderá trazer benefícios económicos ao país, contribuir para a redução da pobreza, desempenhar um importante papel de valorização dos serviços e bens do ecossistema.</p>

IDENTIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS PRINCIPAIS AGENTES E CAUSAS DE DESFLORESTAÇÃO E DEGRADAÇÃO FLORESTA

Nestes últimos anos a pressão sobre os recursos florestais e da biodiversidade em geral tem aumentado substancialmente, impulsionada não só por fatores naturais, mas, sobretudo pelas atividades antrópicas (EPANDB, 2015). Métodos ancestrais de exploração dos recursos associados aos fluxos migratórios de cidadãos de países vizinhos, com práticas nefastas de exploração clandestina dos recursos, tiveram como consequências o desaparecimento de alguns núcleos densos de florestas, a fragmentação dos habitats, erosão dos solos, diminuição dos recursos hídricos, perda dos serviços de ecossistemas e a diminuição da diversidade biológica (EPANDB, 2015). O aumento populacional é também um agente de pressão sobre os recursos naturais, uma vez que a população local é obrigada a praticar atividades para a sua sobrevivência que tendem a degradar o ambiente – como por exemplo a já referida diminuição dos pousios - e que podem conduzir, a longo prazo, ao empobrecimento dos solos.

¹⁷ Catarino, L. (2004) Fitogeografia da Guiné-Bissau. Dissertação de Doutoramento. ISA/UTL, Lisboa. 440p.

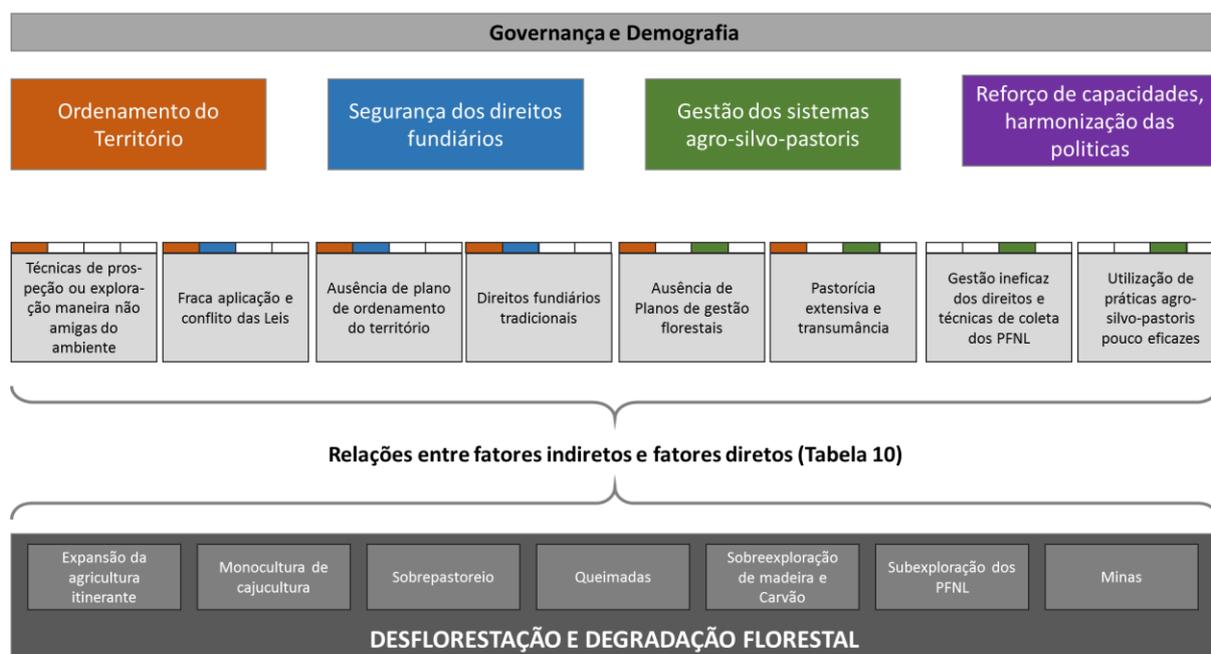


Figura 6 – Identificação dos fatores indiretos e diretos de desflorestação e degradação florestal na Guiné-Bissau. Na metade de cima do esquema estão os fatores indiretos na metade de baixo listam-se os principais fatores diretos. A relação entre os dois conjuntos de fatores está ilustrada na tabela 10.

Os principais fatores de origem humana na base da desflorestação e degradação florestal na Guiné-Bissau são apresentados na Figura 6 e detalhados na Tabela 10. Por questões de facilidade são apresentados aqui causas diretas, subjacentes e profundas, apesar de ser importante notar que os agentes diretos raramente atuam individualmente, mas sim em sinergia com outros fatores e agentes indiretos. Para os fatores diretos, existem ligações entre a causa, o efeito e o impacto nas florestas. Ao contrário, as causas subjacentes e profundas são imateriais e resultam de interações complexas entre os fatores demográficos, económicos, tecnológicos, políticos e culturais, ou seja são causas que criam condições favoráveis aos fatores diretos.

Tabela 10 – Principais fatores de pressão sobre os recursos florestais

Causas Diretas	Causas subjacentes	Causas profundas	Agentes Diretos	Zona	Consequências
Expansão da agricultura itinerante	Má planificação da utilização de terras Direito de propriedade tradicional Técnicas agroflorestais arcaicas e pouco produtivas Fraca aplicação das Leis	Demográfico: Aumento da população, migração da mão-de-obra jovem sazonal e permanente, distribuição. Económico: pobreza da população rural. Técnico: Fraca tecnicidade/baixa escolaridade, fraca organização dos produtores de base Político e Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos.	Agricultores, Ponteiros	Nacional	- Supressão de vegetação natural e reconversão das florestas -Perda da biodiversidade - Incendio florestal - Abate seletivo de árvores das florestas - Erosão/fragilidades dos solos/savanização - Escassez de recursos hídricos. - Perda progressiva de fertilidade de solo - Maior evapotranspiração - Diminuição de capacidade de retenção de água e de nutrientes

Causas Diretas	Causas subjacentes	Causas profundas	Agentes Diretos	Zona	Consequências
		Cultural: Técnicas de produção ancestral			
Monocultura de Caju	Má planificação da utilização de terras. Direito de propriedade tradicional/segurança fundiária Técnicas agroflorestais pouco produtivas Frac aplicação das Leis	Demográfico: Aumento da população, migrações sazonais e permanentes, distribuição. Económico: valorização da <i>commodity</i> no mercado externo, pobreza, proteção fundiária. Técnico: Fraca técnica de cultivo/baixa escolaridade Político e Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos.	Agricultores, Ponteiros	Nacional	- Ocupação extensiva dos solos/ desflorestação incontrolada. - Substituição da formação vegetal natural Erosão/fragilidades dos solos/savanização.
Queimadas tardias e descontroladas	Uso descontrolado do fogo (extração do mel, regeneração de pastos, desflorestação associada as queimas, caça baseada na queimas, etc.) Má planificação da utilização de fogo. Técnicas agroflorestais pouco produtivas Frac aplicação das Leis sobre as queimadas Pastorícia extensiva e associadas as queimadas ocasionais	Económico: pobreza. Técnico: Fraca técnica de cultivo/baixa escolaridade Político e Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos.	Agricultores, Ponteiros Caçadores, Pastores, Coletores tradicionais de mel.	Nacional	- Degradação da cobertura florestal - Prática de arroteamento com fogo descontrolado - Erosão/fragilidades e empobrecimento dos solos/savanização. - Aumento de pragas e doenças das árvores
Sobre-exploração de madeira e Carvão vegetal e lenha	Ausência de organização das fileiras de lenha e carvão Má planificação da utilização de florestas e recursos conexos Ausência de florestas ordenadas para a exploração de lenha e carvão Técnica de produção e utilização de carvão nociva Frac aplicação das Leis	Económico: pobreza. Técnico: Fraca técnica de cultivo/baixa escolaridade Político e Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos, corrupção e má gestão.	Ponteiros, comunidades, Sector Privado, Associação de produtores de lenha e carvão, Empresas madeiras e associação de madeireiros.	Norte, Leste e Sul	- Abate seletivo e descontrolado de árvores - Exploração indiscriminado de carvão - Fragmentação de habitats - Criação de pequenos ilhéus de florestas impedindo assim a conectividade ecológica

Causas Diretas	Causas subjacentes	Causas profundas	Agentes Diretos	Zona	Consequências
Sobrepastoreio e transumância	Má planificação da utilização de terras Frac aplicação das Leis Direito de propriedade tradicional Ausência de ordenamento do território (corredores de gados e zonas de pastagens ordenados) Técnicas pastorais pouco produtivas	Demográfico: Aumento da população, migração sazonais e permanentes, distribuição. Económico: pobreza. Técnico: Fraca técnica/baixa escolaridade Político e Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos. Cultural: Técnicas pastoris nómadas (transumância)	Criadores de gado	Leste, Oio.	- Queima de grandes superfícies. - Erosão/fragilidades dos solos/savanização. - Perda do coberto vegetal. - Conflitos sociais (agricultores e criadores de gado) - Diminuição da capacidade de regeneração dos recursos vegetais nas zonas de pastagem
Caça e Apicultura	Frac aplicação das Leis Técnicas tradicionais e pouco produtivas Frac organização e capacitação dos profissionais da matéria	Técnico: Fraca técnica/baixa escolaridade Político e Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos. Cultural: Técnicas de produção ancestral	Caçadores, apicultores, turistas	Nacional	- Fogo incontrolado - Extinção de espécies - Degradação de habitat
Sub-exploração dos PFNL	Má planificação d exploração dos PFNL Direito de propriedade tradicional Ausência de ordenamento das florestas Gestão das recoltas ineficaz	Económico: pobreza, dependência das comunidades aos PFNL Técnico: Fraca técnica/baixa escolaridade Político e Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos.	Exploradores dos Recursos Naturais	Nacional	- Pressão sobre outros recursos - Preservação pelas comunidades das espécies/frutas na paisagem agraria e rural;
Corte de mangal	Abate para instalação de bolanhas e produção agrícola de subsistência. Produção de lenha e carvão. Fumagem de pescado. Recolha de material para construção	Demográfico: migração para prática de pesca. Económico: pobreza. Técnico: Fraca técnica/baixa escolaridade Político e	Pescadores Bideiras Rizicultores	Nacional	- Salinização e acidificação dos solos - Mudanças de ecossistema e estruturas dos solos - Aumento de acidez tratável de solos

Causas Diretas	Causas subjacentes	Causas profundas	Agentes Diretos	Zona	Consequências
		Institucional: instituições fracas, dificuldade de implementar políticas, ou de fazer cumprir as leis e regulamentos.			- Invasão de água salgada - Erosão hídrica do canal - Assoreamento dos canais
Nota: é reconhecida a necessidade de estudar mais aprofundadamente o conjunto de fatores indiretos e as suas interações e sinergias com os fatores diretos.					

GOVERNANÇA E POSSÍVEIS DAS ESTRATÉGIAS

A partir do mapeamento dos agentes e dos processos causadores da desflorestação e degradação florestal na Guiné-Bissau, a Estratégia Nacional para o REDD+ deve ser desenhada em torno de 4 eixos principais:

- A. **Sistematizar um Ordenamento do Território:** a ausência de um ordenamento territorial é considerada o principal responsável indireto pela desflorestação e a degradação florestal no país. Tal fato contribui para a inexistência de regras claras para o uso do solo e dos recursos naturais, para processos descontrolados de migrações e transumância, para a construção arbitrária de novas tabancas e para ampliar as fragilidades das regras fundiárias.
- B. **Reforma Legal:** a fragilidade legal, a sobreposição de competências e do papel das instituições, e a coexistência de direitos fundiários modernos e consuetudinários, devem ser abordadas e reformadas. Em especial, as regras consuetudinárias para usufruto da terra criam um incentivo perverso para ocupação permanente que vem, por exemplo, contribuindo para atividades de corte raso com subsequente plantio do caju.
- C. **Gestão dos sistemas agro-silvo-pastoris com foco nos agentes diretos de desflorestação e degradação florestal:** para a gestão sustentável e criação de benefícios para as comunidades vulneráveis e principais agentes de desflorestação e degradação florestal, devem ser criados modelos eficazes baseadas nas experiências nacionais bem sucessivas e nas experiências de outros países. Deve-se incentivar produções sedentárias e intensivas através de entre outros:
 - Introdução de técnicas melhoradas de produção agrícola através da utilização de sementes melhoradas;
 - Ordenamento hidroagrícola (abertura de canais, construção de diques de parcelamento, etc.);
 - Proteção anti-erosiva, construção de diques de proteção nas zonas de encosta e canais de drenagem;
 - Investimentos em infraestrutura natural, como a reabilitação de perímetros de bolanhas abandonadas, permitindo assim a regeneração de mangais;
 - Delimitação de zonas de pastoreio, ordenamento de pastagens com a introdução de plantas forrageiras, criação de corredores de transumância e construção de represas, aproveitando águas pluviais para gado;
 - Promoção de um sistema de microcrédito nas zonas rurais;

D. Com o objetivo de criar condições para a implementação dos três eixos de intervenções, é importante uma componente transversal de reforço de capacidades, de harmonização das políticas e de promoção da boa governação, através da:

- Perenização dos Cargos de Direção: identificado como um fator indireto relevante para a fragilidade da governança no país uma vez que os cargos de direção nas instituições públicas são de indicação política. A ocupação destes cargos por meio de concursos públicos poderia garantir a perenidade das atividades e dos projetos por estes deixarem de estar vulneráveis às alternâncias de governo.
- Reforço das Auditorias e da Transparência na Gestão Pública: como boa prática de governança, combate a corrupção e transparência observa-se que a melhoria das responsabilidades fiduciárias podem ser reforçadas por meio de auditorias e outras boas práticas e instrumentos de transparência.
- Reforço da AAAC e do Licenciamento Ambiental: a diversificação económica da Guiné-Bissau baseia-se em novas atividades produtivas em grande escala, como a agroindústria, a mineração, o turismo e as infraestruturas. Além disso, pelo reforço de atividades tradicionais como a pesca e a agricultura. Neste contexto, ganha importância as atividades de avaliação de impacto e o licenciamento ambiental.
- Partilha de Dados: multiplica-se no país as capacidades e as infraestruturas de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Banco de Dados. Entretanto, tais atividades são fragmentadas não existindo procedimentos padrões para recolha, registo, partilha e uso de dados. Como resultado, ainda é relevante a lacuna de informações para suporte a tomada de decisão.
- Redução da sobreposição de Atividades no Terreno: amplia-se a atuação de ONGs e instituições no terreno sem coordenação, ou mesmo, registo dos vários projetos. Uma cartografia e manutenção de um banco de dados sobre as várias instituições e seus projetos pode contribuir para o uso eficiente dos recursos financeiros e a complementaridade das ações.
- Promoção de programas de informação, educação e comunicação (IEC) a nível local e a favor de beneficiários.

Em suma os resultados esperados correspondem a uma redução das causas de desmatamento e degradação. É o conjunto dos esforços no quadro dos eixos estratégicos que irão produzir resultados concretos para uma potencial redução das emissões florestais. Primeiramente deve-se atacar as causas de deflorestação para reduzir o ritmo e a amplitude da deflorestação e paralelamente aumentar o potencial direto lenhoso (reflorestamento, plantações agroflorestais, etc.).

COMPONENTE 4. DESENVOLVER UM NÍVEL DE REFERÊNCIA NACIONAL DE EMISSÃO DE GEE (NR/NRE), E UM SISTEMA NACIONAL DE MONITORIZAÇÃO FLORESTAL (SNMF) E DE INFORMAÇÃO SOBRE SALVAGUARDAS (SIS)

A quarta componente (C4) trata das atividades de compilação de informação e avaliação de capacidades para preparação de um nível de referência nacional de emissões de GEE (NR/NRE) e de um sistema de Medição, Reporte e Verificação (MRV) apoiado num Sistema Nacional de Monitorização Florestal (SNMF). Este sistema de MRV permitirá comparar as emissões de GEE históricas com as emissões após implementação de atividades REDD+ e é um requisito fundamental da UNFCCC para os países que desejam ser elegíveis para implementação do mecanismo REDD+.

A componente 4 foi desenvolvida em parceria com as atividades da FAO no âmbito do projeto TCP/GBS/3502: *Technical support Project for the development of actions towards the implementation of the National Forest Monitoring System (NFMS) for Guinea-Bissau in the context of REDD+*. A avaliação desenvolvida nesta atividade beneficiou ainda da colaboração de elementos da UN-REDD no contexto da avaliação regional das capacidades dos países de África Ocidental (CNA) para a implementação de sistemas nacionais de monitorização florestal no âmbito do REDD+. Os resultados desta iniciativa¹⁸ são aqui integrados com informações complementares e analisados para suportar o desenho do plano de ação de preparação para o REDD+.

Box 8 – Principais elementos metodológicos para o processo REDD+.

A COP 16 (Cancun, UNFCCC) definiu os quatro elementos metodológicos necessários para a preparação do processo REDD+. Estes elementos foram também reforçados na COP 18 em Varsóvia.

- Uma estratégia nacional ou plano de ação;
- Um nível de referência de emissões históricas (*national forest reference level*);
- Um sistema de monitorização florestal robusto e transparente;
- Um sistema que garanta que as salvaguardas ambientais e sociais estão a ser respeitadas.

No que se refere a formas de monitorização e disseminação de informação de mecanismos e ações de salvaguarda que possam ser integradas num sistema de MRV não houve ainda outros tipos de iniciativas semelhantes no país. De referir que o primeiro trabalho de sistematização de informação sobre mecanismos de salvaguardas aplicados na Guiné-Bissau em atividades relacionadas com as florestas foi desenvolvido na Componente 1 deste *Roadmap*. Assim, a proposta de um desenho, desenvolvimento, e coordenação sistemática de atividades de salvaguardas, tal como a sua monitorização, devem fazer parte do plano de ação para o sistema de MRV nacional.

Para a identificação das capacidades e avaliação de necessidades, além dos elementos incluídos no *Country Needs Assessment* (CNA), foram utilizadas informações incluídas em documentos de trabalho da SEA relacionados com quatro pilares:

- i) Sistemas de monitorização florestal por deteção remota (SNMF);
- ii) Inventário Nacional Florestal e Ecológico (INFE);
- iii) Inventário de Gases com Efeito de Estufa (I-GEE); e
- iv) Níveis de Referência (NR) ou Níveis de Referência das Emissões (NRE).

SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO FLORESTAL POR DETEÇÃO REMOTA

No quadro do REDD+ e do I-GEE do Setor Uso da Terra e Florestas (do inglês LULUCF), o SNMF deve recolher os Dados de Atividade (DA), ou seja a informação quantitativa sobre a utilização das terras e as mudanças de afetação das terras, nomeadamente as mudanças do coberto florestal, devido às atividades humanas. A opção de utilizar dados de deteção remota permite avaliar as mudanças da cobertura florestal assim como as

¹⁸ CNA - Avaliação de capacidade dos países da África Ocidental para a implementação de Sistemas Nacionais de Monitorização Florestal no âmbito da REDD+, Guiné-Bissau, UN-REDD Program, 2016.

tendências históricas de mudanças de uso da terra de forma continuada por análise de imagens de forma sistemática e transparente. A utilização da detecção remota, conjugada com verificação periódica no terreno, permite a redução de custo e tempo inerentes à implementação de métodos tradicionais alternativos (e.g. estatísticas confiáveis ou outros métodos que teriam de ser implementados no terreno para avaliar a evolução da superfície florestal ou de toda outra afetação de terras).

INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL

A informação decorrente dos inventários florestais nacionais é utilizada para obter os valores dos fatores de emissão específicos. É com base nos dados de atividade (descritos acima) e nos fatores de emissões calculados que podem ser contabilizadas as emissões de carbono decorrentes da desflorestação e degradação florestal.

Foram realizados três inventários florestais nacionais na Guiné-Bissau, em 1978, 1985 e 2011 respetivamente pelo SCET INTERNACIONAL (através da cooperação francesa), ATLANTA CONSULT (através da cooperação Alemã) e pelo CARBOVEG (através da cooperação portuguesa). Relativamente aos dois primeiros, os resultados existem em suporte de papel na DGFF. No concernente ao projeto CARBOVEG (o mais recente, dirigido para avaliação de carbono e que inclui uma componente ecológica) as informações estão arquivadas em suporte digital na SEA onde podem ser consultadas e é também possível encontrar cópias dos relatórios junto do Ponto focal REDD+ Guiné-Bissau.

Outros inventários florestais foram realizados no passado para fins diversos e em diferentes províncias, regiões e localidades do país. O Anexo 2 contém informação sobre estes inventários realizados essencialmente pelas organizações não estatais.

INVENTÁRIO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

No quadro do REDD+, o I-GEE é fundamental para a estimativa e reporte do nível de emissões e absorção de GEE ligadas ao setor florestal e uso do solo. A análise do I-GEE permite também identificar que políticas ou estratégias de redução das emissões de GEE têm maior ou menor efeito na redução de emissão de GEE. No âmbito do Projeto de Atualização de Relatórios Bianuais (BUR), a Guiné-Bissau está a criar uma estrutura especializada com mandato e competência legal para elaborar e compilar os I-GEE. Recentemente pela ocasião da redação das Comunicações Nacionais (CN) à UNFCCC, os trabalhos eram realizados pelos quadros voluntariamente escolhidos segundo a natureza das atividades das instituições especializadas (floresta, pecuária, agricultura, energia, indústria, resíduos, etc.) sob a supervisão da Direção Geral do Ambiente da SEA, enquanto responsável do projeto. O pessoal especializado neste domínio específico é muito reduzido, quase inexistente. Esses quadros beneficiam de formações de maneira pontual, o que não lhes permite ter capacidades e competências sólidas e duráveis para a compilação dos I-GEE de forma contínua.

Praticamente não existem no país arquivos centralizados de dados de I-GEE, o que determina que em muitos casos a fonte de dados mais facilmente utilizável para o I-GEE sejam os valores padrão propostos pela FAO e *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). A Guiné-Bissau submeteu até à data duas CNs e está em fase de preparação da 3ª CN. Na 2ª CN o país reportou um total de emissões de 3,781 Gg de CO₂, dos quais 3,624 Gg de CO₂ provieram da alteração do uso do solo e florestas (setor LULUCF), i.e. 96% do total de emissões. No sector florestal são utilizados valores da FAO (2003) para a área convertida noutro uso anualmente (i.e. dados de atividade), mas valores preliminares do projeto CARBOVEG-GB para a biomassa viva acima do solo (AGB) antes da conversão. Este valor de AGB foi combinado com valores padrão IPCC (IPCC, 1996) para a biomassa no solo após conversão para estimar os fatores de emissão.

NÍVEL DE REFERÊNCIA /NÍVEL DE REFERÊNCIA DE EMISSÕES

Atualmente não existe no país nenhuma iniciativa destinada à elaboração do Nível de Referência de Emissões históricas. Segundo a decisão UNFCCC 12/CP.17, parágrafo 7, “níveis de referência florestal, expressos em toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano, são a referência para avaliar o desempenho de cada país na implementação das atividades referidas na decisão 1/CP.16, n° 70”, ou seja atividades REDD+. No contexto do REDD+, o nível de referência irá definir o período de referência e a escala espacial de medição do valor de emissões contra a qual os resultados das atividades, políticas e medidas de redução de GEE, conservação e incremento de estoques serão medidos. Para o seu desenvolvimento é necessário combinar dados de atividade com os fatores de emissão obtidos pela diferença entre o *stock* de carbono antes e depois da conversão do uso da terra. Estes resultados poderão ser concertados como reporte de I-GEE do setor uso da terra e florestas descrito na seção anterior.

O nível de referência deve incluir o nível histórico de emissões por desflorestação e degradação florestal, assim como a acumulação de biomassa. Apesar de não haver nenhum nível de referência oficial, vários projetos e iniciativas passadas contribuíram com informação diretamente utilizável, sobretudo na componente de desflorestação, nomeadamente, CARBOVEG-GB¹⁹ (1994-2007), REDD-VCS²⁰ (2002-2010) e a Preparação da Delegação da Guiné-Bissau à COP19 da UNFCCC. Mais esforços serão necessários para consolidar a aproximação de nível de referência de emissões por desflorestação desenvolvida neste contexto (Tabela 11).

Tabela 11 – Desflorestação anual bruta (ha ano⁻¹ e total) para o período de referência 2002-2010 (Melo, J. et al, 2016)

Transição de coberto	Desflorestação bruta	
	(ha ano ⁻¹)	(ha)
Floresta -----> Não-Floresta	39,463	315,700
Floresta fechada -----> Não-Floresta	64	510
Floresta aberta -----> Não-Floresta	4,278	34,226
Savana -----> Não-Floresta	31,293	250,343
Mangal -----> Não-Floresta	3,828	30,621

A nível sub-nacional, o IBAP desenvolveu um plano de seguimento das florestas e mangais da Guiné-Bissau (2008), dispondo de um manual de procedimentos para o seguimento do coberto florestal nas Áreas Protegidas do País essencialmente sob sua jurisdição e, eventualmente para todas as florestas do País.

¹⁹ Oom, D, P. Lourenço, A. Cabral, MJ. Vasconcelos, L. Catarino and V. Cassamá (2009) Quantification of deforestation rates in Guinea-Bissau A baseline for carbon trading under REDD. ISRSE 33 rd International Symposium on Remote Sensing of Environment. May 4-8, 2009.

²⁰ Pereira, H.; Melo, J. and Yudelman-Bloch, T. (2015) Community Based Avoided Deforestation Project in Guinea-Bissau. Project Description – Verified Carbon Standard (VCS). Version 01.12 from Feb 13, 2015. Disponível em <http://bit.ly/29ISKHq>

GOVERNANÇA DO MRV

A SEA é o organismo encarregue da coordenação das atividades do REDD+. Além de ser o órgão responsável pela coordenação das atividades do país no âmbito do acordo internacional do Clima é também a Autoridade Nacional REDD+ e responsável pela comunicação nacional à UNFCCC. O seu papel consiste sobretudo na compilação de estudos e informação; colaboração com consultores; coordenação interinstitucional; e comunicação com as instituições técnicas competentes na matéria de gestão das florestas, designadamente: a DGFF, o IBAP e o GPC.

A Tabela 18 no Anexo 3 apresenta um resumo dos principais projetos relacionados com o REDD+. De notar que todos eles decorrem na SEA e no MADR, confirmando-se assim o papel central destes dois organismos no desenvolvimento do REDD+. De realçar ainda o esforço recente de coordenação de atividades que tem vindo a ser desenvolvido pela SEA através da proposta de criação do Secretariado Nacional de Alterações Climáticas e da Estratégia e Plano de Ação de Financiamento Durável de Adaptação às Alterações Climáticas.

A Guiné-Bissau não dispõe ainda de uma estrutura oficialmente encarregue de seguir o coberto florestal através de imagens de satélite. Sendo o IBAP a instituição responsável pela gestão e monitorização das áreas protegidas, o seu contributo é imprescindível na integração de todos os dados de inventários e outras atividades ocorridas dentro dos parques. Não obstante, esta atividade é reconhecida como essencial e tem sido implementada de forma dispersa. Por exemplo, o IBAP dispõe de uma estrutura SIG instalada para monitorização do SNAP que poderá vir a servir de base a um sistema de monitorização nacional do coberto florestal. A DGFF e a SEA (DGDD, IBAP e GPC) trabalham em conjunto numa perspetiva de instalação de um laboratório nacional SIG e Detecção Remota (DR), em parceria com as outras iniciativas setoriais.

A entidade responsável pela Monitorização e Inventário Florestal nacional é a DGFF, a qual faz também parte do “Laboratório Nacional SIG & Detecção Remota para Gestão Durável de Terras/Luta Contra a Desertificação” resultante de uma proposta de "Protocolo de Acordo de Cogestão". Para dar força e forma jurídica a tal iniciativa, foi elaborado o respetivo regulamento de funcionamento interno. Este laboratório, apesar dos avanços tidos na sua criação, não é ainda operacional não só por falta de Quadros Técnicos com competências e disponibilidade, mas também por alguma falta de consenso entre a DGFF e a SEA relativamente à liderança do processo e à configuração do referido laboratório. No entanto, durante o trabalho realizado pelo GTR foi discutido e proposto um esboço dos arranjos institucionais para o MRV. Este esboço propõe uma distribuição de responsabilidades de acordo com as atribuições já definidas para as instituições chave identificadas acima. Assim, o sistema de MRV será constituído por três unidades correspondentes a:

- Sistema de Informação de Salvaguardas – será coordenado pelo INEP e apoiado por instituições públicas nacionais como a AAAC e o IBAP. Além disso instituições como por exemplo ONGs ou outros organismos da sociedade civil poderão ser envolvidos.
- Sistema Nacional de Monitorização Florestal – será coordenado pela DGFF e composto por dois elementos técnicos (Cartografia e DR e IFN). A Cartografia e DR poderá ser assegurada pelas várias instituições públicas nacionais com capacidade na área de SIG e DR e produtoras de informação relevante para o REDD+.
- Inventário de Gases de Efeito de Estufa – será coordenado pela SEA e apoiado pelo SNMF para a componente LULUCF tanto para a estratégia REDD+ como para as comunicações nacionais à UNFCCC.

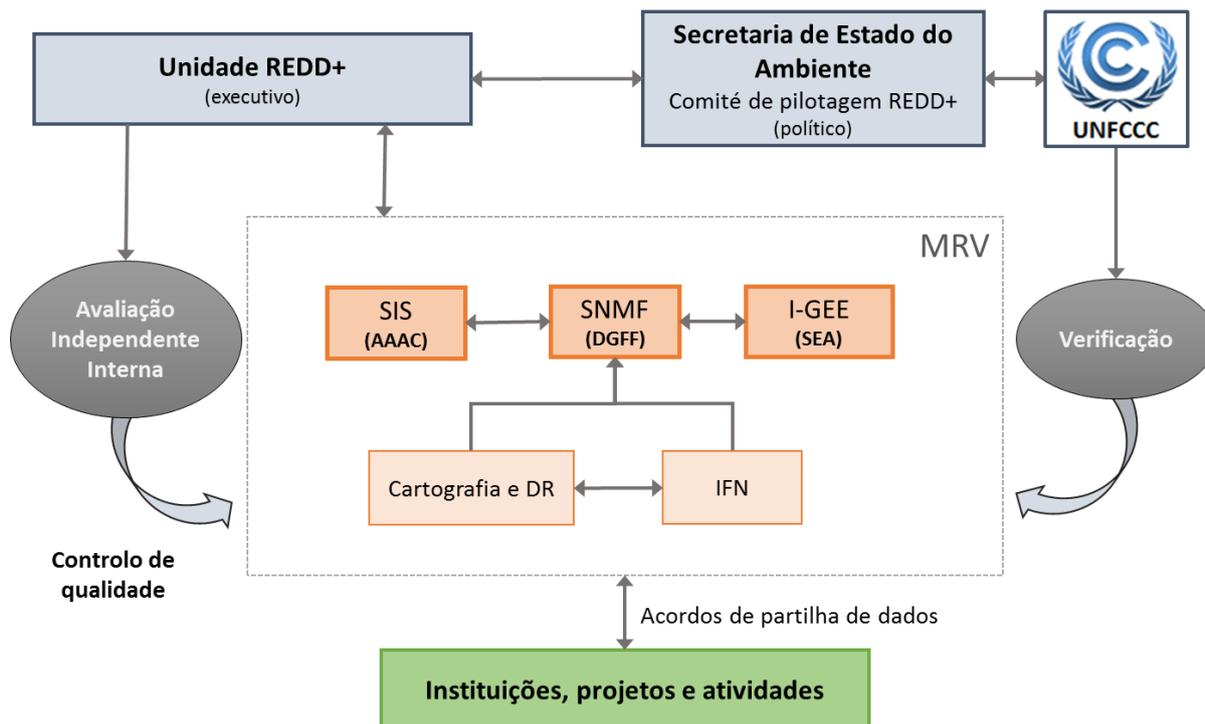


Figura 7 – Proposta de arranjos institucionais para o funcionamento de um sistema MRV na Guiné-Bissau

CAPACIDADES HUMANAS, LOGÍSTICAS E TÉCNICAS

A pesquisa efetuada junto de algumas instituições, com mandato e competência neste domínio específico, revelaram que Guiné-Bissau não dispõe de pessoal suficientemente formado para efetuar análises das mudanças de uso do solo e do coberto florestal através de deteção remota. Existem técnicos com conhecimentos em SIG mas a experiência necessária é bastante limitada, devido a falta de formação e de prática. A maioria dos trabalhos de monitorização florestal realizados no país foram feitos por consultores internacionais. Relativamente a inventários florestais e emissões de GEE existem quadros técnicos com formação na área mas com pouca experiência nas fases de planeamento e análise de dados.

Apesar das tentativas passadas para instalação de equipamentos em laboratórios SIG em várias instituições, não existem no momento recursos humanos capacitados para a sua utilização. De forma geral, todas as estruturas nacionais que apresentam competências básicas em SIG e DR têm falta de meios financeiros e humanos para assegurar o funcionamento de suas atividades. A tabela seguinte apresenta o resumo da análise de capacidades, lacunas e necessidades de acordo com as atividades de monitorização e em termos de dados cartográficos, equipamento e competências.

Tabela 12 – Avaliação de capacidades, lacunas e necessidades – SNMF (Fonte: adaptado de CNA /FAO)

Pilar	Estruturas disponíveis	Disponibilidade de Informação	Competências	Materiais e equipamentos
Sistema de Monitorização por Detecção Remota	A DGFF do MADR e a DGDD da SEA estão em fase entendimento para a instalação de um laboratório de SIG e DT, em parceria com o Projeto AMESD.	Dados do projeto CARBOVEG; Carta de ocupação do solo a 1/200.000 (SCET Internacional); Cartografia dos tipos de floresta existentes na Guiné-Bissau em 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2007; Dados de inventário florestal realizado em 1985 por ATLANTA CONSULT.	Não há técnicos suficientemente qualificados para realizar as análises das alterações no uso do solo e coberto florestal através de deteção remota. Os técnicos mais capacitados são insuficientes e com falta de prática. 3 quadros seniores estão temporariamente afetos ao Laboratório Nacional SIG e DT: um responsável e dois técnicos.	Não há nenhum sistema para a gestão e armazenamento de dados geográficos; O Laboratório Nacional SIG e DT do MADR / SEE tem uma sala de trabalho com equipamentos fornecidos pelos projetos AMESD e PRCN-GDT/LCD; Sistema de receção, processamento e análise de dados de satélite.
Inventário Florestal Nacional	Duas instituições estão preocupadas com o desenvolvimento de um IFN na Guiné-Bissau: a DGFF do MADR e o IBAP que pertence à SEA.	Três grandes projetos de inventário foram realizados na Guiné-Bissau em 1978, 1985 e 2011, respetivamente pela SCET International, Atlanta Consult e o projeto CARBOVEG.	Não há técnicos suficientemente qualificados para realizar um IFN; A DGFF deve envolver especialistas internacionais para a realização de estudos, assim como para a realização dos inventários florestais.	A DGFF dispõe de materiais disponibilizados pelo projeto espanhol IMFYE S.A., mas parte do material não está disponível atualmente.
Inventário de gases de efeito de estufa	Não há uma estrutura especializada ou formalmente estabelecida para contabilizar as emissões de GEE; A coordenação é responsabilidade da Comissão Nacional sobre as alterações climáticas da SEA.	Não há praticamente nenhum registro de GEE mas a criação de um sistema de gestão e armazenamento de dados foi decidido pelo GTR; Por agora, o DA e FE utilizam os dados base do IPCC e da FAO.	A equipe técnica é reduzida ou inexistente.	O país não tem infraestruturas, equipamentos especializado e materiais para a construção do Inventário de GEE com o rigor desejado.

Tabela 13 – Resultado da avaliação de capacidades, lacunas e necessidades - SNMF (Fonte: adaptado de CNA/FAO)

Capacidade	Disponibilidade de espaço	Disponibilidade de informação	Nível de especialização	Materiais e equipamentos	Formações
Sistema de Monitorização por Detecção Remota	Médio: instalações mais ou menos seguras/eletricidade a maior parte do tempo/gerador funcional/ instalações disponíveis, mas precisam ser melhoradas	Médio: Elementos de informação disponíveis / centralização de uma parte da informação	Baixo: pouca/nenhuma compreensão/novos temas	Médio: Parte do equipamento necessário está disponível, mas uma parte importante está em falta/não há inventário de equipamentos	Médio: algumas formações mas mal organizadas.
Inventário Florestal Nacional	Médio: Instalações mais ou menos seguras eletricidade a maior parte do tempo/gerador funcional/instalações disponíveis, mas precisam ser melhoradas	Médio: Elementos de informação disponíveis / centralização de uma parte da informação	Baixo: pouca/nenhuma compreensão/novos temas	Médio: Parte do equipamento necessário está disponível, mas uma parte importante está em falta/não há inventário de equipamentos	Médio: algumas formações mas mal organizadas.
Inventário de gases de efeito de estufa	Baixo: Locais não disponíveis/não seguros/sem geradores/instituições incapazes de alocar um espaço	Baixo: pouca/nenhuma informação disponível/informação não centralizada	Baixo: pouca/nenhuma compreensão/novos temas	Baixo: A maioria dos equipamentos necessários para a operacionalização está em falta	Baixo: ausência de formação

PARTE 2. PLANO DE AÇÃO

Atividades	Sub-Atividades	Custo Estimado	Prioridade	Comentários
1. Apoiar a constituição e o reforço da Unidade REDD+		USD 360.000,00		
RESULTADO: Unidade REDD+ estabelecida e composta por membros capacitados				
1.1 Criar a Unidade REDD+	1.1.1 Desenvolver a proposta para o decreto-lei de criação da Unidade REDD+ com objetivos e mandatos bem definidos	USD 0,00	Imediato	Para além da estrutura permanente, a Unidade REDD+ pode criar Grupos Técnicos de Trabalho (GTTs) temporários para endereçar questões específicas que surjam em várias fases do processo.
	1.2.1 Promover ações de capacitação	USD 30.000,00	Curto Prazo	Sugere-se uma formação completa a partir dos 12 módulos da UN-REDD Academy.
1.2 Operacionalizar e reforçar a Unidade REDD+	1.2.2 Definir as regras de funcionamento da Unidade REDD+ e o formato de operação	USD 15.000,00	Curto Prazo	Definir o enquadramento da Unidade REDD+ na interação com as várias instituições governamentais e com a Assembleia Nacional Popular (ANP). Prevê-se apoio de 1 Assistente Técnico (AT) internacional.
	1.2.3 Assegurar o funcionamento da Unidade REDD+ nos 3 primeiros anos, incluindo os custos de manutenção de um Diretor Executivo, em tempo integral, encarregue de coordenar todas as atividades e interagir com o Comité de Pilotagem REDD+	USD 300.000,00	Curto Prazo	O REDD+ <i>Roadmap</i> prevê um Diretor Executivo em tempo integral. Discutir com doadores a forma de viabilizar uma liderança política e tecnicamente qualificada para esta estrutura bem como o apoio permanente à operação da Unidade REDD+. O custo do salário deste Diretor são estimados em USD 48.000,00 por ano.
	1.2.4 Estabelecer plano de indicadores e metas para acompanhamento da implementação do REDD+	USD 15.000,00	Curto Prazo	Prevê-se apoio de 1 AT internacional.
2. Realizar a validação do Roadmap de Preparação para o REDD+		USD 65.000,00		
RESULTADO: Roadmap validado e relatório da consulta finalizado				
2.1 Validar e disseminar o <i>Roadmap</i> de Preparação para o REDD+	2.1.1 Desenvolver plano de consulta com clara estratégia de engajamento e comunicação para disseminação de informações	USD 0,00	Concluído	O plano de consulta foi desenvolvido com apoio do Banco Mundial e da FAO em Julho de 2015. Talvez necessite pequena revisão.
	2.1.2. Ações diversas de disseminação e sensibilização para a sociedade civil	USD 15.000,00	Imediato	Entende-se que as rádios de cobertura nacional e as rádios comunitárias têm maior impacto ao nível das tabancas, além disso a atividade prevê veiculação em televisão e outros meios digitais. Os custos incluem tradução de material para crioulo e os valores cobrados pelos diferentes meios de comunicação.
	2.1.3 Execução da consulta	USD 40.000,00	Imediato	O valor estimado considera uma abordagem regionalizada para as consultas, na qual 5 eventos serão organizados (Central, Norte, Sul, Leste e Ilhas).
	2.1.4 Elaborar relatório final da consulta, com lições aprendidas e implicações para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de REDD+	USD 10.000,00	Curto Prazo	Prevê-se apoio de 1 AT nacional que deverá acompanhar todo o processo e redigir o relatório.

Atividades	Sub-Atividades	Custo Estimado	Prioridade	Comentários
3. Recolher, compilar e disponibilizar as informações necessárias para o desenvolvimento da Estratégia Nacional REDD+		USD 590.000,00		
RESULTADO: Base de dados nacional, organizada e disponível para todos os usuários				
	3.1.1 Estabelecer protocolos de cooperação entre instituições para harmonização, fornecimento e acesso aos dados	USD 15.000,00	Imediato	
3.1 Organizar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) modular e distribuído com base em tecnologia web	3.1.2 Criar infraestrutura de gestão de SIG baseado em tecnologia web	USD 65.000,00	Imediato	Por infraestrutura de gestão, entende-se uma organização supra-institucional, simples e ágil, capaz de coordenar o SIG nacional modular, com a contribuição das várias instituições que produzem dados georeferenciados, e pelo desenvolvimento de interfaces adequadas aos vários tipos de utilizador. Os valores estimados não incluem os custos anuais para os serviços de nuvem (<i>Cloud Services</i>) que podem ser fornecidos por Amazon Web Service (AWS), Microsoft Azure, Google Cloud Platform (GCP), etc. Tampouco inclui os custos com servidores de internet.
	3.1.3 Definição da política de acesso a dados e transparência, incluindo acesso da sociedade civil	USD 10.000,00	Imediato	
	3.1.4 Elaborar relatório final sobre a disponibilidade de dados e necessidades para o SIG nacional	USD 15.000,00	Imediato	
3.2 Estabelecer uma linha de base simplificada para o REDD permitindo o desenvolvimento da Estratégia Nacional REDD+	3.2.1 Quantificar as taxas de desflorestação nacional para a última década	USD 25.000,00	Imediato	As atividades 3.2.1 e 3.2.2 permitem obter um Nível de Referência preliminar que viabiliza, em conjunto com a Estratégia Nacional de REDD+ e a definição do Sistema de Salvaguardas, a inclusão da Guiné-Bissau na plataforma de REDD+ da UNFCCC. Isto mesmo antes da implantação e operacionalização do Sistema MRV.
	3.2.2 Estimar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) decorrentes da desflorestação a partir de dados nacionais disponíveis ou fatores standardizados.	USD 5.000,00	Imediato	
	3.2.3 Correlacionar os agentes de desflorestação identificados pelo <i>Roadmap</i> de Preparação para o REDD+ com as alterações observadas	USD 25.000,00	Imediato	Prevê-se algum trabalho de campo para melhor identificação dos agentes de desflorestação
	3.2.4 Elaborar relatório final com dados quantitativos geoespacializados sobre a dinâmica da desflorestação na Guiné-Bissau e recomendações para a Estratégia Nacional REDD+	USD 15.000,00	Imediato	Garantir que as atividades de cartografia e cálculo de emissões estejam alinhadas com os requisitos da UNFCCC para o REDD+.
3.3 Produzir informação espacializada sobre a ocupação e uso do	3.3.1 Produzir cartografia atualizada da ocupação e uso do solo	USD 300.000,00	Imediato	A avaliação de uso do solo deve seguir os requisitos de rigor internacionalmente estabelecidos para este tipo de cartografia. Todos os dados devem ser harmonizados para compor a base de dados nacional do Sistema SIG.

Atividades	Sub-Atividades	Custo Estimado	Prioridade	Comentários
solo, presente e potencial, para apoiar um ordenamento territorial	3.3.2 Quantificar a produtividade potencial para vários arranjos de ocupação e uso do solo, bem como suas implicações socioeconómicas a curto e médio prazo	USD 100.000,00	Imediato	Prevê-se trabalho de campo para recolha de dados socioeconómicos.
	3.3.3 Elaborar relatório final com recomendações e propostas que contribuam para um ordenamento do território que induza um desenvolvimento de baixo carbono	USD 15.000,00	Imediato	
4. Estabelecer o Sistema de Medição, Reporte e Verificação (MRV)		USD 3.919.000,00		
RESULTADO: Sistema MRV criado e operacional				
4.1 Alinhar e operacionalizar o Sistema Nacional de Monitorização Florestal (SNMF) para o REDD+	4.1.1 Desenvolver ações de capacitação e formação em aplicações do SNMF para o REDD+	USD 35.000,00	Imediato	Recomenda-se que o treinamento seja baseado na aplicação do Open Foris (FAO). Estima-se 2 meses de trabalho de um técnico da FAO.
	4.1.2 Estabelecer um apoio técnico continuado para monitorização florestal no âmbito do REDD+	USD 180.000,00		Por meio de apoios como UN-REDD, TCP/FAO, Banco Mundial, etc. Prevê-se 1 AT internacional permanente por 12 meses.
	4.1.3 Definir os requisitos técnicos e metodológicos do SNMF para o REDD+	USD 0,00		Considera-se atribuição do AT internacional.
	4.1.4 Desenhar a arquitetura do sistema e realizar avaliação transversal por técnicos e expertos nacionais e internacionais	USD 0,00		Recomenda-se avaliar a aplicação do Open Foris (FAO) como ferramenta de monitorização do coberto florestal. Considera-se atribuição do AT internacional
	4.1.5 Implementar atividade de demonstração do SNMF em área piloto	USD 0,00		Prevê-se que a turma de formandos, em conjunto com o AT, ficará responsável por esta atividade.
	4.1.6 Operacionalizar o SNMF para o REDD+	USD 24.000,00		Despesas diversas e de apoio à DGFF e demais instituições.
4.2 Alinhar e operacionalizar o Inventário Florestal Nacional (IFN) com as necessidades de informação do REDD+	4.2.1 Desenvolver ações de capacitação e formação em metodologias de quantificação de estoques de carbono em florestas	USD 70.000,00	Imediato	Será necessário a aquisição de equipamentos. Valores estimados para a atividade refletem custos com equipamentos.
	4.2.2 Avaliar e definir a metodologia para monitorização dos parâmetros florestais incluindo participação das comunidades	USD 20.000,00		Sob responsabilidade da equipe da DGFF com orientação e apoio de 1 AT internacional (FAO).
	4.2.3 Avaliar lacunas e demandas adicionais para contabilidade do estoque de carbono segundo os requisitos do REDD+	USD 20.000,00		Sob responsabilidade da equipe da DGFF com orientação e apoio de 1 AT internacional (FAO).
	4.2.4 Atualizar o Inventário Florestal Nacional (IFN)	USD 1.800.000,00		Esta atividade inclui ações específicas como a implantação e manutenção de parcelas permanentes de monitorização.
	4.2.5 Avaliação de oportunidades de cooperação entre instituições e assinatura de acordos para recolha de informação no terreno	USD 0,00		Fomentar sinergia de recolha de dados de terreno interinstitucional, como por exemplo, guardas parque recolhendo informações para o IFN. Sob responsabilidade da Unidade REDD+.

Roadmap de Preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau (2016-2020)

Atividades	Sub-Atividades	Custo Estimado	Prioridade	Comentários
4.3 Operacionalizar o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no âmbito LULUCF (I-GEE)	4.3.1 Desenvolver ações de capacitação e formação em metodologias e ferramentas de I-GEE para florestas e alterações de uso do solo	USD 30.000,00	Imediato	Prevê-se 3 formandos
	4.3.2 Ajustar a metodologia do I-GEE alinhando os requisitos da Comunicação Nacional com o REDD+ e tirando partido das novas informações e ferramentas disponibilizadas	USD 25.000,00		Prevê-se a apoio de 1 AT internacional.
	4.3.3 Operacionalizar o I-GEE para o REDD+	USD 0,00		Sob responsabilidade do AT internacional em colaboração com a Unidade REDD+.
4.4 Criar um Sistema de Informação de salvaguardas (SIS) para o REDD+	4.4.1 Desenvolver ações de capacitação e formação em SIS para o REDD+	USD 30.000,00	Imediato	A UN-REDD Academy possui um módulo específico sobre este tema.
	4.4.2 Definir os valores ambientais e sociais a salvaguardar, produzindo um documento base do SIS para consulta e validação	USD 300.000,00		Inclui reuniões e coletas de dados nacionais e entrevistas com grupos mais vulneráveis ao nível das Tabancas.
	4.4.3 Realizar consulta sobre o SIS, garantindo que o sistema atenda aos requisitos de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC)	USD 40.000,00		O valor estimado considera uma abordagem regionalizada para as consultas, na qual 5 eventos serão organizados (Central, Norte, Sul, Leste e Ilhas).
	4.4.4 Desenho e implementação de mecanismos de monitorização e <i>feedback</i> das Salvaguardas	USD 120.000,00		Prevê-se a apoio de 1 AT internacional em colaboração com a Unidade REDD+.
	4.4.5 Desenvolver, com base no SIS, um mecanismo para registro e encaminhamento dos conflitos identificados, permitindo a sua resolução pelos meios legais e de arbitragem disponíveis (Mecanismo de Resolução de Conflitos)	USD 0,00		Sob responsabilidade do AT internacional em colaboração com a Unidade REDD+.
	4.4.6 Operacionalizar o SIS para o REDD+	USD 0,00		Sob responsabilidade do AT internacional em colaboração com a Unidade REDD+.
4.5 Implantar e institucionalizar o Sistema de MRV para o REDD+	4.5.1 Desenvolver ações de capacitação e formação em MRV para o REDD+, integrando dados e resultados do SNMF, IFN, I-GEE, SIS e outros relevantes provenientes do SIG Nacional	USD 150.000,00	Médio Prazo	Conjunto de workshops e exercícios práticos sob aspetos técnicos e de operação do Sistema de MRV.
	4.5.2 Definir a governança e arranjos institucionais do Sistema MRV, incluindo a responsabilidade das unidades técnicas durante a implementação, manutenção e operação do sistema e a forma de sua articulação com o SIG nacional.	USD 30.000,00	Médio Prazo	Prevê-se a apoio de 1 AT internacional.
	4.5.3 Reforço institucional das entidades envolvidas no Sistema de MRV	USD 1.000.000,00	Médio Prazo	Por reforço institucional, entende-se um conjunto amplo ações incluindo aumento de <i>staff</i> , equipamentos, melhoria dos processos de decisão e funcionamento.

Atividades	Sub-Atividades	Custo Estimado	Prioridade	Comentários
	4.5.4 Estabelecer e operacionalizar o Sistema de MRV para o REDD+	USD 30.000,00	Médio Prazo	Prevê-se apoio de 1 AT internacional.
	4.5.5 Estabelecer ligações e cooperações com outras instituições internacionais e regionais (networks de monitorização florestal)	USD 0,00	Médio Prazo	Sob responsabilidade da Unidade REDD+ e do Comité de Pilotagem REDD+
	4.5.6 Preparar materiais de comunicação sobre o REDD+ apoiados pelo Sistema de MRV e criação de portal para acesso público dos resultados	USD 15.000,00	Médio Prazo	
5. Estabelecer o Nível de Referência de Desflorestação e de Emissões de Desflorestação (FRL/FERL)		USD 425.000,00		
RESULTADO: FRL/FERL estabelecidos a partir do Sistema Nacional MRV				
5.1 Estabelecer um nível de referência de desflorestação e calcular emissões	5.1.1 Avaliar e definir a metodologia para cálculo de taxas de desflorestação a utilizar por aplicação do sistema MRV	USD 30.000,00		Definir <i>Standard Operating Procedures</i> (SOP) utilizando o MRV de forma transversal. Prevê-se apoio de 1 AT internacional.
	5.1.2 Cartografia multitemporal do coberto de solo e análise cartográfica de alterações durante o período de referência (dados de atividade) a partir do Sistema MRV	USD 100.000,00		Prevê-se apoio para validação da fiabilidade da cartografia com trabalho no terreno segundo requisitos metodológicos do REDD+.
	5.1.4 Quantificação as emissões de GEE para cada tipo de floresta a partir dos estoques de carbono estabelecidos pelo IFN.	USD 30.000,00		Prevê-se o apoio de 1 AT internacional.
	5.1.5 Estabelecer e publicar o FRL/FERL da Guiné-Bissau	USD 15.000,00		Prevê-se o apoio de 1 AT internacional.
	5.1.6 Análise e quantificação as tendências de degradação florestal	USD 250.000,00		Baseado na orçamentação do Projeto FORDEG (Forest Degradation in a Vegetation Transition Zone in West Africa).
	6. Desenvolver e validar a Estratégia Nacional de REDD+ da Guiné-Bissau		USD 840.000,00	
RESULTADO: Estratégia Nacional de REDD+ da Guiné-Bissau concluída e validada na esfera política				
6.1 Preparar o documento e elementos de suporte para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de REDD+	6.1.1 Avaliar documentos e relatórios previamente desenvolvidos para consolidar um documento <i>draft</i> da Estratégia Nacional de REDD+	USD 150.000,00		Prevê-se apoio de uma equipa interdisciplinar de técnicos internacionais e nacionais sob coordenação da Unidade REDD+.
	6.1.2 Coordenar um processo participativo de avaliação do documento <i>draft</i> e realização dos ajustes a partir dos comentários das várias partes interessadas ao nível central	USD 40.000,00		O valor estimado considera uma abordagem regionalizada para as consultas, na qual 5 eventos serão organizados (Central, Norte, Sul, Leste e Ilhas).
6.2 Realizar processo de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI)	6.2.1 Desenvolver o Plano de Consulta para a Estratégia Nacional REDD+	USD 20.000,00		
	6.2.2 Desenvolver Plano de Comunicação e Sensibilização e realizar atividades correspondentes	USD 50.000,00		

Roadmap de Preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau (2016-2020)

Atividades	Sub-Atividades	Custo Estimado	Prioridade	Comentários
	6.2.3 Execução da Consulta Nacional para o REDD+	USD 200.000,00		Segundo recomendação do <i>Roadmap</i> , o processo deve ser desenvolvido em uma abordagem "de baixo para cima" em observância das Salvaguardas
	6.2.4 Integrar os resultados da auscultação pública na Estratégia Nacional de REDD+, produzindo um documento final para validação	USD 20.000,00		
	6.3.1 Realizar ateliê de validação nacional	USD 10.000,00		Ateliê com foco nos tomadores de decisão e formuladores de políticas (<i>policy makers</i>)
6.3 Validar e oficializar a Estratégia Nacional de REDD+	6.3.2 Internalizar os requisitos legais do REDD+ no ordenamento jurídico nacional	USD 50.000,00		Será necessário contratar apoio jurídico especializado em matérias do ambiente, posse da terra e direitos sociais. Valor estimado não inclui potenciais atividades de engajamento e sensibilização de agentes políticos, como por exemplo ações junto da Assembleia Nacional Popular (ANP)
	6.3.3 Oficializar junto da UNFCCC a Estratégia Nacional de REDD+ do país	USD 0,00		
	6.3.4 Desenvolver um programa de atividades para implementação da Estratégia Nacional de REDD+	USD 300.000,00		Prevê-se apoio de uma equipa interdisciplinar de técnicos internacionais e nacionais sob coordenação da Unidade REDD+. A atividade deve incluir um mapeamento das oportunidades de financiamento e coordenação com outros projetos em curso ou em carteira no país.

PARTE 3. ATIVIDADES DE DEMONSTRAÇÃO SUB-NACIONAL (PNTC & PNFC)

As atividades de demonstração sub-nacional são utilizadas para testar e validar os elementos que compõem uma Estratégia Nacional de REDD+. Seja no âmbito dos sistemas de MRV, das estratégias de redução de desflorestação ou dos mecanismos de compartilhamento de benefícios. As atividades demonstrativas tem um importante papel ao materializar resultados, avaliar o potencial de escalabilidade e ao contribuir para a identificação de oportunidades de melhoria.

Os desafios de se implantar uma Estratégia Nacional de REDD+ podem ser minimizados por meio de testes de conceito em micro escala. Tais atividades de demonstração podem ser pensadas e executadas tanto sob a ótica de componentes individuais que compõem uma Estratégia Nacional de REDD+ como, *inter alia*, demonstração de um Sistema de MRV, demonstração das atividades de redução de desflorestação na agricultura, ou demonstração de um Sistema de Salvaguardas, quanto sob a ótica de projetos REDD+ em nível sub-nacional. Neste sentido, a Guiné-Bissau iniciou, em 2011, o desenvolvimento de um projeto piloto para redução da desflorestação e da degradação florestal (REDD+) nos Parques Nacionais do Cacheu e do Cantanhez (*Community Based Avoided Deforestation Project in Guinea-Bissau*). O projeto REDD+ foi desenvolvido segundo os requisitos do VCS²¹ (*Verified Carbon Standard*) e auditado por órgão validador e verificador (BM) em Fevereiro de 2015.

Esta secção do *Roadmap* de Preparação para o REDD+ apresenta o projeto demonstrativo e as lições aprendidas até o momento²². Assim, permite que o GTR se aproprie dos desenvolvimentos executados e que também possa integrar aos desenvolvimentos futuros novas atividades de demonstração baseadas no Projeto REDD+.

CONTEXTO DO PROJETO PILOTO

O projeto piloto REDD+ foi desenvolvido como um dos elementos de uma ampla estratégia de sustentabilidade financeira do IBAP. Anteriormente ao projeto piloto REDD+, os Parques Nacionais do Cacheu e do Cantanhez estavam operacionais e eram financiados por doadores internacionais. O IBAP é completamente dependente de recursos internacionais e opera, frequentemente, com *deficits* orçamentários. Esta restrição financeira mantém uma situação de limitação operacional uma vez que o IBAP precisa, constantemente, ajustar o escopo das atividades de gestão das áreas protegidas aos limites de financiamento. Dois projetos financiados pelo *Global Environment Facility* (GEF) em 2013 e 2015 buscaram manter as operações básicas do IBAP e do SNAP após o encerramento do Projeto de Gestão Costeira e da Biodiversidade (CBMP – *Coastal and Biodiversity Management Programme*). Esta assistência totalizou USD 2.95 milhões e cobriu despesas com pessoal, reuniões do comitê gestor dos parques e atividades participativas de monitorização e vigilância. Neste contexto, outras atividades que contribuem para a redução da pressão sobre as florestas acabam paralisadas.

Portanto, a permanência deste cenário de restrição orçamentária pode levar ao aumento das emissões de GEE oriundas da desflorestação e da degradação florestal a despeito da existência de Parques Nacionais legalmente estabelecidos. O projeto REDD+ busca demonstrar como o financiamento climático pode contribuir para a preservação dos remanescentes florestais. Em especial, avalia-se a oportunidade do REDD+ como um instrumento financeiro menos incerto que aqueles baseados em doadores internacionais, por depender, exclusivamente, da atuação do IBAP nas áreas protegidas. Outrossim, os volumes financeiros estimados podem

²¹ www.v-c-s.org

²² O projeto encontra-se validado, em outras palavras, teve seu Documento de Projeto (PD) desenvolvido e auditado por um Órgão Validador e Verificador (VVB). Portanto, esta em etapa de monitorização e hábil a avançar para a etapa de emissão dos certificados de redução de emissão. O projeto pode ser baixado pelo link <http://bit.ly/29ISKHq>

contribuir de maneira significativa com a capitalização do fundo²³ de *endowment* que será estabelecido e gerido pela Fundação BioGuiné.

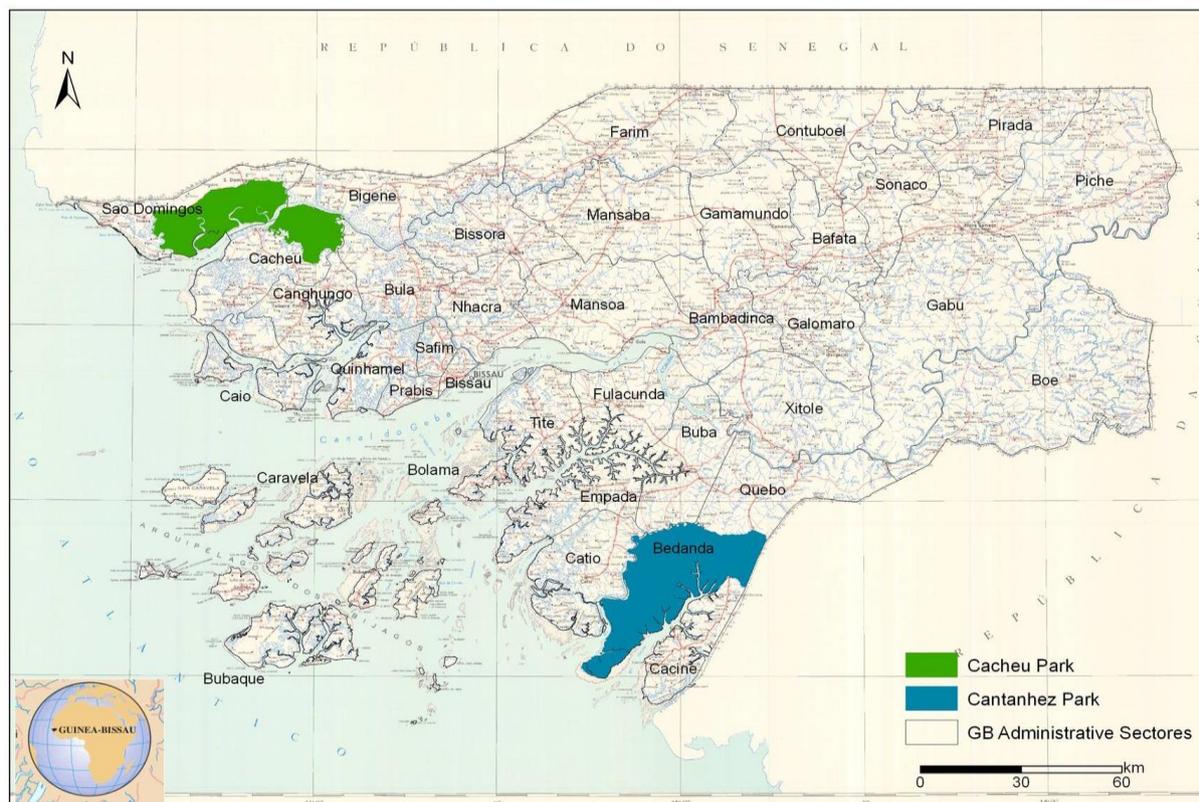


Figura 8 - Localização Geográfica do projeto piloto REDD+

O Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu (PNTC) está localizado nas regiões administrativas do Cacheu e São Domingos, com área total de 74,700 hectares (Figura 8). O parque foi criado como o objetivo de preservar os remanescentes mais significativos de mangais no norte da Guiné-Bissau, que estão localizados nos arredores do estuário do Rio Cacheu. Outras florestas relevantes no PNTC são as florestas abertas e os palmares. O Parque Nacional das Florestas do Cantanhez (PNFC), possui área total de 106,500 hectares, e está localizado nas regiões administrativas de Tombali, no sector de Bedanda (Figura 8). As florestas do Cantanhez representam os últimos remanescentes da floresta tropical que se estende ao sul avançando sobre o território da Guiné-Conacri. No PNFC encontram-se mosaicos de florestas primárias e secundárias, como consequência da produção agrícola extensiva, principalmente do arroz. Mangais cobrem uma área significativa do Parque, particularmente ao sul e ao oeste, às margens do Rio Cumbiã.

ELEMENTOS DEMONSTRATIVOS PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL REDD+

Para cumprir com os requisitos do VCS, o projeto piloto REDD+ no PNTC e PNFC entrega importantes elementos demonstrativos para a Estratégia Nacional REDD+ da Guiné-Bissau tais como: (i) o mapeamento por detecção remota das alterações do uso do solo, (ii) o estabelecimento de um cenário de nível de referência da

²³ Parte da estratégia de financiamento das áreas protegidas na Guiné-Bissau está estruturada a partir um fundo capitalizado e gerido pela Fundação BioGuiné. Este fundo rotatório (*Revolving Fund*) tem por característica a manutenção do capital investido para garantir a operação continuada do IBAP e do SNAP. Inicialmente, estima-se que uma capitalização inicial entre USD 10 e 12 milhões seja suficiente para gerar fluxos sustentáveis de financiamento para cobrir as despesas operacionais básicas do SNAP.

desflorestação, (iii) a quantificação dos estoques de carbono nas florestas terrestres e mangais, incluindo a validação de equações alométricas e o desenvolvimento de um inventário florestal, (iv) a quantificação das emissões de GEE, e (v) o estabelecimento de um plano de monitorização, reporte e verificação (MRV) das reduções de emissões por desflorestação e degradação florestal.

A Tabela 14 apresenta as referências metodológicas empregadas para o desenvolvimento dos elementos supracitados. Os métodos listados empregam as melhores práticas internacionais e podem ser valiosos para as atividades técnicas do SNMF, incluindo o Sistema de MRV, para o estabelecimento do F-REL, e para o I-GEE. Destaca-se que esta lista não é uma lista compreensiva de todas as metodologias aprovadas e disponibilizadas pelo VCS, e sim os módulos metodológicos empregados para o projeto piloto na Guiné-Bissau. Assim, encoraja-se o GTR a aprofundar e buscar outros referenciais metodológicos relevantes.

Tabela 14 - Referencial metodológico utilizado pelo projeto demonstrativo

Referência	Módulo Metodológico
REDD-MF (VMD 0007)	Estrutura Metodológica REDD (<i>REDD Modules</i>)
M-MON (VMD 0015)	Métodos para monitorização e emissões e remoções de GEE
T-BAR	Ferramenta para avaliação de risco de não permanência
X-UNC (VMD 0017)	Métodos de avaliação de incertezas para projetos REDD
X-STR (VMD 0016)	Métodos de estratificação florestal na área do projeto
BL-UP (VMD 0007)	Métodos de estimativa das alterações de estoques de carbono e emissões de GEE
LK-ASU (VMD 0010)	Métodos de estimativa de emissões por alteração de atividades (<i>Leakage</i>)
CP-AB (VMD 0001)	Métodos de estimativa do estoque de carbono na biomassa viva acima do solo
E-BB (VMD 0013)	Métodos para estimar as emissões de GEE por queima de biomassa

O primeiro elemento desenvolvido trata do F-REL para as duas áreas que compõe o projeto piloto. Por se tratar de atividades sub-nacionais a primeira atividade desenvolvida foi o estabelecimento das fronteiras do projeto (Figura 9). Para fins de estabelecimento da F-REL e posterior monitorização, o projeto é composto por três fronteiras distintas, a saber: uma área de referência (RRD), utilizada para estabelecer o nível histórico de desflorestação e monitorizar as taxas anuais de desflorestação, um cinturão de vazamento, utilizado para monitorização da transferência de atividades causadoras da desflorestação e da degradação florestal para fora da área do projeto, e por fim, a área do projeto (PA). A Figura 9 apresenta as três áreas tanto para o PNTC (esquerda) e o PNFC (direita).

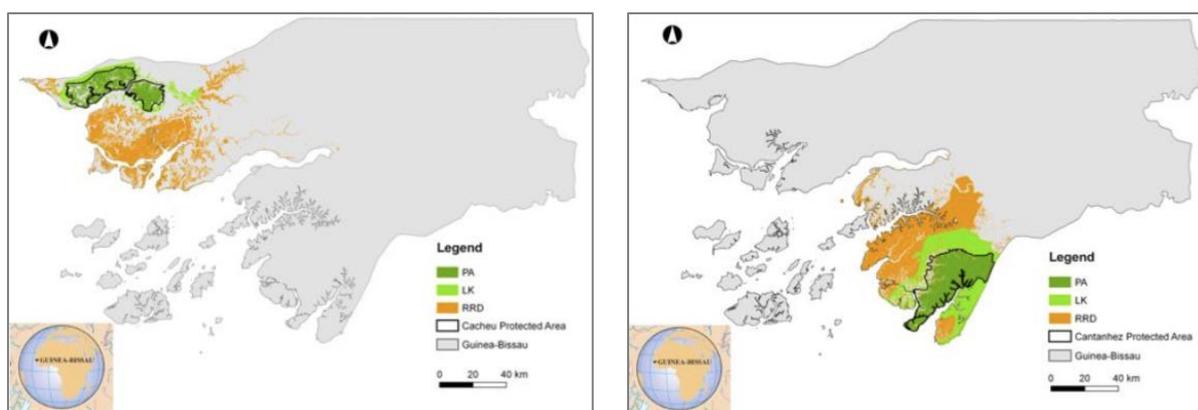


Figura 9 - Fronteiras geográficas para monitorização do projeto piloto REDD+: Área de Referência, Cinturão de Vazamento e Área de Projeto

A análise de detecção remota empregou imagens Landsat dos sensores TM e ETM+, com um classificador em *software* (*Maximum Likelihood Classifier*) e foi validada por 491 pontos coletados em campo. Os mapas de desflorestação (Floresta vs Não-Floresta) apresentaram precisão 95.9%. É relevante apontar que projetos sub-

nacionais requerem elevado grau de precisão das atividades cartográficas e de detecção remota. Portanto, o SNMF deve se preocupar em harmonizar outras demandas sub-nacionais para evitar a duplicidade de esforços no futuro. Os resultados da análise de desflorestação são apresentados a seguir para dois períodos, 2002 a 2007, e 2007 a 2010, para cada uma das áreas de referência do PNTC e do PNFC (Figura 10 e Figura 11). A desflorestação calculada foi de 10,487 ha (dez mil quatrocentos e oitenta e sete hectares) para a área de referência do Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu entre 2002 e 2010, e de 21,213 ha (vinte e um mil duzentos e treze hectares) para a área de referência do Parque Nacional das Florestas do Cantanhez entre 2002 e 2010.



Figura 10 – Detecção remota da desflorestação na área de referência (RRD) do Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu entre 2002 e 2007 (esquerda) e 2007 e 2010 (direita)

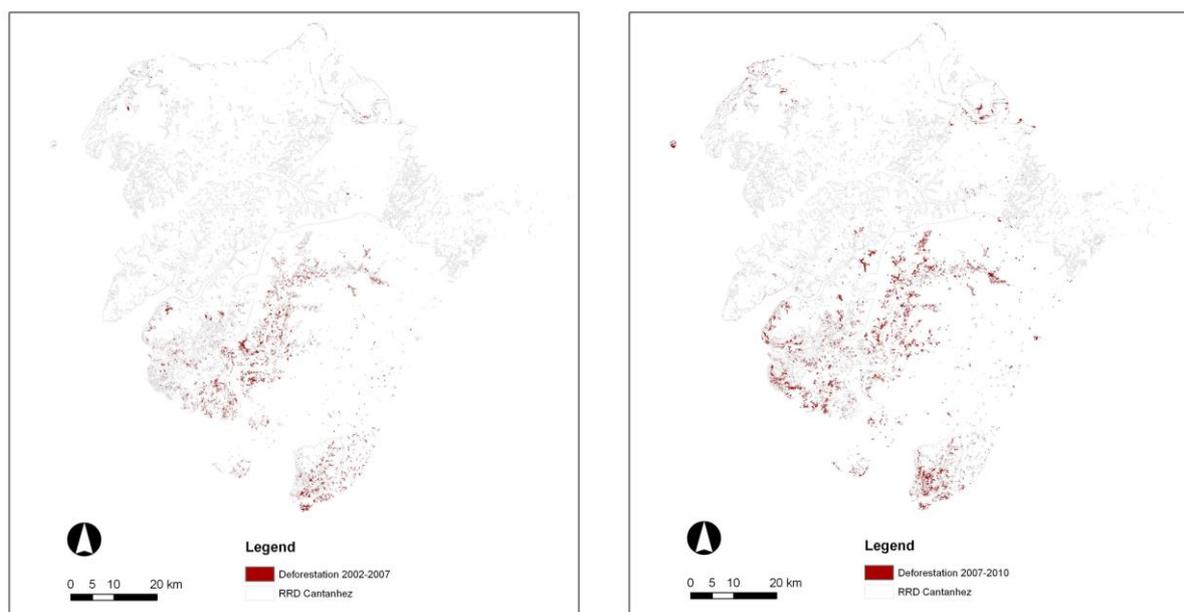


Figura 11 - Detecção remota da desflorestação na área de referência (RRD) do Parque Nacional das Florestas do Cantanhez entre 2002 e 2007 (esquerda) e 2007 e 2010 (direita)

O segundo elemento desenvolvido foi o Inventário Florestal para quantificação do estoque de carbono nos dois parques nacionais. A estimativa dos estoques de carbono partiu da estratificação do coberto florestas nas áreas de projeto. No PNTC estabeleceu-se três estratos florestais a partir dos requisitos do módulo X-STR, são eles: Floresta Aberta, Savana e Mangal (Figura 12). No PNFC foram quatro os estratos florestais definidos, a saber: Floresta Fechada, Floresta Aberta, Savana e Mangal (Figura 13). Para o inventário florestal e a quantificação dos estoques de carbono optou-se pelo método de parcelas fixas com equações alométricas. No total, 259 parcelas

foram amostradas, 124 no Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu e 135 no Parque Nacional das Florestas do Cantanhez.

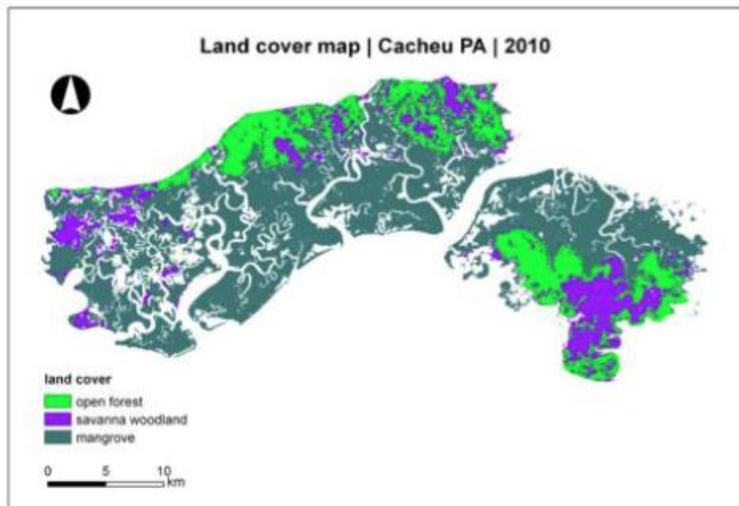


Figura 12 - Resultado da deteção remota do coberto florestal no Parque Nacional dos Tarrafes do Cacheu em 2010

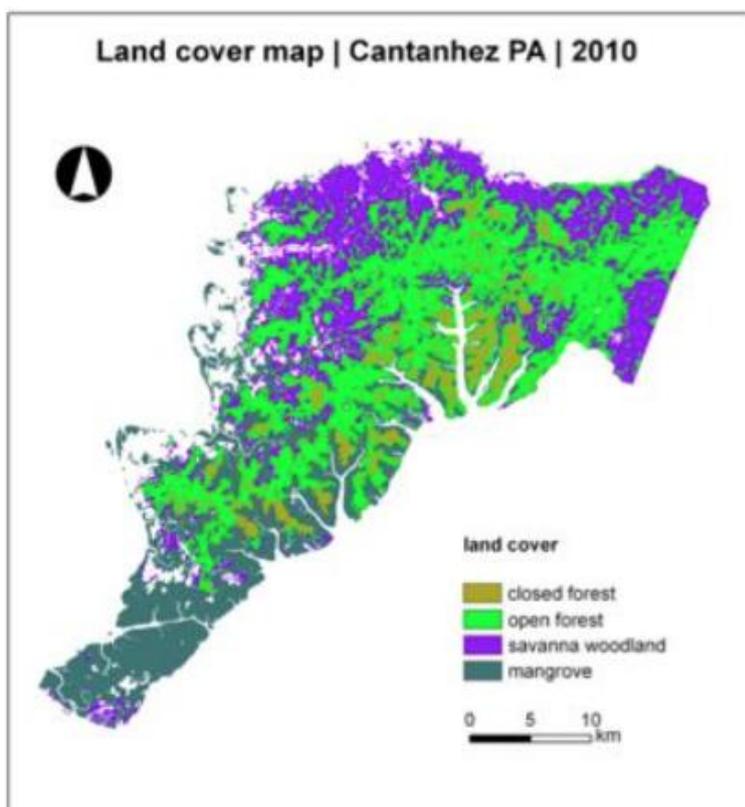


Figura 13 - Resultado da deteção remota do coberto florestal no Parque Nacional das Florestas do Cantanhez em 2010

Todas as árvores com diâmetro na altura do peito $\geq 5\text{cm}$ e com altura mínima de 1.3 m foram medidas. Após testes de validação optou-se pela utilização da equação alométrica pantropical formulada por Chave (Chave et al., 2005) para as florestas terrestres e a equação alométrica comum para os mangais (Chave et al., 2005). Densidade específica por espécie foram utilizadas sempre que o dado estava disponível e densidades médias empregadas na ausência dos dados por espécie. O Documento de Projeto (PD) apresenta em seu anexo informações detalhadas dos métodos e das variáveis empregadas. Finalmente, a Fração de Carbono (CF)

empregada foi o valor padrão de 0.47 fornecidos pelo IPCC (IPCC, 2006). Esta foi a abordagem empregada para as estimativas de estoque de carbono acima do solo apresentada na Tabela 15 a seguir.

Tabela 15 - Resultado do Inventário florestal para quantificação dos estoques de carbono no PNTC e PNFC em 2010

Área do Projeto	Estrato Florestal	Área (ha)	Amostras	Carbono acima do solo (tCO ₂ e.ha ⁻¹)	Carbono abaixo do solo (tCO ₂ e.ha ⁻¹)
Cacheu	Floresta Aberta	14,509	69	132.9	35.2
	Savana	4,438	18	97.7	26.5
	Mangais	33,596	37	72.9	33.4
Cantanhez	Floresta Fechada	6,915	45	306.11	84.2
	Floresta Aberta	45,659	46	127.0	33.8
	Savana	14,195	18	101.4	28.2
	Mangais	22,144	26	100.45	46.0

O projeto também quantificou os estoques de carbono abaixo do solo. Este estoque de carbono é particularmente importante nos mangais uma vez que uma parcela significativa da biomassa neste bioma encontram-se nas raízes (Komiyama et al. 2008). Para esta quantificação foi empregada uma relação entre raiz e troncos (*root-to-shoot ratio*) (Tabela 15).

Por fim, o projeto desenvolveu um plano de monitorização para o REDD. Este plano inclui atividades para monitorização e revisão da F-REL, além de procedimentos para monitorização dos estoques de carbono florestal e atividades de deteção remota de alterações do uso do solo nas áreas de referência, no cinturão de vazamento e nos Parques Nacionais. Destaca-se que o plano de monitorização desenhado é fortemente estruturado a partir das capacidades locais do IBAP nos parques e da comunidade local com o objetivo de aumentar a apropriação do projeto pelos agentes de desflorestação e degradação florestal e também para reduzir os custos operacionais.

RESULTADOS DO PROJETO

O projeto demonstrativo apresenta também uma primeira estimativa do potencial do REDD+ para a Guiné-Bissau. O cenário de referência indica que as emissões projetadas de GEE da desflorestação e degradação ambiental na área de projeto é de 1,149,607 tCO₂e em 10 anos (Tabela 16).

Tabela 16 - Cenário de Referência de Desflorestação do projeto piloto REDD na Guiné-Bissau

Área	Estrato	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cacheu	Floresta Terrestre	12,949	26,377	40,282	54,667	69,529	84,870	100,690	116,987	133,763	151,018
	Mangal	7,283	15,078	23,383	32,200	41,527	51,366	61,715	72,576	83,948	95,831
	ΔCTOT(tCO ₂ e)	20,232	41,454	63,666	86,866	111,056	136,236	162,405	189,563	217,711	246,849
Cantanhez	Floresta Terrestre	56,119	114,329	174,632	237,026	301,513	368,091	436,761	507,523	580,377	655,323
	Mangal	19,468	40,108	61,920	84,905	109,063	134,392	160,894	188,568	217,416	247,435
	ΔCTOT(tCO ₂ e)	75,586	154,437	236,552	321,932	410,575	502,483	597,655	696,092	797,793	902,758

Como pode ser observado, a atividade demonstrativa em nível sub-nacional fornece importantes lições e informações que podem contribuir para o desenho da Estratégia Nacional de REDD+ na Guiné-Bissau. Atualmente o projeto encontra-se em fase de implementação do plano de monitorização e subsequente auditoria para emissão dos certificados de redução de emissão. Em breve o projeto piloto poderá também fornecer lições sobre o compartilhamento de benefícios do REDD+, do engajamento com stakeholders e da eficácia do plano de monitorização proposto no documento de projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste documento resumem-se os objetivos principais de cada uma das componentes que terão de ser desenvolvidas no âmbito da preparação da Guiné-Bissau para o REDD+. Esta é uma descrição de cada componente relativamente alargada e desenvolvida e o GTR deverá ter em consideração, tal como foi discutido no 1º *workshop* do GTR e durante o evento de lançamento do processo de desenvolvimento do *Roadmap* de Preparação para o REDD+, que nesta fase inicial é apenas esperado que este documento apresente uma visão geral do país relativamente ao seu interesse em se preparar para o REDD+, e, em caso afirmativo, de que forma se pretende preparar, i.e. quais as atividades prioritárias, que tipo de metodologias prefere, etc. As atividades mais importantes para o grupo nesta fase são:

- a) Identificar e mapear os intervenientes e grupos chave para uma futura estrutura de gestão da preparação para o REDD+ e para as atividades de consulta sobre o REDD+ e todas as suas componentes;
- b) Iniciar o mais cedo possível a divulgação, informação e diálogo com todas as partes e, dentro das possibilidades, realizar algumas atividades de pré-consulta;
- c) Desenvolver um Plano de Consulta e Participação completo para a fase de preparação para o REDD+;
- d) Incluir no *roadmap* o plano de consulta e participação para o fecho/validação do *roadmap* e o plano para a apropriação do *roadmap* por parte do Governo
- e) Identificar e descrever as políticas e regulamentos implementados que apoiem a definição de possíveis estratégias REDD+;
- f) Identificar e descrever os programas, projetos ou outras iniciativas que possam contribuir com lições aprendidas para as várias componentes deste processo REDD+ no país;
- g) Propor um plano de ação informado (com base em e) para as diversas componentes propostas.

ANEXOS

Anexo 1. STAKEHOLDERS COM INTERESSES DIRETOS E INDIRETOS NO SETOR FLORESTAL

Tabela 17 - Mapeamento de *stakeholders* com interesses diretos e indiretos no setor florestal

Atores Chaves	Nome	Área de Influência	Contribuição no REDD+
Instituições Públicas	AAAC – Autoridade de Avaliação Ambiental Competente	Nacional	Implementar a política salvaguarda sócio ambiental; implementação da Consulta pública e resolução de conflitos
	GPC – Gabinete de Planificação Costeira	Nacional	Promoção de melhor gestão das florestas do mangal; restauro; formação e ações de Educação Ambiental
	IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas	Cacheu, Oio, Gabu, Quinara, Tombali e Bolama /Bijagós	Mobilização de fundos; implementação do mecanismo REDD+; gestão de conflitos.
	INITA – Instituto Nacional de Tecnologia Aplicada	Nacional	Apoio na estratégia de redução de degradação através de técnicas melhoradas de carbonização e de consumo de carvão da lenha
	INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa	Nacional	Estudos e Pesquisas económicos, ambientais e sociais. Fornecimento de dados e suporte ao sistema de MRV
	INM – Instituto Nacional da Meteorologia	Nacional	Fornecimento de dados e informações agrometeorológica
	INPA – Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada	Nacional	Pesquisa e Desenvolvimento agrícola e de novas tecnologias agrícolas
	ANCA – Agência Nacional de Caju	Nacional	Apoiar na elaboração de instrumentos de valorização agroecológica; gestão de conflitos, apoio na captação de financiamento de ações do mecanismo REDD+
	MADR – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Nacional	Enquadramento das atividades REDD+ na política do governo nos domínios da agricultura, florestas e desenvolvimento rural. Mobilização de fundos; implementação das atividades REDD+, suporte à gestão de conflitos, suporte à produção de dados.
	MEI – Ministério da Energia e Indústria	Nacional	Enquadramento das atividades REDD+ na política do governo nos domínios da energia e indústria. Propor políticas e estratégias da matriz energética; mobilização de recursos; apoiar ações de fortalecimento do mecanismo REDD+.
	MOPCU – Ministério de Obras Públicas, Construção e Urbanismo	Nacional	Promover ordenamento do território alinhado com os objetivos do REDD+.
	MRN – Ministério dos Recursos Naturais	Nacional	Enquadramento das atividades REDD+ na política do governo nos domínios dos recursos naturais, em especial as concessões de exploração de recursos minerais. Suporte à gestão de conflitos.
	PETROGUIN – Empresa Nacional de Petróleo da Guiné	Nacional	Mobilização de fundos; apoiar ações de fortalecimento do mecanismo REDD+. Potencial comprador de certificados de emissões de GEE.
	SEA - Secretaria de Estado do Ambiente	Nacional	Enquadramento das atividades REDD+ na política do governo nos domínios do Ambiente. Ponto focal do REDD+ no país. Responsável técnico pelo reporte nacional e gestão da convenção internacional do clima. Mobilização de fundos; elaboração de instrumentos de política (técnicos e jurídicos) e orientação para o fortalecimento do mecanismo REDD+; suporte à gestão de conflitos.
MNE – Ministérios dos Negócios Estrangeiros	Nacional	Cooperação internacional e das comunidades. Responsáveis políticos pelo reporte nacional e gestão da convenção internacional do clima. Apoio à mobilização de fundos e às negociações internacionais.	

Atores Chaves	Nome	Área de Influência	Contribuição no REDD+
	Comissão especializada da Assembleia Nacional Popular	Nacional	Harmonização legal, responsável pela construção e implementação de uma boa governança para o REDD+, suporte à gestão de conflitos.
	MF - Ministério das Finanças	Nacional	Gestão dos fundos e pagamentos associados ao REDD+. Suporte ao mecanismo de distribuição de benefícios.
	SEPEM – Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima	Nacional	Enquadramento das atividades REDD+ na política do governo nos domínios da pesca artesanal associado às zonas de mangal. Apoiar nas ações de reforço para perenidade do mecanismo REDD+. Suporte à gestão de conflitos.
ONG	Internacionais	Nacional	Financiar e executar ações de fortalecimento do mecanismo REDD+ Apoio à procura de financiamento internacional. Reforço de capacidades técnicas e organizacionais. Apoio técnico para implementação de atividades REDD+ Transferência de tecnologias apropriadas ao REDD+. Atividades de sensibilização e educação ambiental.
	Nacionais	Nacional Regional	Ações de formação, comunicação, consulta pública e sensibilização/educação Ambiental. Coordenar a participação das comunidades, suporte à gestão de conflitos e disseminação de informação. Apoiar e implementar atividades REDD+ (re povoamento florestal, práticas agrícolas melhoradas, ...)
Organização Internacional	Banco Mundial	Nacional	Financiamento de ações de fortalecimento do mecanismo REDD+ e apoio técnico especializado.
	FAO – Programa Mundial de alimentação	Nacional	Financiamento de ações de fortalecimento do mecanismo REDD+ e apoio técnico especializado.
	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Nacional	Financiamento de ações de fortalecimento do mecanismo REDD+ e apoio técnico especializado.
	União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) /CEDEAO/UECPLP	Nacional	Financiamento de ações de fortalecimento do mecanismo REDD+ e apoio técnico especializado.
Setor Privado	CCIAS – Câmara de Comércio, Indústria, Artesanato e Serviços	Nacional	Estimular investimento privado em ações de fortalecimento do mecanismo REDD+; mobilização de fundos; valorizar o mercado carbono, etc.
	Associações de Empresas Madeireiras	Nacional Regional	Apoiar ações de restauro e gestão das concessões de exploração florestal
Sociedade Civil	Agricultores	Nacional	Participação no processo de consulta e adoção de boas práticas de uso do solo e produção agrícola.
	Pescadores	Região Costeira	Participação no processo de consulta e adoção de práticas alternativas para fumagem do pescado.
	Carvoeiros	Nacional	Uso de florestas comunitárias ordenadas para produção de biomassa com fins energéticos. Participação no processo de consulta e adoção de tecnologias de carbonização mais eficientes.
	Criadores de gado	Nacional	Participação no processo de consulta e adoção de práticas alternativas com uso de florestas comunitárias para obtenção de forragem para o gado. Intensificação pastoral com plantação de espécies forrageiras.
	Comunidades	Nacional	Participação no processo de consulta e adoção de energias alternativas e medidas de eficiência energética, de boas práticas de uso de solo para a agricultura e ordenamento do território especialmente na produção de arroz m'pampam e caju.

Anexo 2. INFORMAÇÃO SOBRE INVENTÁRIOS REALIZADOS ESSENCIALMENTE PELAS ORGANIZAÇÕES NÃO ESTATAIS

Assim podemos enumerar os inventários realizados essencialmente pelas organizações não estatais, a saber:

- i) Empresa IMFYE S.A. (Empresa Espanhola de transformação de madeiras), nas regiões de Oio, Bafatá, Gabu e Tombali, destinado a avaliação as potencialidades da madeira existente nas despectivas zonas das concessões de exploração florestal (volume de madeira por espécie de madeiras de 1ª, 2ª e 3ª classe);
- ii) O Inventario florestal realizado pelo projeto APT/C6DBTi nas áreas protegidas (Parques Nacionais de Dulombi-Boé-Tchéché, e PNTC) destinado a recolher dados e informações que permitam elaborar o plano de gestão dos respetivos parques;
- iii) Inventário realizado pelo IBAP nos parques PNTC e Cantanhez no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial para o desenvolvimento e validação do PD do projeto VCS REDD+.

Inventários florestais realizado nos maciços florestais limítrofes das comunidades para gestão comunitária das florestais destinados a assegurar os serviços ecossistémicos das populações com vista a elaboração de planos de gestão dessas florestas a favor das comunidades.

Anexo 3. RESUMO DOS PRINCIPAIS PROJETOS RELACIONADOS COM O REDD+

Tabela 18 - Resumo dos principais projetos relacionados com o REDD+.

Projeto CARBOVEG – GB (2008-2011)
Projeto de quantificação do carbono vegetal florestal armazenado nas florestas da Guiné-Bissau e da sua capacidade de reservatório de carbono financiado pela cooperação portuguesa e sediado pelo SEA no Palácio do Governo. Particularmente importante no quadro do REDD+, o projeto visou os três objetivos seguintes : (i) quantificar as taxas históricas de mudanças do coberto florestal para a constituição de uma taxa de desflorestação ; (ii) quantificar e cartografar os reservatórios de carbono na vegetação florestal da Guiné-Bissau via análise de imagens satélites e medições no terreno, assim como; iii) o reforço das capacidades das instituições dos técnicos em termos de seguimento da cobertura florestal. O projeto CARBOVEG realizou diferentes e importantes atividades no país, a saber: cartografia da vegetação florestal da Guiné-Bissau, assim como a realização de inventário florestal ao nível do território nacional para avaliação dos estoques de carbono.
Projeto MESA-Terrestre
O projeto PUMA/AMESD (agora MESA-Terrestre) é executado pelo MADR e a SEA em parceria com o centro regional AGRHYMET baseado em Niamey no Níger para o período 2013-2017 . Este projeto tem como objetivo geral melhorar o seguimento do meio ambiente para uma melhor gestão dos recursos naturais com vista a redução da pobreza na Guiné-Bissau. E tem como objetivos específicos (i) melhorar a capacidade das estruturas nacionais na gestão ambiental para uma melhor utilização dos dados de observação da terra com vista a uma melhor tomada de decisão e (ii) assegurar um acesso melhor e durável aos dados de observação da terra.
Projeto ISGCRF-Oio, (2015-2017)
Projeto de Implementação de um sistema de gestão e controlo dos recursos florestais na região de Oio na Guiné-Bissau - N° exp OC210/2014: O Projeto ISGCRF-Oio, (2015-2017) sob tutela direta da DGFF, tem como um dos seus principais objetivos, contribuir para a sustentabilidade ambiental como estratégia de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e suas implicações ambientais, sociais e económicas no País. No contexto REDD+ este projeto poderá contribuir com a instalação de equipamento de uma unidade técnica (Sistema de Informação Geográfica - SIG) para seguimento e monitorização a título experimental dos recursos florestais na região de Oio, através de cartografia e análise espacial do estado da degradação e desflorestação nesta região teste, assim como conduzir ações que visam o restauro progressivo dos ecossistemas degradados e a reflorestação.
Projeto TCP/GBS/3502 BL 5542 / FAO
Projeto TCP/GBS/3502 BL 5542 / FAO GBS sob tutela da SEA, visa essencialmente apoiar esta instituição e seus parceiros de base, assim como todos os <i>stakeholders</i> com ações relevantes no contexto REDD+ no desenvolvimento das suas capacidades organizacionais, jurídicas, técnicas e financeiras por forma a fazerem face aos desafios do REDD+ em termos de atenuação do fenómeno da desflorestação, degradação das florestas e o reforço de ações de conservação e restauro do coberto florestal do País. Este projeto tem como principais objetivos, não só de desenhar um SNMF que integra as diversas componentes relevantes no contexto REDD+ como também apoiar as ações de sensibilização, consulta e reforço das capacidades técnicas dos <i>stakeholders</i> e parceiros de base ao nível nacional, regional e local de forma a poder apoiar a preparação do país para o mecanismo REDD+ no âmbito UNFCCC.